

UNIVERSIDADE DE UBERABA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARILUCE VIOTTI SILVA

**ENSINO SECUNDÁRIO DA CIDADE DE FRUTAL - MG: A ESCOLA ESTADUAL  
MAESTRO JOSINO DE OLIVEIRA (1966-1976)**

UBERABA-MG  
2016



MARILUCE VIOTTI SILVA

**ENSINO SECUNDÁRIO DA CIDADE DE FRUTAL - MG: A ESCOLA ESTADUAL  
MAESTRO JOSINO DE OLIVEIRA (1966-1976)**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação, Curso de Mestrado, da Universidade de Uberaba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação. Linha de Pesquisa 2 – Processos Educacionais e seus Fundamentos

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti.

UBERABA-MG  
2016

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

S38e Silva, Mariluce Viotti.  
Ensino secundário da cidade de Frutal-MG: a escola estadual  
Maestro Josino de Oliveira / Mariluce Viotti Silva. -Uberaba, 2016.  
105 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa  
de Mestrado em Educação.  
Orientadora: Profa. Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti.

1. Educação – História. 2. Ensino secundário. 3. Ensino. I.  
Gatti, Giseli Cristina do Vale. II. Universidade de Uberaba. III.  
Título.

CDD 370.9

Mariluce Viotti Silva

**ENSINO SECUNDÁRIO NA CIDADE DE FRUTAL-MG: A ESCOLA  
ESTADUAL MAESTRO JOSINO DE OLIVEIRA (1966-1976)**

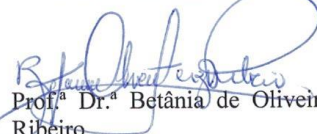
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 23/11/2016

BANCA EXAMINADORA



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Giseli Cristina do Vale Gatti  
(Orientadora)  
UNIUBE - Universidade de Uberaba



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Betânia de Oliveira Laterza  
Ribeiro  
FACIP/UFU – Faculdade de Ciências  
Integradas do Pontal/Universidade  
Federal de Uberlândia



Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus  
UNIUBE - Universidade de Uberaba



Aos meus pais, Armando Antonio Silva e  
Maria Helena Viotti Silva (*in memoriam*),  
exemplos de amor e determinação. Responsáveis  
pela formação de meu caráter e por me ensinar a  
lutar por ideais, exemplos de vida e trabalho.





## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me proporcionar a sabedoria necessária para alcançar meus objetivos.

Agradeço à professora Dr<sup>a</sup>. Giseli Cristina do Vale Gatti, pelas valiosas contribuições e orientações e pelo incentivo constante na realização das investigações.

Aos funcionários da Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira , pela amizade e pela gentileza com a qual sempre fui tratada.

Aos professores Maria Aura Marques Aidar, Osvaldo Freitas de Jesus, membros da banca de qualificação deste trabalho, pelas sugestões que trouxeram, ajudando no enriquecimento do trabalho.

Ao meu irmão Nilton Aparecido Silva que não mediu esforços nos seus dias de folga, para me levar a Uberaba para assistir as aulas.

À minha cunhada , Celiney Lemes Picartt , que tão bem cuidou da minha filha Helena, enquanto me dedicava às pesquisas e ao mestrado.

Ao meu esposo Antonio José Brito Silva, pela paciência e compreensão, pois o deixei muitas vezes de lado, nos últimos anos de estudo.

A todos os grandes amigos e professores que tive o privilégio de conhecer.

E, sobretudo, agradeço à minha amada filha Helena, que suportou docemente as minhas ausências, servindo-me de incentivo para vencer mais essa etapa da minha vida profissional.



## RESUMO

Este estudo tem por objetivo compreender o processo de criação e implantação da Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira e seu ensino secundário, na cidade mineira de Frutal, no período dos governos militares no Brasil, tendo como recorte temporal o período de 1966 a 1976. A presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de Uberaba, na linha de pesquisa Processos Educacionais e seus Fundamentos e situa-se no campo da História da Educação, com a temática voltada para a história de instituições escolares. Esta investigação integra o Projeto “A expansão do ensino secundário no Triângulo Mineiro: entre finalidades e práticas vivenciadas em instituições escolares de Uberaba, Ituiutaba, Frutal e Uberlândia. A metodologia inclui a pesquisa bibliográfica e documental. No que refere-se a pesquisa bibliográfica, foi feito um levantamento de artigos na base de dados da Scientific Electronic Library Online (Scielo), no banco de teses e dissertações CAPES e no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além da leitura de livros voltados para a temática de instituições escolares. A pesquisa documental ocupou-se do levantamento e catalogação de fontes tais como: leis, regulamentos, regimentos, atas, relatórios, correspondências, documentos oficiais da criação e da instalação da instituição, fotografias vinculadas ao período, levantados no arquivo da instituição estudada e no Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura. Do ponto de vista teórico, buscou-se contribuições em Magalhães (1998, 2004), Nosella & Buffa (2009), Saviani (2005), Silva (1969), Nunes (2000), Ferreira e Jeová (2002), Gatti Jr. (2002). Os resultados obtidos na investigação apontam a ação da sociedade civil no processo de criação e implantação da referida escola de nível secundário. Isso demonstra que a sociedade frutalense, representada pelos membros do Rotary Club, tinham um compromisso em relação às questões ligadas à educação. E por isso mesmo não esperaram a intervenção do Estado para a idealização desse feito. Vale ainda destacar que, embora o período militar, no que diz respeito a educação tivesse uma preocupação com um ensino profissionalizante, voltado para a formação de capital humano, no caso específico da Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira, percebeu-se por meio da investigação dos registros escolares, que os conteúdos disseminados nesse espaço escolar, estavam voltados para um ensino de 2º. Grau preparatório para o ensino superior. Tal fato oportunizou a inserção e ascensão social de vários alunos que eram provenientes de classes mais baixas. Assim, ao descortinar a história dos primeiros 10 anos da EEMJO, foi possível perceber a preocupação da sociedade da cidade de Frutal em relação à educação, pois os esforços empreendidos demonstram que a sociedade entendia a escola como um instrumento importante para a disseminação de conhecimentos e progresso da cidade.

**PALAVRAS CHAVE:** HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. ENSINO SECUNDÁRIO. INSTITUIÇÕES ESCOLARES.



## ABSTRACT

This study aims to understand the process of creation and implementation of the State School Maestro Josino de Oliveira and his secondary education in the mining town of Frutal in the period of military rule in Brazil, with the time frame the period 1966 to 1976. This subject and object are designed to communicate the results obtained in the survey which was conducted at the Graduate Program - Master of Education from the University of Uberaba, in the search line and Educational Processes and their fundamentals. The specific objectives were: a) find the political ideas of the military governments, addressing the educational project in the years of military dictatorship and the educational legislation in the period; b) investigate the origins of secondary education through the history and chronology of education in Frutal; c) motivations for the creation of State School Maestro Josino de Oliveira; d) investigate the educational practices of the institution beyond the formal knowledge, addressing their sports and cultural activities; e) draw the profile of the school's alumni; and f) trace the profile of teachers and point the taught curriculum. The research is based on primary sources consist of laws, regulations, rules, minutes, reports, official documents of creation and the institution installation, related photographs the period, raised in the study institution file, the Public Archives of the Municipal Culture Secretariat . From the theoretical and methodological point of view, we seek to establish the difference between the examination of social seFntido and social goals (Magalhaes (1998, 2004), Nosella and Buffa (2009), Saviani (2005), Silva (1969) Nunes (2000), Ferreira and Jehovah (2002), Gatti Jr. (2002). the results allow us to glimpse at social sense, students, mainly children of farmers and traders, have followed different paths of their parents, especially today as professionals and people in public life who have contributed and still contribute to the administrative destinations and municipal politicians, and the social objectives, the results show that, regardless of the dictatorial government objectives during the time frame of the study, secondary education in school studied produced good fruit, that is, students disciplined, competent and prepared for entry into higher education.

KEY WORDS: HISTORY OF EDUCATION - SECONDARY EDUCATION - EDUCATIONAL INSTITUTIONS



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Igreja Nossa Senhora do Carmo de Fructal em 1854.....	40
Figura 2 <sup>14</sup> : Reprodução da capa do jornal O Santelmo S/D.....	41
Figura 3: Jardim Municipal de Fructal, 1895. ....	43
Figura 4: Grupo Escolar Gomes da Silva em 1924. ....	47
Figura 5: Biografia do Patrono da Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira 1966.....	56
Figura 6: Projeto Arquitetônico da EEMJO 1966. ....	57
Figura 7: Início do Alicerce da Escola Estadual em 12/03/1966.....	57
Figura 8: Professor José Morandi: Primeiro Diretor da EEMJO – 1966.....	60
Figura 9: Fachada do prédio construído pelo Rotary e inaugurado em 12/03/1966.....	63
Figura 10: Comemoração dos 10 anos da Escola Estadual em 1976.....	64
Figura 11: Desfile de 7 de setembro 1966.....	68
Figura 12: Desfile com parada em frente à Catedral (07-09-1972-).....	69
Figura 13: Desfile do Clube dos Castores em 07/09/1975 .....	70
Figura 14: Mais de meio século de demonstração artística nas ruas de 07/09/1976 .....	72
Figura 15: Os alunos da Fanfarra da EEMJO em 07-09-72 .....	74
Figura 16: Equipe masculina de futebol da EEMJO 14-05-1974.....	76
Figura 17: Equipe feminina de vôlei da EEMJO 14-05-1974. ....	76
Figura 18: Troféus conquistados pela EEMJO nos 10 anos de sua história, 1966 a 1976. ....	77
Figura 19: Feira Verde na década de 1970 .....	77
Figura 20: Atividade científica em 09-05-1976.....	79
Figura 21: Cena de apresentação cultural 10-07- 1975 .....	79
Figura 22: Um histórico que registra o Exame de Admissão em 1971 .....	82
Figura 23: Ata de Exames de 2ª época em 1967 .....	83
Figura 24: Ficha de matrícula de filho de fazendeiro de 1966 .....	84
Figura 25: Ficha de matrícula de filho de comerciante 1966. ....	85
Figura 26: Ficha de matrícula de filho de lavrador em 1966.....	85





Figura 27: Certificado de Conclusão de Curso, Série ou Grau escolar 1974 .....	87
Figura 28: Recorte com a Resolução 1.728 de 1976 .....	89
Figura 29: Formandos da Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira em 1973.....	92
Figura 30: Declaração de contrato da professora: Jane Mendonça Rodrigues em 09-03-1972.....	93
Figura 31: Termo de posse de Deusmanda Ferreira de Oliveira, em 1972, escrito à mão .....	94
Figura 32: Posse da servente escolar América do Carmo Pereira em 1976 .....	95
Figura 33: Distribuição das aulas no ano letivo de 1966.....	96
Figura 34: Distribuição das aulas no ano letivo de 1967.....	96
Figura 35: Distribuição das aulas no ano letivo de 1971 .....	97
Figura 36: Folha de frequência de professores em 1966 .....	97
Figura 37: Folha de frequência de professores em 1974 .....	98
Figura 38: Folha de frequência de professores em 1975 .....	98
Figura 39: Folha de frequência de professores em 1976 .....	99



## **LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS, TABELAS E MAPAS.**

### **GRÁFICOS**

Gráfico 1: Sistema Escolar Brasileiro entre a Década de 20 e 30. ....	17
Gráfico 2: Evolução do número de alunos no Ensino Secundário de 1966 a 1976.....	81

### **QUADROS**

Quadro 1: Receita Municipal de Frutal (1893-1900) .....	46
Quadro 2: Pais e suas profissões e alunos com destaque para as atividades exercidas atualmente	91

### **TABELAS**

Tabela 1: Principais profissões dos pais no período de 1966 a 1976 .....	87
Tabela 2: Profissões mais apontadas na EEMJO no período de 1966 a 1976.....	88

### **MAPAS**

Mapa 1: Indica a localização da área de estudo, o município de Frutal - MG .....	44
--	----



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 IDEÁRIO POLÍTICO E EDUCACIONAL NA DITADURA MILITAR .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 O ideário político dos governos militares .....</b>	<b>16</b>
<b>1.2 Projeto Educacional nos anos da ditadura militar e sua relação com a Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira.....</b>	<b>25</b>
<b>1.3 A legislação educacional brasileira no período da ditadura militar .....</b>	<b>30</b>
<b>2.ORIGENS DO ENSINO SECUNDÁRIO NA CIDADE DE FRUTAL: A ESCOLA ESTADUAL MAESTRO JOSINO DE OLIVEIRA .....</b>	<b>39</b>
<b>2.1 Um pouco da história sobre a cidade de Frutal.....</b>	<b>39</b>
<b>2.2 Desenvolvimento Educacional em Frutal: Cronologia .....</b>	<b>44</b>
<b>2.3 A EEMJO: motivações para criação de uma instituição em nível secundário em Frutal. ....</b>	<b>52</b>
<b>3.A ESCOLA ESTADUAL MAESTRO JOSINO DE OLIVEIRA DE FRUTAL: ENTRE FINALIDADES E PRÁTICAS ESCOLARES. ....</b>	<b>65</b>
<b>3.1 A EEMJO e os eventos cívicos e esportivos: ideologia da política vigente?.....</b>	<b>65</b>
<b>3.2 Perfil Discente da Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira de Frutal .....</b>	<b>80</b>
<b>3.3 O perfil docente e suas práticas escolares .....</b>	<b>93</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>103</b>
<b>ANEXO 1 .....</b>	<b>112</b>



## INTRODUÇÃO

A proposta desta investigação surgiu do interesse em compreender a escola como um espaço social, onde se realiza a aprendizagem e vivencia-se a construção da cidadania, conceito que foi se formando a partir de minhas experiências profissionais e de estudo.

Esse interesse fortaleceu-se ao cursar Pedagogia no Centro Universitário do Triângulo Mineiro, situado na cidade de Uberlândia-MG, curso finalizado no ano de 2005 e, mais ainda, após fazer pós-graduação *Lato Sensu* em Docência do Ensino Superior pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá – FIJ, estudo finalizado em 2008. Mas, vale ainda ressaltar que todo interesse aumentou com os anos de experiência que adquiri como professora na educação básica.

Essas experiências e mais as leituras relacionadas à história da educação estimularam-me a procurar mais informações a respeito da importância do desenvolvimento de estudos sobre as instituições escolares. Assim, no início de 2014, inscrevi-me para concorrer a uma vaga no Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba – Uniube, cuja linha de pesquisa é Processos Educacionais e seus Fundamentos.

A intenção desta investigação está relacionada a compreender a história da Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira – EEMJO, no período de 1966 a 1976 , sendo essa o primeiro estabelecimento de Ensino Secundário da cidade de Frutal , tendo surgido em período emblemático de nossa história: a Ditadura Militar .

O recorte cronológico justifica-se pela sua sistemática de funcionamento, pela instalação da instituição, pelo ano de autorização de funcionamento, bem como pela doação do prédio para o Estado de Minas Gerais; até então, era ele de propriedade do Rotary Clube, no período de 1966 a 1976, quando a Escola Estadual “Maestro Josino de Oliveira” completa 10 anos de serviços prestados à educação.

Metodologicamente, este trabalho adotou o tipo de pesquisa bibliográfica e documental, a partir de um programa de leituras que envolvem a reflexão acerca dos aspectos teórico-metodológicos contidos nas teorizações sobre a História das Instituições Educacionais, além de leitura e análise de bibliografia sobre a história do Ensino Secundário.

Para efetivação da investigação, foi necessário o trabalho com uma série de fontes de pesquisas escritas, incluindo documentos do acervo da própria escola como:

- fichas de alunos;
- livros de matrícula;
- programas de disciplinas;

- registros de professores;
- correspondências;
- iconografia;
- legislação educacional;
- regimentos escolares;
- decretos;
- relatórios;
- livros de atas de reunião;
- jornais da época;
- análise das notícias educacionais veiculadas pela imprensa local;
- registros do Arquivo Público da Secretaria Municipal de Cultura.

Para Saviani (2005), as instituições escolares, com seus dirigentes, meios e instrumentos por eles operados, constituem-se como um sistema de práticas criadas como unidades de ação, com finalidades a serem perseguidas para satisfazer necessidades humanas.

De acordo com esse autor, a educação, enquanto realidade irreduzível nas sociedades humanas, desenvolve-se, a princípio, espontaneamente, de forma assistemática, de modo indiferenciado em relação às outras práticas sociais. As instituições escolares surgem, então, como uma forma institucionalizada de educação.

Desse modo, o trabalho baseia-se nas principais referências teórico-metodológicas da pesquisa historiográfica de instituições escolares proposta por Magalhães (1998, 2004), Nosella e Buffa (2009), Silva (1969), Nunes (2000), Ferreira e Jeová (2002), Gatti Jr. (2002), para o entendimento da história do Ensino Secundário e a sua relação com o contexto nacional, regional e local.

Na perspectiva de Nosella e Buffa, destacam-se as seguintes categorias de análise, importantes para o desenvolvimento desta pesquisa: criação e implantação da escola, evolução da escola; vida na escola, alunos e professores, normas disciplinares bem como trajetórias de ex-alunos.

A História das Instituições Educativas tem tomado fôlego no contexto dos estudos de história da educação no Brasil, inserindo-se num processo de renovação no campo da história da educação e constituindo-se como um novo campo temático da historiografia da educação brasileira (GATTI JUNIOR, 2002, p. 19). De acordo com esse pesquisador, a História das Instituições Educativas investiga o que se passa no interior da escola pela “apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere



um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos” (GATTI JUNIOR, 2002, p. 20).

Para Magalhães, a História das Instituições Educacionais almeja dar conta dos vários fatores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado desses espaços sociais destinados aos processos de ensino e aprendizagem.

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (MAGALHÃES, 1996, p.2)

No Brasil, ainda que com diversas dificuldades, devido à inexistência de repertórios de fontes organizados, alguns historiadores e educadores têm-se lançado à tarefa de historiar a educação escolar brasileira, através da construção de interpretações acerca das principais instituições educativas espalhadas pelas diversas regiões brasileiras.

Considerando os objetivos propostos e as considerações apresentadas, essa investigação está dividida em três capítulos, que levaram em conta o contexto político, econômico, social e educacional brasileiro, mineiro e local, da época compreendida entre 1966 a 1976.

O primeiro capítulo, *O ideário político e educacional na Ditadura Militar*, procurou analisar como se movimentou o Ensino de 1º e 2º grau, no Brasil, durante o período Regime Militar, dentro do recorte temporal da pesquisa (1966-1976).

No entanto, é importante destacar que o Ensino Secundário brasileiro é abordado desde a Proclamação da República, na Constituição Federal de 1891 – CF, em seu Art. 35, que determina a sua criação. A partir daí, ocorreram importantes reformas:

- 1930, Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação;
- 1931 e 1942, com os Decretos 19.890/31 e 4.244/42, ocorreram ainda vários debates sobre a educação;
- 1945 e 1964, sobre o ensino secundário e técnico profissional;
- 1961, a educação é marcada pela LDB – que foi debatida de 1948 a 1961, ou seja, 13 anos de debates entre os pensadores; e ainda a Lei 5.692/71.

Sendo assim, o primeiro capítulo faz uma panorâmica, sem deixar de ressaltar os detalhes importantes desses momentos.

No segundo capítulo, *Origens do Ensino Secundário na Cidade de Frutal – MG*, registra-se a história do município de Frutal e a criação da EEMJO com seu Ensino Secundário.

Antes, porém, delinea-se o conceito de Ensino Secundário no Brasil, para explicar a importância desse ensino para o município.

O terceiro capítulo, intitulado, *A Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira de Frutal*, entre finalidades e práticas escolares, discorre sobre a Escola como espaço para além do conhecimento: palco social, esportivo e cultural da cidade, bem como efetivar a análise de sua clientela, alunos e ex-alunos, da importância do perfil docente e suas práticas escolares no período pesquisado.

Por fim, nas considerações finais, faz-se uma análise crítica, geral, do funcionamento da EEMJO, em um período emblemático de nossa história.

## 1 IDEÁRIO POLÍTICO E EDUCACIONAL NA DITADURA MILITAR

Ao analisar o contexto histórico, verifica-se o empenho da Ditadura Militar, em toda a sua vigência – de 1964 a 1984 –, para provar que suas medidas e atos tinham por base um determinado sistema de ideias e valores sobre uma suposta democracia. Compreender esse processo é importante para este trabalho, porque ele interfere diretamente no setor educacional brasileiro como um todo e, portanto, no foco deste estudo, que é verificar em que condições políticas o Ensino Secundário foi implantado na Escola Maestro Josino de Oliveira – EEMJO.

### 1.1 O ideário político dos governos militares

Embora o recorte temporal desta pesquisa seja o período de 1966 a 1976, vale destacar um tempo anterior a esse período, mesmo que em linhas gerais, lembrando que o Ensino Secundário foi contemplado desde a Constituição Federal de 1891, que determinou a sua criação no seu artigo 35:

Art. 35. Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente:  
 1º Velar na guarda da Constituição e das leis, e providenciar sobre as necessidades de character federal;  
 2º Animar, no paiz, o desenvolvimento das letras, artes e sciencias, bem como a immigração, a agricultura, a industria e o commercio, sem privilegios que tolham a acção dos governos locaes;  
 3º *Crear instituições de ensino superior e secundario nos Estados;*  
 4º Prover á instrucção secundaria no Districto Federal.  
 (BRASIL, 1891, p.1, grifo nosso).

Depois da Constituição Federal de 1891, o próximo salto temporal importante é a década de 1920, quando intelectuais e educadores da época acharam importante remodelar a escola secundária.

O caráter propedêutico do Ensino Secundário, atrelado ao seu conteúdo humanístico, “[...] fruto da aversão a todo tipo de ensino profissionalizante, próprio de qualquer sistema escolar fundado numa ordem social escravocrata” constituiu um dos principais motivos do atraso cultural de nossas escolas (ROMANELLI, 2010, p. 40).

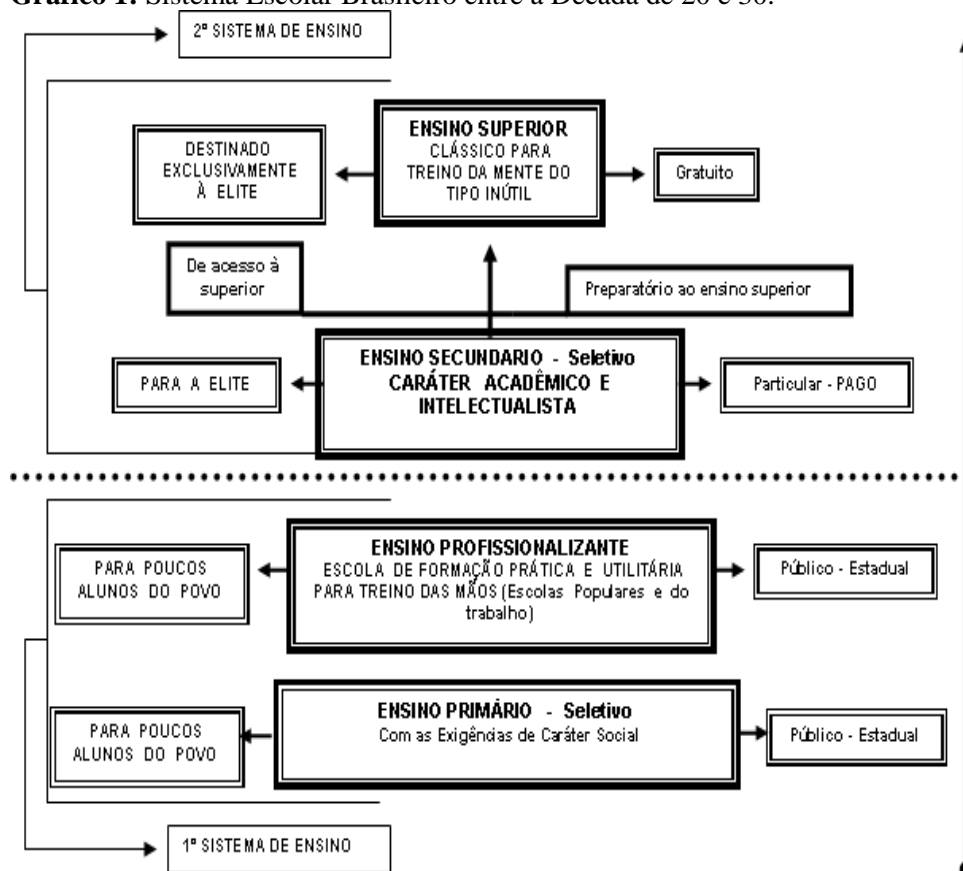
Após a República, a Nação tentava romper com o aparecimento da classe média que utilizou o sistema estadual público de ensino primário e médio e das poucas matrículas

disponíveis nos estabelecimentos públicos e gratuitos de ensino superior, a nova classe tomou posse do sistema estadual e forçou a expansão do ensino superior federal.

Tal remodelação, que precisava ser discutida, era a ampliação dos estudos científicos nos programas, a redução do número de aulas dos estudos clássicos, divisão do curso secundário em dois ciclos e adaptação à realidade dos discentes.

Teixeira (2005) contextualizou o modelo de sistema escolar vigente entre a década de 1920 e 1930, existente no Brasil, com o objetivo de demonstrar a concepção do Sistema Escolar brasileiro como selecionador e não formador, expressa na visão de Anísio Teixeira<sup>1</sup>, demonstrada por meio do Gráfico 1.

**Gráfico 1:** Sistema Escolar Brasileiro entre a Década de 20 e 30.



Fonte: Azevedo (2005, online)<sup>2</sup>

De acordo com a análise de Azevedo (2005), o Gráfico 1 mostra como estava arquitetada a constituição do primeiro sistema de ensino, destinado à educação da classe popular, fechando assim sua possibilidade de ascensão social. Ele explica o desenho:

<sup>1</sup> TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional – MEC, 1976.

<sup>2</sup> AZEVEDO, C. P. Concepção do sistema escolar brasileiro entre a década de 20 e 30, expressa na visão de Anísio Teixeira. *Revista da UFG*, vol. 7, No. 2, dezembro, 2005, online (www.proec.ufg.br). Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista\_ufg/45anos/B-sistemaescolar.html>. Acesso em: 19 ago.2016

Na base do gráfico está desenhada a escola primária, de razoável organização, embora de proporções reduzidas, com exigências de caráter social tais como traz, livros e alto nível de cultura doméstica, sendo esta escola então preparatória e seletiva ao próximo nível ou seja para a escola profissionalizante. No segundo nível do gráfico está desenhada a escola profissionalizante que se caracteriza como escola profissional ou prática “escola popular e de trabalho” para “treino das mãos”, da formação prática e utilitária para o magistério, para as ocupações manuais, para as atividades comerciais, técnicas e agrícolas, que logo vem a se subdividir em escola normal de formação para o magistério e em escola técnico profissional de formação para as atividades técnicas sendo esta a escola mais cara, pois requer oficinas, laboratórios e aparelhagem de alto custo. Este primeiro sistema de ensino era mantido pelo estado ou o poder público logo era gratuito. (AZEVEDO, 2005, P.3.)

Em 1930, um grande marco para a educação brasileira foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. O Governo de Getúlio Vargas organizou as ações de um sistema educativo que fosse controlado oficialmente. Para tal, sancionou decretos para organizar o Ensino Secundário e as Universidades brasileiras que nem existiam na época. Esses decretos ficaram conhecidos por Reforma Francisco Campos para o Ensino Secundário e implantaram o exame de admissão como critério de seleção nacional.

Em 1931, vários decretos efetivaram a legislação educacional, conhecida como Reforma Francisco Campos, que estruturou e centralizou para a administração federal os cursos superiores, o ensino secundário e o ensino comercial (ensino médio profissionalizante).

Essa reforma restringiu-se aos níveis de ensino secundário e superior, os mais procurados pelas elites, não contemplando o ensino primário ou elementar e o ensino normal que permaneceram da alçada dos Estados.

Francisco Campos foi ministro do recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública, entre 1930 e 1934, durante o Governo Provisório instaurado com a Revolução de 1930. Foram esses os decretos:

- Decreto nº. 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação;
- Decreto nº. 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino superior, instituindo o Estatuto das Universidades Brasileiras;
- Decreto nº. 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.
- Decreto nº. 19.890, de 18 de abril de 1931, que estruturou o ensino secundário;
- Decreto nº. 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial;
- Decreto nº. 21.241, de 14 de abril de 1932, consolidando as disposições sobre a estruturação do ensino secundário.

Em linhas gerais, o Manifesto dos Pioneiros da Educação consolidava a visão de um segmento da elite intelectual, com diferentes posições ideológicas, que entrevia possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Redigido por Fernando de Azevedo e assinado por vários intelectuais da educação, o Manifesto foi lançado em pleno processo de reordenação política, resultante da Revolução de 30 e se tornou uma espécie de marco inaugural do projeto de renovação educacional do Brasil. Além de constatar a desorganização do aparelho escolar, propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita.

De acordo com estudos de Souza e Santana (2016), a Constituição de 1934 fez nascer uma nova fase da história constitucional brasileira, à medida que se dedicou a enunciar normas que exorbitam os temas eminentemente constitucionais. Os direitos econômicos, sociais e culturais foram positivados na nova Carta.

Restou estabelecer a competência legislativa da União para traçar diretrizes da educação nacional. Foi a primeira Constituição a dedicar um Capítulo à educação e à cultura. A educação foi definida como direito de todos, correspondendo a dever da família e dos poderes públicos, voltada para consecução de valores de ordem moral e econômica. Nesse sentido, a Constituição Federal, 1934 p.33), estabeleceu que:

**Art. 148.** Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objectos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.

**Art 149.** A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes factores da vida moral e económica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Pode-se notar que a Constituição de 1934 incorporou os direitos sociais aos direitos dos cidadãos. Segundo Souza e Santana (2016), essa Constituição apresentou dispositivos que organizavam a educação nacional, mediante previsão e especificação de linhas gerais de um plano nacional de educação e competência do Conselho Nacional de Educação para elaborá-lo, criação dos sistemas educativos nos Estados, prevendo os Órgãos de sua composição como corolário do próprio princípio federativo e destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino. Também estabeleceu a garantia de imunidade de impostos para estabelecimentos particulares, de liberdade de cátedra e de auxílio a alunos necessitados e determinação de provimento de cargos do magistério oficial mediante concurso público.

Segundo essas autoras, na Constituição de 1937, o texto constitucional vinculou a educação a valores cívicos e econômicos. Não houve preocupação com o ensino público, sendo o

primeiro dispositivo, no trato da matéria, dedicado a estabelecer a livre iniciativa. A centralização é reforçada não só pela previsão de competência material e legislativa privativa da União em relação às diretrizes e bases da educação nacional, sem referência aos sistemas de ensino dos Estados, como também pela própria rigidez do regime ditatorial.

Nesse sentido, a Constituição de 1937 centralizou os poderes nas mãos do Chefe do Poder Executivo, constituindo-se num governo autoritário. Segundo Pompeu (2005, p. 71), essa Constituição priorizou a escola particular, “criando um verdadeiro hiato entre o ensino dos pobres, classes menos favorecidas e o ensino daqueles que podem pagar, as classes mais favorecidas”. A gratuidade foi tratada como uma exceção, a quem poderia alegar ser pobre na forma da lei; aos outros que não pudessem alegar” escassez de recursos, seria cobrada uma contribuição mensal”.

O ensino primário gratuito era obrigatório para todos. Contudo, deveria haver o dever de solidariedade. Conforme a Carta Constitucional (1937, p.25),

**Art. 129.** A infancia e á juventude, a que faltarem os recursos necessarios á educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municipios assegurar, pela fundação de instituições publicas de ensino em todos os seus grãos, a possibilidade de receber uma educação adequada ás suas faculdades, aptidões e tendências vocacionaes.

O ensino prevocacional profissional destinado ás classes menos favorecidas é, em materia de educação, o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municipios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionaes.

É dever das industrias e dos syndicatos economicos crear, na esphera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operarios ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsidios a lhes serem concedidos pelo poder publico.

**Art. 130.** O ensino primario é obligatorio e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matricula, será exigida aos que não allegarem, ou notoriamente não puderem allegar escassez de recursos, uma contribuição modica e mensal para a caixa escolar.

Já a Constituição de 1946 trouxe à tona os princípios presentes nas Constituições de 1891 e 1934. A competência da União, para legislar, englobou as diretrizes e as bases da educação nacional. Já a competência dos Estados foi garantida pela competência residual, bem como pela previsão dos sistemas de ensino nacional e estadual. A vinculação de recursos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino foi novamente estabelecida.

A nova Carta definiu a educação como direito de todos, dando ênfase à ideia de educação pública. Foram definidos princípios que deram uma direção ao ensino primário obrigatório e gratuito, liberdade de cátedra e concurso para seu provimento nos estabelecimentos

superiores oficiais assim como nos livres, merecendo destaque a inovação da previsão de criação de institutos de pesquisa.

A Constituição de 1946, p.37, estabeleceu que:

**Art. 166.** A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

**Art. 167.** O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.

**Art. 168.** A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;

II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;

III - as emprêsas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;

IV - as emprêsas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitadas os direitos dos professores;

V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acôrdo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por êle, se fôr capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;

VI - para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professôres, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade;

VII - é garantida a liberdade de cátedra.

Nota-se, após análise dos diversos textos constitucionais brasileiros, um tratamento dedicado à temática da educação, que reflete valores e ideologias. É, portanto, um tema político.

Sendo assim, esta pesquisa faz apontamentos do período militar, atentando para a perspectiva política e a natureza pública da educação, que são realçadas também no período de 1966, ano de criação da Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira, a 1976, crivo que marca seus dez anos iniciais. Primeiro, faz-se uma abordagem política e, no próximo subtítulo, são colocados os detalhes específicos sobre a educação no mesmo período.

Em 1961, o Brasil passava por uma grande alteração na política. Nesse ano, o então Presidente Jânio Quadros<sup>3</sup> renunciou e assumiu João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, conhecido como Jango, que defendia medidas consideradas de esquerda para aquela época na política brasileira. Jango tinha o plano de fazer reformas de base, pois pretendia reduzir as desigualdades sociais brasileiras. Bigeli (2004) enumera algumas dessas reformas: a bancária (para ampliar crédito aos produtores), a eleitoral (ampliar o voto aos analfabetos e militares de baixas patentes), a educacional (valorizar os professores, oferecer ensino para os analfabetos e acabar com as cátedras vitalícias nas Universidades) e a agrária (democratizar o uso das terras).

As ideias de Jango não agradaram às elites:

---

<sup>3</sup> Jânio Quadros passou por diversos partidos em sua carreira política: PDC (1947-1964), PTN MDB (1965-1980), PTB (1980-1986), PSD (1989) e PRN (1989-1992).



O perfil de Jango logo preocupou as elites, que temiam uma alteração social que ameaçasse seu poder econômico. Entre as medidas adotadas para enfraquecer o então presidente está a adoção do parlamentarismo, que, em 1961 e 1962, atribuiu funções do Executivo ao Congresso, dominado na época por representantes das elites. O regime presidencialista foi restabelecido em 1963 após um plebiscito. (BIGELI, 2004, p. 1)

Não satisfeito, Jango propôs também as reformas constitucionais, provocando a instabilidade política e a reação das elites, que já não estavam satisfeitas com as outras reformas. Assim, o cenário criou condições para o Golpe de 1964, cujo estopim aconteceu em março desse mesmo ano, quando Jango determinou a reforma agrária e a nacionalização das refinarias estrangeiras de petróleo. As consequências vieram:

Imediatamente, a elite reagiu: o clero conservador, a imprensa, o empresariado e a direita em geral organizaram, em São Paulo, a "**Marcha da Família Com Deus pela Liberdade**"<sup>4</sup>, que reuniu cerca de 500 mil pessoas. O repúdio às tentativas de reforma à Constituição Brasileira e a defesa dos princípios, garantias e prerrogativas democráticas constituíram a tônica de todos os discursos e mensagens. (BIGELI, 2004, p. 1, grifo do autor).

Depois desse movimento, em 31 de março de 1964, os militares tomaram o poder e depuseram Jango do Governo. Em 9 de abril, começou a história dos Atos Institucionais – AIs. O AI-1 depôs o Presidente e iniciou as cassações dos mandatos políticos. No mesmo mês, o Marechal Castello Branco foi empossado presidente com um mandato até 24 de janeiro de 1967. Vale ressaltar que ele chegou ao poder por meio de votação indireta do Congresso Nacional. Conforme Fausto,

O grupo castelista tinha, no plano político, o objetivo de instituir uma "**democracia restringida**" depois de realizar as cirurgias previstas no AI-1; no plano de economia, visava reformar o sistema econômico capitalista, modernizando-o como um fim em si mesmo como forma de conter a ameaça comunista. Para atingir esses propósitos, era necessário enfrentar a caótica situação econômico-financeira que vinha dos últimos meses do governo Goulart; controlar a massa trabalhadora do campo e da cidade; promover uma reforma do aparelho do Estado. (FAUSTO, 2006, p. 259, grifo do autor).

O governo de Castello Branco colocou em prática o Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG, cujo objetivo era refrear a inflação, recuperar a economia do Brasil e principalmente melhorar a imagem do País no exterior e, dessa forma, ampliar as possibilidades de se contrair empréstimos. Nessa época, a economia era conduzida pelo então Ministro do Planejamento, Roberto Campos, que "na intenção de controlar a inflação, levou o Brasil a uma

---

<sup>4</sup> A *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* é um nome comum a uma série de eventos ocorridos em março de 1964 em resposta à considerada "ameaça comunista" do comício do presidente João Goulart no dia 13 de março de 1964. Vários grupos sociais, o clero, as famílias e os setores políticos mais conservadores se organizaram em marchas, levando às ruas mais de 500 mil de pessoas, no intuito de derrubar o Presidente João Goulart do Governo. Cf. ARAÚJO, Ana Paula de. **Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. 2011. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade/>>. Acesso em: 5 maio 2016.

onda de desemprego com consequências desastrosas, como uma queda abrupta dos salários. Entre 1964 e 1967, várias empresas de pequeno porte faliram” (SANTANA, 2016, p. 1).

Os atos Institucionais, que só terminariam em 1978, demonstraram como o legalismo golpista era artificial. O AI-1, elaborado por Francisco Campos (o redator da Constituição fascista do Estado Novo, em 1937), deveria vigorar até 31 de janeiro de 1966 e “estabelecia uma série de medidas da sociedade e dos poderes públicos por parte do Executivo (ou seja, o governo federal) tais como: o poder de cassar direitos políticos dos cidadãos, decretar estado de sítio” (NAPOLITANO, 1998, p.16).

O AI-2 decretou a extinção do pluripartidarismo, em favor da política bipartidária polarizada entre a governista Arena e o oposicionista Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Ainda transferia os poderes de decretação de estado de sítio ao Presidente da República. Além dessa medida, caberia também ao Presidente o poder de cassação de mandatos e de intervenção em municípios e Estados. Com o AI-2, o poder Legislativo seria mais francamente concentrado na figura do Presidente.

O AI-2 estabeleceu a continuação das premissas da Doutrina de Segurança Nacional que propunha a paz social como elemento condicionante do desenvolvimento. Além da manutenção das medidas do primeiro ato, AI-2 possibilitou ao Executivo a competência das questões orçamentárias e de regulamentação das forças Armadas : exclusividade para decretar ou prorrogar o “**estado de sítio**”, direito de baixar atos complementares, decretos-leis e recesso do Congresso Nacional, Assembleia Legislativa e Câmara dos Vereadores. (DOCKHORN, 2002, p.45, grifo do autor).

Já o AI-3 estabeleceu regras eleitorais para os âmbitos federal, estadual e municipal. Os cargos estaduais e federais do Executivo e do Legislativo seriam preenchidos através de eleições indiretas.

Por sua vez, o AI-4 tratou da questão de elaboração de uma nova Carta Constitucional. Como resultados dessa Constituição, houve a grande centralização do poder nas mãos do estado federal, em contraposição à perda de autonomia estadual. A participação popular na política encontrava-se cada vez mais tolhida.

O golpe final contra os ideais democráticos foi deferido através da decretação do AI-5, no dia 13 de dezembro de 1968. Esse foi o período de ocupação da Presidência pelo general Arthur da Costa e Silva, que governou de 1967 a 1969. O então Presidente fechou o Congresso, investiu-se do poder de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos. Uma das medidas ainda mais pungentes do AI-5 foi a suspensão do *habeas corpus*, fato que agravou a situação dos presos políticos: presos sem flagrante delito, os acusados de crimes políticos permaneceriam no cárcere conforme a arbitrariedade do Governo. De modo diferente dos demais, a criação do AI-5 não possuía prazo de vigência, tendo durado então até o ano de 1979.

No setor educacional, o Presidente Costa e Silva baixou o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969 (BRASIL, 1969), que previa a punição de professores, alunos e funcionários de Universidades considerados culpados de subversão ao regime. De acordo com Romanelli (1978), os professores atingidos eram demitidos e ficavam impossibilitados de trabalhar em qualquer outra instituição educacional do País por cinco anos, ao passo que os estudantes eram expulsos e ficavam proibidos de cursar qualquer Universidade por três anos. A norma vigorou até 1979, quando foi revogada pela Lei da Anistia<sup>5</sup>.

Compreendido entre os anos de 1969 a 1974, o período da presidência do general Emílio Garrastazu Médici (ex-chefe do Serviço Nacional de Informações) foi um dos mais violentos e repressivos do período militar. Em seu discurso de posse, Médici prometeu a restauração da democracia nacional; porém, com o poder do Estado fortalecido através do AI-5, nenhuma medida foi tomada: ao contrário, a censura prévia foi estabelecida em todos os meios de comunicação.

Mais além, o Estado interferia na veiculação de informações, vendendo a todos a ideia do País em notável desenvolvimento econômico, por meio do qual buscava legitimar a ditadura. Foi a época de *slogans* como "Brasil, ame-o ou deixe-o" (FOLHA, 2002, p.1).

A área econômica cresceu enormemente no período de 1969 a 1973, sendo conhecido como a época do “Milagre Econômico”. Através dos investimentos e dos empréstimos, o País criou uma base de infraestrutura, conforme afirma Fausto (2007):

Houve também uma grande expansão do comércio exterior. A importação ampliada de determinados bens era necessária para o crescimento econômico. As exportações se diversificaram pelos incentivos dados pelo governo à exportação de produtos industriais: créditos em condições favoráveis, isenção ou redução de tributos e outras medidas semelhantes. Nas exportações agrícolas, destacou-se o avanço da soja, cujos preços no mercado internacional eram bastante favoráveis. (FAUSTO, 2007, p. 485)

Com leitura mais crítica, pode-se verificar que, nesse período, o crescimento econômico citado favoreceu, na verdade, a grande concentração de renda nas mãos de uma pequena classe dominante. Grande parte da população não se beneficiou com esse desenvolvimento; muito pelo contrário, caía de categoria social, com exceção da classe média, que experimentou grande conforto social e poder de consumo.

Vale ressaltar que, durante a ditadura militar no Brasil, foram criados Órgãos do Governo com o intuito de garantir a ordem desejada e os interesses da direita no combate contra a ameaça comunista.

---

<sup>5</sup> A Lei da Anistia, no Brasil é a denominação popular dada à lei nº 6.683, promulgada pelo Presidente João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979, após uma ampla mobilização social, ainda durante o regime militar de 1964. Cf. WIKIPEDIA. **Lei da Anistia**. 2016. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei\\_da\\_anistia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_da_anistia)>. Acesso em: 6 maio 2016.

Os militares criaram o **Destacamento de Operações de Informações (DOI)** para ser a instituição responsável pela inteligência e repressão do governo. Em vários estados brasileiros foram instalados prédios para abrigar esses órgãos, os quais eram subordinados ao **Centro de Operações de Defesa Interna (CODI)**. A ligação entre as duas instituições gerou a temida sigla **DOI-CODI** da ditadura militar. (GASPARETTO JÚNIOR, 2010, p.1, grifo do autor).

Esse apanhado histórico, feito até aqui, é para demonstrar que, embora os fatos chamassem a atenção para a área política, o setor de educação também se movimentava, reagindo com veemência à imposição do Governo que tentava acabar com as ideologias, conforme é detalhado no próximo subtítulo “Projeto Educacional nos anos da ditadura”. O que se pode adiantar, de acordo com os registros históricos, é que muitos educadores foram “perseguidos, exilados, cruelmente torturados e, inclusive, assassinados no período” (DIETRICH, 2014, p.1).

O sucessor de Médici, o general Ernesto Geisel (Governo de 1974 a 1979), recebeu o comando de um País que entrava em crise econômica. O Governo buscava mascarar essa crise, usando os veículos de comunicação (fato em que se enquadra a famosa frase do próprio Geisel: "Crise? Que crise?"). Diante do novo quadro econômico que se apresentava e temendo perder toda sua sustentação política entre a classe dominante, o Governo anunciou um gradual processo de abertura política. Sendo assim, ao final de seu mandato, Geisel<sup>6</sup> revogou o AI-5 em 1979.

## **1.2 Projeto Educacional nos anos da ditadura militar e sua relação com a Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira**

Conforme Rodrigues (2012), nos anos de 1960, a escola pública não era lugar para os mais humildes. A classe média foi, naquele período, preparada para uma posição entre os mais pobres e a elite nacional.

Aqueles que concluíam o ginásio podiam se colocar em um escritório, um cargo de encarregado ou supervisor em uma fábrica, ou até mesmo a gerência de uma pequena empresa. O científico era garantia de uma posição de mais qualidade. Com certeza um cargo público no Banco do Brasil, uma posição de chefia em uma repartição de um ministério qualquer, o suboficialato nas forças armadas, ou ainda almejar a entrada em uma faculdade. O ensino era rigoroso e de qualidade. Os mais pobres eram descartados ainda no primário. Ainda que, concluir o primário já garantia alguma diferenciação profissional. Muitos se orgulhavam de tê-lo concluído. (RODRIGUES, 2012, p.1).

---

<sup>6</sup> Em outubro de 1978, o Congresso aprovou a emenda constitucional n° 11, que entrou em vigor a partir de 1° de janeiro de 1979. Seu objetivo principal foi revogar o AI-5. A partir dessa data, o Executivo já não podia declarar o Congresso em recesso, cassar mandatos, demitir ou aposentar funcionários a seu critério, privar cidadãos de seus direitos políticos.

A opinião desse historiador não é menos contundente ao analisar a era do Milagre Brasileiro que, conforme já registramos, foi no período de 1969 a 1973, quando havia a necessidade urgente de mão de obra de nível elementar e médio que pudesse ocupar os postos abertos na produção nacional:

O governo militar não hesitou: promoveu uma grande reforma educacional que diminuiu de dez para oito anos o tempo do ensino fundamental. Acabou com disciplinas consideradas desnecessárias, como o latim e o grego, e fundiu outras consideradas inconvenientes no período, como história e geografia. Foram legalizados e estimulados novos cursos técnicos. Abandonou-se o caráter humanista da educação e adotou-se uma proposta tecnicista. O importante era fazer e não pensar. (RODRIGUES, 2012, p.1)

Já de acordo com Paulino e Pereira (2006, p.3), para se compreender a política do setor educacional no período da ditadura brasileira (1964-1985), deve-se entender que as determinações do capitalismo privaram as necessidades da classe trabalhadora a favor de um crescimento econômico. Assim, naquele período, foram preservados “os interesses do grande capital” e consubstanciada “a exclusão social”.

Pode-se afirmar que o Estado Militar procurou atender aos interesses dos capitalistas atuando concomitantemente no âmbito da escolarização direcionando-a para a tentativa de desenvolver uma mão-de-obra [sic] qualificada, necessária à indústria nascente. (PAULINO; PEREIRA, 2006, p. 4)

A verdade é que o regime militar, sob a ótica desses autores, divulgou um discurso de exaltação e valorização da educação, “dizendo-a como via direta para se atingir o desenvolvimento de uma nação rica e forte” (PAULINO; FERREIRA, 2006, p.4).

A preocupação da classe ditatorial era manter o controle político e ideológico, principalmente no ambiente das Universidades que, apesar das duras repressões, “foram centros de desenvolvimento do saber e de uma racionalidade crítica” (2006, p.4).

Foi dessa maneira que ocorreram as reformas; dentre elas, “a Reforma do Ensino Superior em 1968 e, posteriormente, em 1971, a Reforma do Ensino, com o intuito de evitar a participação da sociedade civil evitando possíveis mobilizações para modificar a estrutura de ensino”.

Segundo Mechi:

Durante a ditadura, o Brasil começou a formar uma pequena, mas expressiva, elite universitária, desenvolvendo pesquisas de ponta. Os resultados do surgimento dessa elite podem ser verificados hoje, através de pesquisas em áreas nas quais o Brasil ganhou destaque internacional, como é o caso da engenharia genética, valendo ao País a participação no projeto Genoma<sup>7</sup> (MECHI, 2006, p.1)

Ainda segundo essa pesquisadora, enquanto se formava a pequena elite intelectual, milhões de brasileiros continuavam analfabetos e, a cada ano, milhares de crianças não conseguiam ter acesso à escolarização básica. Mechi (2006) vai mais longe e afirma que milhares de jovens deixavam a escola para ingressar no mercado de trabalho. Pior que isso,

---

<sup>7</sup> Trata-se de um trabalho conjunto, realizado por diversos países, visando desvendar o código genético de um organismo (podendo ser animal, vegetal, de fungos, bactérias ou de um vírus) através do seu mapeamento.

outros jovens começaram a frequentar as aulas no período noturno e alguns poucos conseguiam chegar à Universidade.

Na visão de Oliveira (2015, p.24), “a preocupação com a formação dos indivíduos por parte do projeto educacional dos militares visava ao surgimento de um grande número de cidadãos uniformes que tivessem uma base educacional mínima e que fossem aptos para a produção”.

O pesquisador completa:

O desejo por transformações econômicas em curto prazo foi decisivo para a composição de um projeto educacional que se adequasse a esse objetivo, e não é por acaso que as ações do governo militar tinham como principal foco a economia. Nos anos em que o governo militar controlou o poder político no Brasil, principalmente nos anos iniciais das décadas de 1960 e 1970, a economia foi estimulada com inúmeras obras de infraestrutura, que se espalharam por grande parte do território nacional, e o PIB sofreu relevante aumento. (OLIVEIRA, 2015, p.24).

Analisar o projeto educacional, nesse contexto, é importante para entender como as medidas militares interferiram na implantação do Ensino Secundário da cidade de Frutal, que é o objetivo deste estudo. Partindo dessa concepção, é possível estabelecer o seguinte:

[...] nesse período que as questões relativas à Educação inserem-se em duas ordens de preocupações básicas por parte do governo federal: de um lado, o ideário nacionalista baseado nos princípios de segurança nacional, onde a “ordem pública” e a “hierarquia dos poderes” deveriam ser respeitadas, e de outro lado, o esboço de um projeto econômico desenvolvimentista, urbano, cuja necessidade de um mercado de consumo e uma força de trabalho minimamente especializada se faziam necessários (MARTINS, 2003, p.17)

Em linhas gerais, com a intenção de mudar a economia brasileira, os militares acabaram interferindo na educação, acreditando que, ao transformá-la, teriam uma formação adequada para atender aos projetos econômicos, políticos e sociais. “Além disso, a Educação era um modo de se alcançar, de forma veloz, um grande número de indivíduos adaptados a essa nova ordem em um espaço de tempo reduzido” (OLIVEIRA, 2015, p.24).

Historicamente sabe-se que a preocupação com a formação dos indivíduos, de acordo com o projeto educacional dos militares, era obter um elevado número de cidadãos uniformes “que tivessem uma base educacional mínima e que fossem aptos para a produção” (OLIVEIRA, 2015, p.24).

De acordo com matéria especial do jornal “Folha de São Paulo” (2014, p.1), isso significa que, nos 21 anos em que os militares permaneceram no poder, a economia brasileira cresceu num ritmo quase três vezes maior do que o alcançado nos primeiros 21 anos após a volta da democracia. No período em que essa expansão foi mais acelerada, entre 1967 e 1973, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 10,2% ao ano, em média, dobrando de tamanho em

apenas sete anos. O resultado destoava tanto dos padrões da época que os analistas passaram a chamá-lo de “Milagre Brasileiro”.

O período chamado “Milagre Brasileiro”, que se estendeu de 1969 a 1973, marcou alguns pontos importantes para a educação. Pela necessidade de mão de obra qualificada, o 1º grau passou a ter 8 anos de duração, sendo justapostos os 4 anos do antigo grupo escolar e mais 4 anos do antigo ginásio. A profissionalização passou a ser obrigatória no 2º grau. As escolas particulares continuaram preparando para as grandes Universidades e as escolas públicas não cumpriam sua finalidade de formação profissional, em função de poucas verbas e salas de aula cada vez mais superlotadas.

Com professores recebendo baixos salários e trabalhando até 70 horas por semana, com alunos em salas de aulas lotadas, o conteúdo tornou-se cada vez mais pobre, mesmo com a construção de novas escolas, que possibilitou o ingresso de uma parte da população que antes não frequentava a escola.

Em suma, com o fim da ditadura militar surgiu uma nova realidade para a escola. Segundo Rodrigues (2012), a escola transformou-se em moeda eleitoral entre os mais pobres:

Perdeu o que restava de sua característica instrucional e aderiu a uma proposta assistencialista e paternalista. A classe média a abandonou definitivamente e a qualidade na formação intelectual das crianças desapareceu. Durante toda a década de 80 os últimos traços de excelência de ensino acabaram. Não havia mais como se manter as aparências. Porém a recente democracia nacional exigia uma propaganda de sucesso e realizações. Foi quando se iniciou a manipulação de resultados. (RODRIGUES, 2012, p.1)

Enfim, mesmo que tenham modernizado a economia brasileira, os militares não conseguiram sustentar o ritmo acelerado de crescimento da década de 1970 “sem criar dificuldades para a administração da economia na democracia” (FOLHA, 2014, p.1). O setor educacional – foco deste estudo – também sofreu as consequências. Por isso, é importante revisar as principais transformações que viveu durante esse período, “sob a ótica da interferência significativa de um projeto educacional intervencionista, que tinha entre seus principais objetivos o de manutenção e propagação do poder político dos militares” (OLIVEIRA, 2015, p.27). É o que se analisa no subtítulo a seguir, por meio do estudo das principais leis que surgiram no período militar.



### 1.3 A legislação educacional brasileira no período da ditadura militar

Não faltam obras, artigos, dissertações e teses que trazem inúmeras interpretações acerca da educação no período militar, levantando questionamentos e debates que enriquecem a questão. De acordo com Oliveira (2015), os militares elaboraram um projeto educacional como forma de garantir a estabilidade e a hegemonia do poder político, além de garantir o aprofundamento das diferenças sociais e a concentração de riquezas. Para tal, foi criada uma estrutura social para facilitar o modelo autoritário imposto por eles.

Desse modo, a primeira ação, de acordo com Oliveira (2015), foi fazer o controle político e ideológico do ensino, visando à eliminação do exercício da crítica social e política, por meio da repressão a professores e alunos indesejáveis ao regime. Isso significa que, na prática, o Governo militar esforçou-se para criar um projeto educacional que fosse ao encontro do modelo de governabilidade e também da estrutura econômica idealizada.

No ponto de vista de Paulino e Pereira (2016, p.2), a política educacional militar deve ser vista como uma forma utilizada pelo Regime para “assegurar a dominação necessária para o exercício de uma política subordinada e mantenedora do processo de acumulação de capital, tentando, dessa forma, afastar os conflitos e as tensões existentes que atrapalhavam a obtenção da hegemonia”.

Nesse contexto, registram-se várias interferências do Governo militar na educação. Uma muito lembrada pelos historiadores e pesquisadores acadêmicos foram as transformações ocorridas nas Universidades públicas de todas as regiões do Brasil. O motivo dessas interferências, de acordo com Oliveira (2015, p.28), consistia em assegurar que as Universidades não estivessem compactuando com atitudes consideradas subversivas pelos militares, ou seja, “que pudessem atentar contra a ordem vigente”.

Existem muitos registros e evidências que relatam a sua presença logo após a efetivação do golpe e da instauração do regime militar. Germano (2011) informa que, já em 9 de abril de 1964, apenas oito dias após o início do regime, um contingente de 400 homens da Polícia Militar de Minas Gerais invadiu a UnB, e nessa mesma ação Anísio Teixeira, um dos principais educadores do Brasil, e naquele momento reitor, foi destituído de suas funções. Foram feitas prisões de professores e estudantes, sendo acionado um interventor que demitiu, de forma abrupta, treze professores sem qualquer acusação oficialmente realizada. Na UnB sucederam-se três invasões da polícia por motivos de greves. (OLIVEIRA, 2015, p.28-29)

Nesse contexto, uma medida ajuda a entender a forte tendência tecnicista imposta à educação naquele período: os diversos acordos sigilosos entre o Governo brasileiro e uma agência norte-americana que se tornaram públicos após 1966. Esses acordos foram feitos entre o

Ministério da Educação – MEC e a United States Agency for International Development – USAID.

Nesses acordos, o Brasil passava a receber assistência técnica e cooperação financeira para a implantação da reforma do ensino. Esse treinamento realizado pelos norte-americanos, ou seja, a assistência técnica, visava à adaptação do ensino à concepção taylorista da mentalidade empresarial tecnocrática.

Sendo assim, surge o planejamento e a organização racional do trabalho pedagógico, a operacionalização dos objetivos, o parcelamento do trabalho com a especialização das funções e a burocratização com o objetivo de melhorar a eficiência e a produtividade do ensino. Essa reforma educacional atrelava o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico dependente que era imposto ao Brasil pela ditadura militar.

Segundo Nasiasene (2012, p.1), os eixos que giravam essa reforma eram os seguintes:

1. Educação e desenvolvimento: visava à formação de profissionais que atendessem às necessidades urgentes do país quanto à mão de obra especializada para um mercado em expansão.

2. Educação e segurança: visava à formação do cidadão consciente através da introdução de disciplinas sobre o civismo e sobre os problemas brasileiros (Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros).

3. Educação e comunidade: que visava estabelecer a relação entre escola e comunidade, através da criação de conselhos de empresários e professores.

No âmbito da legislação na ditadura militar, as suas origens devem ser encontradas no próprio debate acerca da Lei de Diretrizes e Bases, que originou a Lei 4024/1961. Essa foi uma lei, que, apesar de ter sido resultado de longo debate, durante o qual, ocorreram grandes manifestações sociais a favor da escola pública, permitiu aos donos de estabelecimentos de ensino obter o predomínio dos interesses privados na educação brasileira, consolidado nos anos posteriores.

Através da força da norma foi possível realizar o financiamento de uma educação para as classes dominantes e setores dirigentes a partir de recursos produzidos no conjunto da sociedade.

Os recursos públicos, que deveriam ser destinados para uma educação mais uniforme e a resolução de problemas crônicos como o analfabetismo, foram apropriados pelas instituições privadas, através da garantia legal de contenção da expansão da escola pública no contexto de crescimento econômico desigual.

A reforma da lei 5692/71 reestruturou o ensino de 1º e 2º graus, ampliando a obrigatoriedade escolar de 4 para 8 anos, aglutinando o antigo primário com o curso ginásial, suprimindo os exames de admissão para o curso ginásial (que eram seletivos). Outra mudança da reforma foi a separação entre escola secundária e escola técnica, porque foi criada a escola única profissionalizante. Para os que não podiam concluir os estudos regulares foi estruturado o curso supletivo.

Daí em diante, foram estabelecidos dois princípios: o princípio da continuidade, que assegurava a passagem de uma série para outra, desde o primeiro grau (antigos primário e ginásios juntos) até o segundo grau (antigos clássico, científico e técnico); e o princípio da terminalidade, segundo o qual, esperava-se que o aluno, ao terminar cada um dos níveis de ensino, estivesse capacitado para ingressar no mercado de trabalho.

Já o currículo foi regulamentado em uma parte da educação geral e outra parte de educação especial.

A educação especial devia ser programada de acordo com a região, tendo sido criadas habilitações específicas nas três principais áreas de atividade econômica: primária (agricultura), secundária (industrial e terciária). Educação física, educação moral e cívica, educação artística, programa de saúde e religião (que era obrigatória para a escola, mas não para os alunos). Algumas disciplinas desapareceram por "falta de espaço" na grade, como filosofia no ensino de 2.º grau, ou são aglutinadas, como história e geografia, que passaram a se constituir como estudos sociais no primeiro grau. (NASIASENE, 2012, p.1)

A insatisfação popular em relação a mudanças, concretizadas pela política educacional do Governo militar, fez com que novas leis entrassem em vigor: a Lei nº 5.540/68<sup>8</sup> (BRASIL, 1968) complementada posteriormente pelo Decreto-Lei nº 464/69<sup>9</sup> (BRASIL, 1969), sofrendo os efeitos do AI-5. A partir dessa realidade, tem-se que:

A ordem foi estabelecida mediante a centralização das decisões pelo Executivo, transformando a autonomia universitária em mera ficção, bem como pelo uso e abuso da repressão político-ideológica. A institucionalização das triagens ideológicas, a cassação de professores e alunos, a censura ao Ensino, a subordinação direta dos reitores ao presidente da República, as intervenções militares em instituições universitárias, o Decreto-Lei 477/69 como extensão do AI5 no âmbito específico da Educação, e a criação de uma verdadeira polícia política no interior das universidades, corporificada nas denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), atestam o avassalador controle exercido pelo Estado militar sobre o Ensino. (OLIVEIRA, 2015, p.30)

Sabe-se, que antes de 1964, as Universidades brasileiras, embora não fossem totalmente autônomas, gozavam de liberdade amparada pela legislação. Sendo assim, não atendiam aos mandos e desmandos de um Governo militar. No entanto, essa situação mudou. Com as alterações na legislação educacional, feitas pelos militares, com início a partir de 1967, a perseguição política a alunos e professores tornou-se rotineira.

Os professores estavam muito suscetíveis à propaganda governamental em época de crescimento econômico e ficaram encantados pelas marcas fluidas de escolanovismo contidas na Lei e se transformaram em verdadeiros arautos do governo na implantação da Lei 5.692/71. (NASIASENE, 2012, p.1).

Com o crescimento econômico, os professores tornaram-se os garotos-propaganda dessa nova Lei. Como sempre, eles seguiam as recomendações do acordo MEC-USAID e indicavam a profissionalização do Ensino Médio.

Resumindo, o sistema educacional brasileiro foi marcado por dois momentos a partir de

---

<sup>8</sup> A Lei nº 5.540/1968 é conhecida por "Lei da Reforma Universitária". Após o golpe Militar ocorrido em 1964, a LDB (lei nº 4.024/61) precisou ser refeita. Reformas no ensino seriam realizadas e durante este período de nossa história foram promulgadas duas leis, quais sejam: lei nº 5.540/68 e lei nº 5.692/71. Interessante notar que o momento político marcado por um Governo autoritário antecipou a reforma universitária (lei nº 5.540/68) em detrimento da reforma dos outros níveis de ensino (lei nº 5.692/71). Carneiro (2007) entende que o quadro de asfixia política empurrava as Universidades para uma situação de confrontação com o poder estabelecido. Assim, a reforma da educação começava pelo ensino superior. Por sua vez, Ghiraldelli Jr. expõe que é preciso lembrar que a reforma universitária promovida pela 5.540/68 nunca foi aceita pelos setores progressistas e não chegou a empolgar nem mesmo as parcelas da comunidade acadêmica simpática às inovações conservadoras do Governo.

<sup>9</sup> Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540/1968 e dá outras providências.

1964. O primeiro momento foi o de implantação do regime e sua política de recuperação econômica.

Nesse período, houve um agravamento da crise do sistema educacional, originado pelo acelerado crescimento da demanda social por educação. Então, o MEC assinou uma série de convênios com a USAID, objetivando assistência técnica e financeira.

O acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency International for Development (USAID) para o Aperfeiçoamento do Ensino Primário estipulava a contratação de seis assessores americanos por dois anos.

Nesse convênio de cooperação técnica, com a USAID, os ideólogos propuseram a junção do primário e do ginásio. Foi firmado um acordo de cooperação técnica para planejamento da Educação Primária, no qual “o USAID concordava em fornecer a quantia não superior a 375000 dólares para financiar o custo do contrato por dois anos. O convênio entre o MEC e a USAID/BRASIL foi assinado, em 31 de março de 1965, pelo Ministro Moniz de Aragão; Abgar Renault, presidente do Conselho Federal de Educação; Gildásio Amado, Diretor do Ensino Secundário, Farias Góes, representante do Governo Federal .

O acordo teve como finalidade assistir os Conselhos e Secretarias Estaduais de Educação no preparo de seus planos para o ensino de nível secundário e no treinamento de uma equipe de técnicos brasileiros em planejamento de ensino que prestassem serviços consultivos em caráter permanente. Esse acordo previu assessoria técnica americana para o planejamento do ensino e treinamento de técnicos brasileiros nos Estados Unidos.

Segundo o acordo, ao Ministério da Educação coube a tarefa de:

1) designar pelo menos quatro educadores brasileiros para trabalharem com os consultores norte-americanos na prestação de serviços de assessoramento aos Estados, custear todas as viagens dentro do território brasileiro e demais despesas relativas aos serviços dos referidos educadores;

2) cooperar com os consultores norte-americanos na formulação e execução de um plano detalhado com vistas à prestação de serviços consultivos ao Ensino Secundário nos Estados, da forma mais eficiente possível;

3) proporcionar aos consultores norte-americanos instalações de escritórios, serviços complementares de secretaria e outras formas de assistência que se fizerem necessárias;

4) assegurar a manutenção dos salários de bolsistas selecionados de comum acordo, que pudessem ser enviados aos Estados Unidos ou a outros países, que não o Brasil, para receber treinamento.

O objetivo desses programas de ajuda, desenvolvidos nos EUA, era familiarizar os dirigentes da educação brasileira com os valores da educação norte-americana. Os ideólogos americanos esperavam que, assim, eles estivessem qualificados, para adaptar as experiências educacionais, adquiridas nos EUA, ao contexto cultural contemporâneo de seu ambiente de trabalho.

O termo aditivo, assinado em 30 de dezembro, propôs mudanças radicais no ensino primário, referindo-se ao entrosamento da educação primária com a secundária e à formação ou reciclagem de quadros técnicos internalizados de valores pedagógicos, capazes de colocar em prática a proposta norte-americana.

Além disso, o acordo proporcionou a ida aos EUA de vários técnicos brasileiros em educação primária para treinamento e observação de modelos de ensino primário desenvolvidos naquele país. Ainda durante o Governo Castelo Branco, foram firmados acordos em diversas áreas, no âmbito do ensino e treinamento, entre o Ministério da Educação e a USAID, animados pela Aliança para o Progresso.

O segundo momento é de aplicação de medidas práticas em definitivo, para adequar o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico que se intensificava no Brasil. Dentre essas medidas estava a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, que resultou na Lei 5.692/71 (BRASIL, 1971), que implantou a profissionalização do antigo segundo grau.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 4.024 foi a que teve mais longa tramitação no Poder Legislativo, remetida em 1948, recebeu sanção presidencial em dezembro de 1961. Essa lei, distribuída em 119 artigos, teve 23 vetos presidenciais, sendo 9 vetos mantidos pelo Congresso Nacional.

De acordo com Jurema,

A lei 5692/71 reformou o ensino primário e médio, foi sancionada pelo Presidente da República Emílio G. Médici, em 11 de agosto de 1971. Distribuída em 88 artigos não sofreu por parte do Poder Executivo um veto sequer, tendo sido sancionada por inteiro. (JUREMA, 1972, p. 9-12).

Nesse sentido, vale ressaltar que, se não sofreu um veto, pressupõe-se que tanto o Presidente quanto o Grupo de Trabalho que então reformulou a lei (GT) estavam de comum acordo quanto às normas estabelecidas para a educação.

O Grupo de Trabalho (GT) foi instituído pelo decreto nº 66.000, de 20 de maio de 1970, integrado por nove membros, indicados pelo próprio Presidente. As atividades desenvolveram-se em Brasília, no período de 15 de junho a 14 de agosto de 1970.

O decreto concedeu prazo de 60 dias para que esse Grupo de Trabalho apresentasse seus estudos e projetos. Portanto, foi organizada uma "Semana de Educação", na Universidade de

Brasília, na qual todos os seus membros tiveram a oportunidade de ministrar palestras aos alunos da instituição, seguidas de debates. Ao final da semana, os universitários apresentaram conclusões, como fruto de seus estudos, que foram utilizadas para a reformulação da lei. (Relatório, 1971; p.130-131).

As diretrizes presentes na lei se dão quanto a questões sobre o Ensino de 1º e 2º graus, Ensino de 1º grau, Ensino de 2º grau, Ensino Supletivo, Professores Especialistas, Financiamento, Disposições gerais e transitórias.

Segundo justificativas do GT, esse projeto não se trata de mais uma reforma, mas sim de uma atualização e expansão do ensino destinado a crianças e adolescentes.

Não se cogitou a respeito de mais “uma reforma”, no sentido em que a palavra se tornou comum nos círculos educacionais, e sim de atualização e expansão do ensino destinado a crianças e adolescentes. Sem dúvida, isso implica também reforma; porém, não necessariamente como substituição de um plano por outro, a ser em breve ultrapassado pelos fatos, mas como um atributo da própria organização que se deve buscar para dar a escolas e sistemas escolares a capacidade de atualizar-se constantemente, sem crises periódicas, apenas refletindo a dinâmica do processo de escolarização em face dos seus condicionantes internos e externos.

A lei 5692/71 para o ensino de 2º grau veio acompanhada por atos complementares que deram suporte a sua implementação. O Parecer 853/71 fixou núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus e a doutrina do currículo na lei 5.692; Parecer 45/72 do CFE fixou os mínimos a serem exigidos em cada habilitação profissional ou o conjunto de habilitações afins, no ensino de 2º grau; o Parecer 349/72 tratou da habilitação específica, de 2º grau, para o exercício do magistério, em 1º grau; Parecer 75/76 C.E. o ensino de 2º grau na lei 5692/71.

Algumas modificações importantes que a lei 5.692 introduziu no Ensino Secundário foram as seguintes:

- 1) tornou-o eminentemente profissionalizante;
- 2) limitou-o ao que era antes o segundo ciclo do nível médio;
- 3) permitiu a matrícula por disciplina (anual);
- 4) deu-lhe duração variável, conforme as possibilidades do educando (de 3 a 4 séries anuais);
- 5) previu o aproveitamento, em curso superior, de estudos correspondentes à 4ª série.

Relacionado ao currículo de 2º grau, no artigo 4º, parágrafo 3º, estabeleceu-se que o Conselho Federal de Educação (CFE) fixaria, para além do núcleo comum, o mínimo a ser

exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins. O artigo 5º parágrafo 2 tratou da parte de formação especial:

a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de primeiro grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;

b) será fixada, quando se destine à iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.

Assim, observa-se que o núcleo-comum pertence necessariamente à parte de educação geral, já a parte diversificada tanto pode integrar a educação geral como a formação especial. Outro aspecto é a “sondagem de aptidões” que nos remete ao aluno, enquanto a iniciação ao trabalho e a habilitação profissional devem levar em conta as necessidades do mercado de trabalho local ou regional.

De acordo com Ghiraldelli:

A Lei 5.692/71 incorporou os objetivos gerais do ensino expostos nos fins da educação da Lei 4024/61. Tais objetivos diziam respeito à necessidade de proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização [sic], qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. Todavia, as diferenças entre as duas leis não podem ser minimizadas. A Lei 4.024/61 refletia princípios liberais vivos na democracia dos anos de 1950, enquanto a Lei 5.692/71 refletia, em boa medida, os princípios da Ditadura Militar, verificados pela incorporação de determinações no sentido de uma racionalização perversa do trabalho escolar e na adoção do ensino profissionalizante no segundo grau de forma absoluta e universal. (GHIRALDELLI, 2008, p.124)

A Lei nº 5.692/71, que fixava a Reforma do ensino de 1º e 2º graus, foi revogada expressamente pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394 (BRASIL, 1996). Elaborada sob a égide da Constituição Federal anterior, a Lei nº 5.692, segundo a história, ficou conhecida como a Lei de Reforma do 1º e 2º grau. Não contou com a participação popular e, por isso, não foi submetida a grandes discussões e embates. As principais inovações foram: obrigatoriedade do primeiro grau, com oito anos de duração, gratuito e voltado para a educação geral; criação do segundo grau, voltado à profissionalização; ensino supletivo para atender a jovens e adultos que não tivessem concluído ou frequentado o curso na idade própria.

Essa LDB fixa os princípios e os fins da educação brasileira; dispõe sobre o direito à educação e sobre o dever de educar; fixa a organização da educação nacional, indicando as atribuições da União, dos Estados e dos Municípios; define o que integra os sistemas federal, estadual e municipal de ensino; explicita a composição da educação escolar, dividindo-a em educação básica (que abrange a educação infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio) e



educação superior; trata da educação de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram o Ensino Fundamental e Médio na idade própria, da educação profissional, da educação especial, da educação superior, dos profissionais da educação e dos recursos financeiros destinados à educação.

No término deste capítulo, vale ressaltar que são inegáveis as interferências e os reflexos que se espalharam sobre a educação brasileira, a partir das ações práticas do Governo militar, cujas consequências recaíram nos diferentes níveis de ensino, passando pelo nível superior até o básico, em que se inseriam, segundo o período abordado, os ensinos de 1º e 2º graus. Não obstante ser um projeto educacional pautado imperiosamente nas decisões do Governo Federal, cada Estado brasileiro conservou as especificidades locais. Ver como essas especificidades se deram na cidade mineira de Frutal é o objetivo do Capítulo 2, por meio do qual, evidencia-se a importância do Ensino Secundário na EEMJO.

## **2.ORIGENS DO ENSINO SECUNDÁRIO NA CIDADE DE FRUTAL: A ESCOLA ESTADUAL MAESTRO JOSINO DE OLIVEIRA**

O objetivo deste capítulo é apresentar, mesmo que resumidamente, os principais fatos que compõem a história de Frutal (MG), cidade onde está localizada a Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira – cuja implantação e funcionamento do Ensino Secundário interessam a esta pesquisa – e que tem passado, nos últimos anos, por notável crescimento econômico e, junto com ele, o setor educacional. O estudo aborda inicialmente um pouco sobre o surgimento da cidade no meio do Sertão da Farinha Podre e passa pela cronologia da criação das escolas no município, até 1966, quando é criada a Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira [doravante apenas EEMJO].

### **2.1 Um pouco da história sobre a cidade de Frutal**

Como acontece praticamente em todo o Brasil, a história registra que a construção de uma capela é sempre o início de uma grande comunidade. A construção é liderada por alguém respeitável que quer ver o progresso chegar com o povoamento, transformar-se em vila e, por fim, em uma próspera cidade.

Com a cidade de Frutal não foi diferente. Assim, no primeiro momento de seu resgate histórico, é necessário falar do contexto regional do Sertão da Farinha Podre<sup>10</sup>, no qual o município está localizado, com o objetivo de entender como e o porquê Frutal nasceu nessa região.

A iniciativa da construção da capela em homenagem a Nossa Senhora do Carmo foi de Antônio de Paula e Silva. Até então, a região era conhecida como Sertão da Farinha Podre. De acordo com o professor e jornalista Portari (2013, p.1), “o grande fluxo de pessoas fez com que o

---

<sup>10</sup> No início do século passado, essa região funcionou como elo para tropeiros que cruzavam as terras paulistas e mineiras em busca dos campos prósperos goianos. Estrategicamente - o local, que pode ser compreendido hoje como o antigo Sertão da Farinha Podre, limita-se entre as regiões do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro. É estranho falar em Farinha Podre. Mas, era assim que os viajantes encontravam, preso em árvores, pelos caminhos, o restante dos mantimentos deixados por tropas que passaram pela região anteriormente. Na expectativa de um breve retorno, acondicionavam alimentos em certo ponto da estrada; aliviando, assim, o peso das bagagens. Cf. Z Aidan, Ralfer; Castro, Maurício de. **Nas trilhas do Sertão da Farinha Podre**. Disponível em: <<http://www.revelacaoonline.uniube.br/cultura03/sertao.html>>. Acesso em: 15 maio 2016.

lugarejo começasse se desenvolver com a chegada de comerciantes e, posteriormente, de famílias para se instalarem na área, atraídos principalmente pela fertilidade da terra”.

A fixação de numerosas famílias no povoado favoreceu o crescimento dele, que passou à categoria de Arraial em 1850. Em 1854, foi incorporado ao município de Uberaba, cidade localizada cerca de 140 quilômetros de distância que passou a ter as responsabilidades político-administrativas por aquela vila.

A Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Fructal (Figura 1) também foi inaugurada em 1854, ano que se constitui como marco efetivo para formação do povoado e consolidação de distrito em freguesia, tornando-se passagem obrigatória de quem transitava pelas terras baixas, na porção sul do Sertão da Farinha Podre (SILVA, 2012).

**Figura 1:** Igreja Nossa Senhora do Carmo de Fructal em 1854.



**Fonte:** Arquivo Público de Frutal.

O professor e jornalista Portari sintetiza a história:

Inicialmente nominada de “Nossa Senhora do Carmo do Fructal”, foi substituído por “Carmo do Fructal” em 1885, data em que a Câmara Municipal de Uberaba aprovou a elevação da vila à condição de município. Porém, sua instalação definitiva e a posse de suas terras aos moradores só se concretizou em 4 de outubro de 1887, com o nome reduzido apenas a Frutal. A origem do nome, inclusive, se deve à quantidade de frutos do cerrado encontrados na área, especialmente jaboticabas, muricis, entre outros. Essa grande variedade de frutas terminou por nominar o município. (PORTARI, 2013, p.1)

Silva (2012, p.72) comenta que o primeiro Agente do Executivo de Frutal, Horácio<sup>11</sup> de Paula e Silva, tomou posse em 29 de outubro de 1888 e, “impregnado pelo idealismo do avô e do sogro, empenhou seus melhores esforços na organização do município, especialmente dos Departamentos Públicos”. Ainda em 1888, foi criado o Foro Civil do Município e, no dia 26 do mesmo mês, ocorreu a subdivisão em distritos especiais, a saber: Frutal, Moenda (atualmente Itapagipe e Comendador Gomes) e São Francisco de Sales (SILVA, 2012, p. 72).

Foi também em 1888 que foi fundado, pelo Senador Gomes da Silva<sup>12</sup>, o primeiro jornal frutalense, que se chamava “O Santelmo”<sup>13</sup>, onde está registrada toda a história de Frutal.

Estragado pelo tempo, o exemplar estampado na Figura 2 serve apenas para registro iconográfico.

**Figura 2**<sub>14</sub>: Reprodução da capa do jornal “O Santelmo” S/D.



Silva (2012, p.73) destaca que a então cidade de Fructal deve muito ao Comendador Gomes, cujo nome está “intimamente ligado a todos os melhoramentos porque tem passado a bella cidade e que tão largamente a tem engrandecido”. Entre os primeiros equipamentos

<sup>11</sup> O primeiro Agente do Executivo de Frutal foi o Sr. Horácio de Paula e Silva, que tomou posse em 29-10-1888. Era filho de José de Paula e Silva e Ana de Paula e Silva, neto do ilustre fundador Antônio de Paula e Silva e D. Maria Jacinta de Menezes, que, ao deixar nossa terra, recomendou aos descendentes, o encargo da continuidade da obra que iniciara. Sr. Horácio era casado com D. Eugênia Ernestina da Silva, filha única, do Comendador Joaquim Antônio Gomes da Silva e Maria Eugênia de Santa Cruz. Impregnado pelo idealismo do avô e do sogro empenhou seus melhores esforços na organização do município, especialmente dos Departamentos Públicos e instalação do Distrito de São Francisco de Salles.

<sup>12</sup> Joaquim Antônio Gomes da Silva, o Comendador Gomes, foi um político ativo e participativo de Frutal desde os tempos da Farinha Podre. Ele foi morar na cidade de Frutal em função do casamento de sua filha Eugênia Ernestina Esmeralda de Santa Cruz com Horácio de Paula e Silva, que era neto do fundador da cidade, Antônio de Paula e Silva. Em 1895, Comendador Gomes foi eleito senador e muito contribuiu para a emancipação do município.

<sup>13</sup> Foi o primeiro jornal a circular na cidade de Frutal. Segundo Plastino (2003), a data de fundação do veículo é de 15 de setembro de 1895, tinha quatro páginas, contendo basicamente texto. O noticiário era editado na cidade de Uberaba (MG), onde estavam as oficinas gráficas da época. De grande impacto em todo o território mineiro, “O Santelmo” circulou até a edição de número 156, datada em 25 de setembro de 1898.

urbanos ou “melhoramentos”, podem ser citados, além do Fórum, o Grupo Escolar, a Cadeia Pública, o Jardim Municipal de Fructal (Figura 3), o Matadouro Municipal e o Cemitério.

**Figura 3:** Jardim Municipal de Fructal, 1895.



**Fonte:** Arquivo Público de Fructal.

Silva registra que, na década de 1940, ocorreram alguns desmembramentos dos distritos que estavam vinculados ao município de Fructal.

Em 1943, aconteceu a emancipação política da cidade de Fronteira. Outro distrito emancipado nessa época foi São Sebastião das Areias, que se tornou cidade em 1948, com topônimo de Comendador Gomes. Nesse mesmo ano, foi emancipado também o distrito de Lageado, que passou a ser denominado Itapagipe. Ainda na década de 1960, o distrito de Esplanada teve a sua emancipação política, tornando-se município de Planura (1962); seu nome foi devido às terras planas da região. (SILVA, 2012, p. 73)

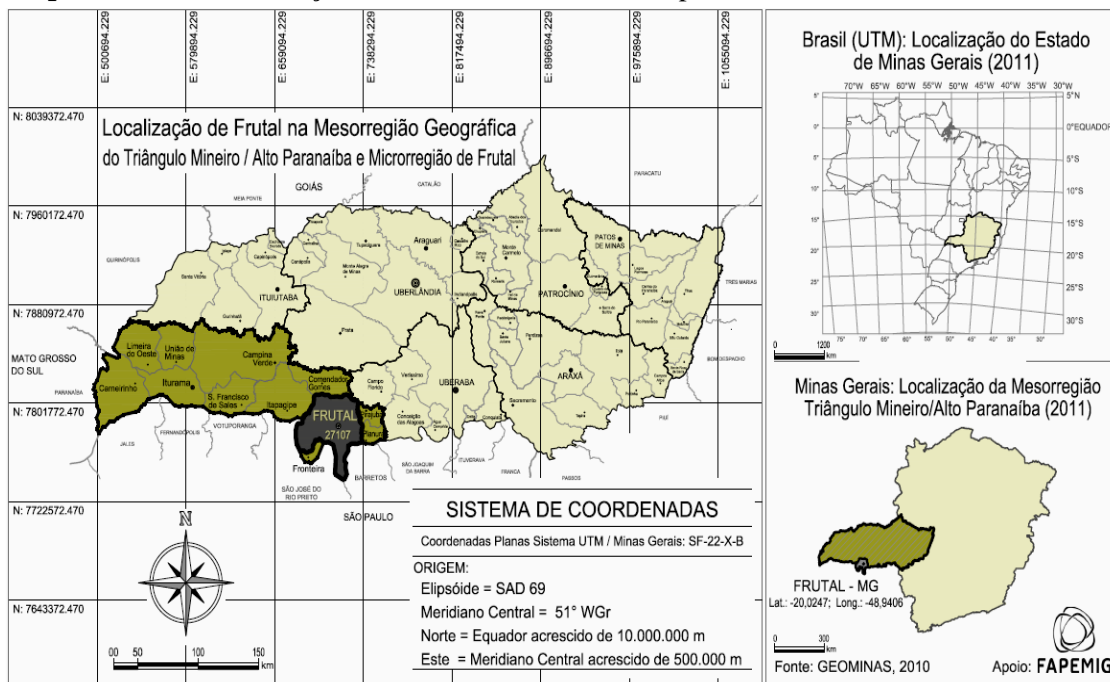
Nesse período, os limites e confrontações do município após os desmembramentos dos distritos se descrevem assim:

- ao Norte: Limita-se Fructal com o Município de Comendador Gomes, separado pelo Rio São Mateus, Córrego José Claudio, Córrego Sertãozinho e Ribeirão da Pedra Branca.
- ao Oeste, Sudoeste, Sul e Sudeste: Limita-se com São Paulo, do qual é separado pelo Rio Grande, de onde começa o Município de Itapagipe até onde termina o Município de Planura.
- ao Sul: Também limita-se com o Município de Fronteira, do qual é separado pelo Córrego do Pântano, Córrego Espora e Córrego Olaria.
- ao Nordeste: Limita-se com Campo Florido, separado de Fructal - pelo Ribeirão da Pedra Branca, no limite com Comendador Gomes e findando onde começa Pirajuba.
- ao Noroeste: Limita-se com Itapagipe, começando onde deságua o Ribeirão de São Mateus, no Rio Grande, sendo separado pelo Ribeirão de São Mateus até a interseção do Córrego dos Varzeados, onde começa o Município de Comendador Gomes.
- a Leste: Limita-se com os Municípios de Pirajuba e Planura, começando o limite leste no Espigão dos Carneiros e terminando no Rio Grande, sendo separado pelo Rio São Francisco (SILVA, 2012. p. 71).

O município de Fructal está localizado no Triângulo Mineiro, antigo Sertão da Farinha Podre, pertencendo à Mesorregião do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Macrorregião de

Planejamento, formada pela união de 66 municípios, agrupados em sete Microrregiões, correspondendo a uma área total de 90.545km<sup>2</sup>.

**Mapa 1:** Indica a localização da área de estudo, o município de Frutal - MG



**Fonte:** SILVA, 2012, P.71)

O município de Frutal abrange uma área de 2.427,0km<sup>2</sup> e situa-se no entroncamento de uma importante malha viária, formada pelas rodovias BRs 153, 262, 364 e MGs 255, 427 e 455. Em Minas Gerais, está distante 618 km da capital Belo Horizonte, 614 de Brasília, 175 de Uberlândia, 138 de Uberaba; está distante 78 km de Barretos, 110 de São José do Rio Preto e 161km de Ribeirão Preto, centros com os quais mantém relações sociais e econômicas.

## 2.2 Desenvolvimento Educacional em Frutal: Cronologia

Antes de se abordar o setor da educação frutalense a partir de 1892, data que marca importantes acontecimentos para o município, cabe um recorte sobre os primeiros anos da República, pois eles serviram de pano de fundo para o ensino nas cidades que, a exemplo de Frutal, davam seus passos iniciais rumo ao progresso.

Também vale ressaltar que, de acordo com Ferreira (2009), em 1890, as escolas de Frutal funcionavam com certa precariedade, sendo algumas mantidas pela municipalidade e outras eram particulares. “Por vezes, fazendeiros contratavam professores para ensinar aos seus filhos, e filhos de vizinhos, mesmo com pouco conforto e pouco material, havia uma frequência irregular dos alunos às aulas” (FERREIRA, 2009, p.50).

Sabe-se que o Brasil foi marcado, nos últimos anos do regime imperial, por crescimento da classe média, participação na vida pública, urbanização e libertação dos escravos. No entanto, como lembram Trindade e Trindade,

[...] a Constituição de 1891 efetivou a descentralização do ensino proposta pelo Ato Adicional de 1834, reforçando a distância entre a educação para a classe dominante, concretizada nos níveis secundário e superior, e para o povo, restrita à educação primária e profissional. (TRINDADE; TRINDADE, 2007, p.4)

De acordo com esses autores, nesse contexto, foi adiada, mais uma vez, a criação de uma Universidade brasileira, sob a influência do positivismo que também orientou a organização escolar. A Reforma Benjamin Constant<sup>14</sup> (BRASIL, 1890) seguiu a orientação expressa na Constituição de 1891, visando à liberdade de ensino, sua laicidade e gratuidade, bem como a coeducação de gênero.

A escola primária organizou-se em duas categorias: a de primeiro grau para crianças de 7 a 13 anos e de segundo grau para as de 13 a 15 anos. O secundário passou a ter sete anos de duração. Uma das intenções da reforma era possibilitar que todos os níveis de ensino se ocupassem da formação, e não apenas de preparação dos alunos. A outra era estruturar a formação científica substituindo a tradição humanista clássica que vigorava no país, há mais de 300 anos. Nos moldes positivistas, foram introduzidas matemática, física, astronomia, biologia, química e sociologia. Nada disso se efetivou e o que ocorreu foi apenas um acréscimo das matérias científicas às tradicionais sem se conseguir implantar um ensino secundário adequado. (TRINDADE; TRINDADE, 2007, p.4)

Disso, pode-se inferir que a educação no município, com a fundação do Instituto Municipal Fructalense, em 1891, assinalou um marco na história educacional de Frutal já seguindo uma diretriz nacional, com aulas de Português, Latim e Francês, então ministradas por professores de renome da época, ao lado do Senador [Comendador] Gomes da Silva (MATA; OLIVEIRA, 1982, p. 11).

Conhecida por “Casa da Instrução”, essa instituição foi criada e mantida pela Câmara Municipal, oferecia Ensino Secundário e funcionou até 1899, cumprindo assim a gratuidade estabelecida pela Reforma Benjamin Constant. A Ata da Reunião da Câmara do dia 12 de julho de 1892 registrou a competência do Instituto:

---

<sup>14</sup>Trata-se da reforma curricular do ensino primário e secundário por meio do Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, que estabeleceu novas diretrizes para a instrução pública, propunha a descentralização dela, a construção de prédios apropriados ao ensino, criação de novas escolas, inclusive Escolas Normais para formação adequada de professores e instituição de um fundo escolar. Levou o nome de seu idealizador, Benjamin Constant Botelho de Magalhães. As disposições transitórias da Constituição de 1891 consagraram-no como *fundador da República* brasileira.



[...] o Senhor Presidente [da Câmara] propôs e foi unanimemente aprovado o adiamento da presente sessão para 25 do corrente, a fim de que o Commendador Gomes da Silva possa concluir e apresentar a proposta para o Regimento Escolar e o *Instituto Municipal que têm a fornecer a Instrução Primaria e Secundaria* neste Município. (CÂMARA MUNICIPAL DE FRUTAL, 1892, p. 75, grifos nossos).

O artigo 5º da Resolução de 1892, do município de Frutal, estabeleceu as várias disciplinas para cada um dos graus da escola primária municipal. São elas para as de 1º grau: “Instrução moral, religiosa e civica; Grammatica portugueza; Arithmetica elementar; Leitura e escripta”. E para as de 2º grau, além dessas, também compreendem as seguintes matérias: “Toda a arithmetica com suas applicações praticas; Systema metrico; Noções de geographia geral, geographia e historia do Brazil; Historia sagrada; Noções praticas de geometria e desenho linear. (CÂMARA MUNICIPAL DE FRUTAL, 1889 a 1898).

Esse rápido apanhado histórico até 1900 foi para mostrar que a cidade de Frutal já contava com instrução primária e secundária desde os primeiros anos de criação. E, para tal, já contava com verba municipal para a manutenção desse ensino, conforme mostra o Quadro 1, elaborado a partir dos documentos de registros de Resoluções e Leis de 29/04/1892 a 13/07/1915, da Câmara Municipal.

**Quadro 1:** Receita Municipal de Frutal (1893-1900)

Ano	Receita Municipal de Fructal	Quantia despendida para Instrução Pública
1893	19:440\$000	5:500\$000 (incluindo obras públicas)
1894	20:730\$000	14:480\$000
1895	27:880\$000	9:660\$000
1896	32:246\$560	15:300\$000
1897	46:623\$420	15:240\$000 (incluindo obras no Instituto Municipal)
1898	30:750\$000	9:680\$000
1899	32:600\$000	10:680\$000
1900	30:000\$000	11:640\$000

**Fonte:** Câmara Municipal de Frutal (1889 a 1898). p. 68 verso

Em recente trabalho, a pesquisadora Borges, informa que, nos anos 1890, a Câmara Municipal de Frutal mantinha uma política de subsídio à educação:

[...] subsidiava, além do pessoal do Instituto Municipal; ainda, o aluguel de oito casas destinadas ao funcionamento de escolas e oito cadeiras de Instrução Primária, entre elas: duas para Frutal, uma na fazenda das Areas, uma na fazenda do Campo Limpo, uma na fazenda do Lageado, uma na fazenda das Melancias e duas em São Francisco de Salles. (BORGES, 2015, p.86)

De acordo com essa pesquisadora, a realidade educacional do início do século XX, no contexto frutalense, permaneceu idêntica à do final do período Imperial, mesmo após a criação de um novo modelo de organização escolar, o grupo escolar. “É possível observar que havia dois modelos de organização escolar: de um lado as escolas rudimentares ou elementares denominadas por cadeiras e mais tarde por escolas rurais e, do outro, o grupo escolar” (BORGES, 2015, p. 85); o que, para Pinheiro (2002), é característica de um período de “passagem” que vai de 1916 a 1929.

Antes, porém, em 1914, Frutal ganhou o Collégio Pedro Salazar, fundado por um juiz do mesmo nome. As atividades dessa instituição foram encerradas no final de 1917, com a transferência do juiz para outra cidade (FERREIRA, 2009, p.50). Ainda, de acordo com essa pesquisadora, foi fundado o Collégio Bandeira em 1915. Já em 1924, foi inaugurado o Grupo Escolar Gomes da Silva (Figura 4), cuja construção ficou parada dez anos por questão econômica. De acordo com Ferreira,

[...] vencido o impasse, em 1922, em virtude do contrato “Major Catuta”, feito pelo agente executivo Joaquim Antônio da Rocha Catuta, mercedamente endossado pela Câmara, a obra foi efetivada, e pôde ser inaugurada, em 1924, pelo agente do executivo Raul de Paula e Silva. (FERREIRA, 2009, p.52)

**Figura 4:** Grupo Escolar Gomes da Silva em 1924.



**Fonte:** Arquivo Público de Frutal.

Já em 1925, foi criado o Gymnásio Imaculada Conceição. Nos dois primeiros anos, foi dirigido pelo próprio fundador, o professor Luiz Augusto Teixeira. Em seguida, foi dirigido pelo Padre Luiz Antônio Sobreiro, um sacerdote velhinho que viera para Frutal e preenchia seu tempo, realizando aquilo de que ele mais gostava: lecionar.

Finalmente, esse *Gymnásio* foi transformado em escola noturna, que funcionou até 1930, subvencionada pela Câmara Municipal.

Seguindo a lista de Ferreira, a próxima instituição escolar a ser criada foi o *Collégio Aurora Fructalense*, que “foi uma das mais conceituadas casas de ensino de Frutal”.

Fundada pela competente educadora Prudência Franco de Castro, em 1932, funcionou até 1936, em uma chácara, onde recebia alunos de ambos os sexos. Além do ensino de categoria, ganhou renome por oferecer “aos jovens uma Linha de Tiro ( Exercícios de Tiro ao Alvo). Os rapazes bem aparelhados e instruídos desfilavam orgulhosos, abrilhantando as comemorações cívicas. Além dessas participações, foram colaboradores na Revolução Constitucional de 32”. (FERREIRA, 2009, p. 53).

Por volta de 1936, o *Collégio Aurora Fructalense* encerrou suas atividades com o falecimento de Dr. Tiago Teixeira de Castro, esposo da D. Prudência. Após o acontecimento, D. Prudência preferiu desistir da escola e transferir sua residência para Belo Horizonte. Essa informação abre uma observação a feita por esta pesquisa: também foi em 1932 que um grupo de educadores dirigiu à Nação o Manifesto dos Pioneiros (TRINDADE; TRINDADE, 2007, p.5-6).

Prosseguindo na cronologia de Ferreira (2009), Frutal ainda contou com a Escola Particular Presidente Vargas, fundada pelo brilhante professor João Magalhães Macedo, em 19-04-1943. Professor João, que antes trabalhava na Rede Pública, observou que Frutal prescindia de mais escolas primárias e um ginásio, para evitar a saída precoce de tantos jovens para estudar em outras cidades.

A Escola Presidente Vargas preencheu essa lacuna, favorecendo admiravelmente a sequência dos estudos dos candidatos fructalenses e tendo o mérito de oferecer internato administrado por seu irmão Sr. Otacílio Macedo. A escola contou sempre com uma matrícula elevada e seleta, incluindo cinco alunos ocupando vagas gratuitas, oferecidas pelo próprio Diretor. Da mesma forma, primou pelo quadro de professores.

Em 1951, por motivo de mudança, o professor João Macedo transferiu o educandário para D. Lourdes Silva. A nova proprietária e Diretora soube conduzi-lo com destaque. Logo após a aquisição da Escola, D. Lourdes comprou um imóvel na Rua João Pinheiro e transferiu-a para o prédio próprio. Com esse espaço competente, criou o curso colegial e de magistério, que nele permanecem até hoje.

No texto de Ferreira (2009), registrou-se que a Escola Municipal Cândida Arantes de Carvalho teve duas raízes básicas, que fortaleceram a vida da escola. A primeira diz respeito à

sua criação, em 1950, instalada na fazenda “Rocinha”, originando-se nas mãos da D. Cândida<sup>15</sup>. Atendia aos filhos, parentes e filhos de vizinhos. Com o crescimento da matrícula, foi necessária a contratação de mais professores.

Na gestão do prefeito César Edson de Moraes, levantou-se uma campanha no sentido de estadualizá-la. O empenho da família de D. Cândida, em favor do prédio, foi positivo e completo com a construção dele, obtenção de todo o mobiliário e elevação a Grupo Escolar da “Rocinha”, em 1953.

Depois de 30 anos, ela foi transferida para a Rua Conquista, 925, em Frutal. Apoiada na segunda raiz, foi instalada em prédio adequado, em 1998 foi municipalizada e continua ativa, ministrando curso de Educação Infantil para crianças de 05 anos e o Ensino Fundamental de I, II, III e IV fases.

Em 1951, foi criado um novo estabelecimento de ensino particular, a escola Vicente de Paulo, fruto de um ideal de D. Odalice<sup>16</sup> Luiza de Freitas.

Foi instalada em sua própria casa e registrada em 1955. A proprietária, D. Odalice, ampliou o prédio e começou a receber alunos. Em 26-01-1966, pelo Decreto 9490, essa escola tornou-se estadual, com o nome de E.E.R.R. “Vicente de Paulo”. No dia 15-02-1966, foi instalada, funcionando no mesmo prédio.

Por meio do decreto 9823, de 01-06-1966, as Escolas Reunidas foram transformadas em Grupo Escolar. “Vicente de Paulo”, continuando no mesmo endereço, na Rua Bias Fortes, 807-Frutal.

O atendimento foi ampliado, recebendo alunos de 5ª a 8ª séries, de Contabilidade e Colegial. Sua escola se fazia presente em todo evento comunitário. Contudo, D. Odalice ainda não tinha o Curso de Magistério. No dia 06-08-1971, a direção da Escola ficou com a professora Magda Chagas Miziara, que transferiu o Curso primário para um prédio novo, construído para receber a Escola, no confronto das ruas Afonso Pena e João Pinheiro.

---

<sup>15</sup>Filha de Capitão Juvenal T. Arantes e Virgínia T. de Andrade. Casou-se com José Dias de Carvalho. Os ancestrais eram fazendeiros residentes em Sacramento-MG, que se transferiram para o município do Prata; Cândida nasceu no município do Prata. Seus pais eram Senhores, donos de muitos escravos. A garota cresceu no meio deles, aprendendo todos os trabalhos praticados nas fazendas e realizava, com dedicação, afazeres junto ao engenho, à roda de fiar ou de tear. Sem enumerar os outros, os produtos, como rapadura, melado, açúcar, tecidos para roupas, lençóis ou colchas eram produzidos na fazenda e com participação dela. Cândida casou-se e veio morar na fazenda Rocinha, município de Frutal, onde passou a maior parte de sua vida. O trabalho não teve tréguas; aliás, aumentou com a chegada dos filhos, a alfabetização deles e dos filhos dos vizinhos. Assim contrataram mais tarde, professores particulares e viram nascer a Escola “Rocinha”, tão sonhada e apoiada pelos moradores das proximidades. (FERREIRA, 2006, p.56).

<sup>16</sup>D. Odalice era filha de Godofredo Luiz de Freitas e Maria Francisca da Silva. Nasceu na fazenda Sapé. Possuidora de muita vocação para o Magistério, começou a lecionar em 1936, com apenas 15 anos, na Escola onde estudou. Casou-se aos 17 anos, com Guilherme Nunes de Freitas; tiveram três filhos: Carita, Donizete e Allan Kardec. Em 1940, foi nomeada por Dr. Sandoval para o cargo de professora rural, na fazenda São José do Fecho. Em 1951, veio para Frutal e fundou a “Escola Vicente de Paulo”. (FERREIRA, 2009, p.57).

As escolas iniciadas por D. Odalice, continuam ativas, bem frequentadas, servindo grandemente à sociedade. Por essa época, Frutal já reivindicava a instalação de um ginásio, “era um sonho de uma necessidade premente”. Várias hipóteses foram discutidas, mas, a solução só apareceu quando surgiu a ideia da organização de uma sociedade anônima para a construção do prédio.

O movimento foi bem dirigido pelo Sr. Prefeito César Edson de Moraes, auxiliado por um grupo de idealistas.

Cumpridas as exigências legais para funcionamento da sociedade, receberam o endosso dos fazendeiros, empresários, do povo em geral, e tornou-se possível o início das obras e a solicitação do registro, junto ao Ministério da Educação.

O Ginásio de Frutal S/A ficou fundado em 06/04/1952 e começou a funcionar em 1955. (FERREIRA, 2009,p.57)

Depois de passar por uma crise, em 1962, com a chegada de freiras, irmãs Salvatorianas, “eficientes educadoras” (FERREIRA, 2009, p. 58), o Ginásio lhes foi cedido. Posteriormente os acionistas fizeram doações de suas cotas para as novas dirigentes. Elas transformaram o educandário em Colégio São José, que conquistou prestígio e funcionou bem até 1971.

Em virtude da falta de verbas para manter o colégio e com a baixa demanda de alunos, as irmãs desistiram e venderam a propriedade para a APAE, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

De acordo com a cronologia elaborada pela memorialista da cidade, Frutal passou a contar também com outras instituições de ensino: Nesse contexto, a Escola Municipal Frei Teodósio, cuja instalação aconteceu em 05-02-1961, em casa alugada de Dr. Sandoval Henrique de Sá, situada na Praça Dr. Alcides de Paula Gomes. Sua primeira Diretora foi a professora Isolina de Souza Brito.

No final desse mesmo ano, foi transferida para um imóvel de propriedade do Sr. Pedro Mendes, localizado na Rua Senador Gomes da Silva, onde permaneceu até junho de 1963. A nova sede era, dessa vez, uma casa bastante velha.

Os alunos, fazendo brincadeiras, serviam-se dos buracos das paredes, para promover intercâmbio com colegas de outras classes.

Os móveis, emprestados e bem danificados, pertenciam a pessoas amigas, a outras escolas e à igreja de Nossa Senhora do Carmo. Talvez por iluminação Divina, o sucesso do ensino ficou garantido.

Depois de uma luta acirrada, a Escola foi instalada em seu prédio próprio, à Rua Osvaldo Cruz, 202, ocupando um dos Pré- fabricados, construídos no Governo de Dr.

José de Magalhães Pinto. Apesar de construção provisória, em metal, o imóvel oferecia 04 salas de aula, gabinete, cantina e banheiros adequados. Para atender à demanda escolar, foram alugadas salas ociosas, da escola Vicente de Paulo.

Continuava necessária, contudo, uma construção definitiva, compatível com o crescimento da Escola. Isso tornou-se realidade em 1979 com a inauguração oficial em 10-04-1980, pelo governador Dr. Francelino Pereira. Atualmente, possui instalações de requinte e além do ensino de 1º grau de 1ª a 4ª série, oferece cursos de Educação Pré-Primária, Especial e Integrada. (FERREIRA, 2009,p.61)

O Grupo Escolar “Frei Teodósio” foi municipalizado com o nome de Escola Municipal “Frei Teodósio”.

Já o Instituto Educacional Frutalense resultou de uma fusão de duas outras escolas, criadas anteriormente. Em 1959, foi fundado pelo profº. Nelson Evangelista, ex-diretor do Ginásio de Frutal S/A, o Instituto Educacional “ Tiradentes”, que ministrava curso primário, datilografia, além da Escola Técnica de Comércio “ Euvaldo Lodi”.

O Ginásio Brasil, de propriedade de Dr. José Salles Filho, Dr. Jedor Pereira Baleeiro, Profº. José Morandi e Profº Carlos Balbino Pelegrinelle, funcionava desde 1961.

Em 1962, essa sociedade adquiriu o Instituto Educacional “ Tiradentes” e uniu ao Ginásio Brasil, instalado assim, o Instituto Frutalense. Além do Ginásio Brasil e da Escola Técnica de Comércio “ Euvaldo Lodi”, a sociedade criou o Colégio “Santa Terezinha”. Ginásio e Escola Normal foram dirigidos, inicialmente, pelo professor José Morandi e Dr. Salles dirigiu a Escola de Comércio. . (FERREIRA, 2009,p.59)

O Ginásio Brasil iniciou suas atividades no Grupo Escolar “ Gomes da Silva”. Construído o prédio, onde está atualmente o “Setas”, o Instituto Educacional Frutalense foi instalado.

Já a Escola Estadual Vicente Macedo foi destacada por FERREIRA (2009). Sua história começou quando instalada como Escolas Reunidas, em 19-02-1964, na Rua São Paulo, no Bairro Boa Vista. Sua primeira sede ocupou um dos prédios pré-fabricados, construídos no Governo de José Magalhães Pinto. A primeira Diretora foi a professora Creusa Brito Marchi.

O crescente número de alunos permitiu a transformação das Escolas reunidas, em Grupo Escolar, ao final de apenas 02 anos de funcionamento.

Essa Escola poderá ser considerada uma das mais ativas de nossa comunidade. Desde o início de suas atividades, introduziu uma criteriosa agenda de comemorações festivas, apresentando ao longo do tempo, do teatro de fantoches ao Jornal escolar, e procurou sempre zelar pelo bom ensino. (FERREIRA ,P 61, 2009).

Atualmente está instalada em prédio próprio, na Rua Quatro de Outubro, 1020. Mantém uma matrícula elevada e instalações modernas. Sua criação é fruto do trabalho de Sr. Godofredo Magalhães Macedo, dinâmico chefe político, da UDN e seu patrono é homenagem ao Sr. Vicente Rodrigues Macedo, conceituado farmacêutico.

Quando a historiadora Ferreira descreve que a Escola Estadual Vicente Macedo apresentava “uma criteriosa agenda de comemorações festivas” e que sempre procurou “zelar

pelo bom ensino”, isso pode indicar suas reminiscências ao tempo que se seguiu ao Golpe de 1964. Nesse ano mesmo, historicamente, o que se ressalta é a remodelagem tanto social quanto educacional advinda de rigorosa imposição de leis por parte do novo Governo, demonstrando o “domínio autoritário e centralizador que se voltou intensamente à reestruturação da educação” (FONSECA, 2016, p.1).

Dessa maneira, conforme a nova ideologia política e econômica, foram realizadas, então, reformas voltadas à transformação da educação convencional em educação tecnicista, além de se criar o sentimento de ufanismo; o que justifica a *agenda de comemorações festivas* (normalmente datas cívicas) e caracteriza então o *bom ensino*, expresso por Ferreira (2009).

Fechando os comentários sobre os grifos feitos, segue-se então com mais um passo adiante na cronologia de criação das escolas de Frutal. Em 1965, é criada a Escola Municipal Cel. Alonso de Moraes. E, por fim, chega-se à criação, em 1966, da instituição que é razão deste estudo, a Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira – EEMJO.

A história e o contexto político de implantação da Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira – criada em pleno período militar – são objetos de estudo e análise desta pesquisa. O estudo passa pela política da sua criação e por uma questão norteadora: como se deu a implantação do Ensino Secundário em Frutal, a partir da criação da EEMJO e, nessa perspectiva, importa destacar uma instituição que se consolidou na cidade, diferentemente das demais escolas de nível secundário, que fecharam suas portas pelos mais diversos motivos. O marco dos 10 anos de existência da escola – nosso recorte cronológico – destaca o quão importante foi a fixação desse estabelecimento de ensino na cidade, que, até hoje, mantém suas portas abertas para a comunidade frutalense.

### **2.3 A EEMJO: motivações para criação de uma instituição em nível secundário em Frutal.**

Antes de se embrenhar na história de fundação da Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira – EEMJO –, cumpre destacar o conceito de Ensino Secundário no século XIX. Conforme Silva (1969, p. 19), “literalmente, a expressão ensino secundário designa um grau ou nível do processo educativo, significando a fase do processo educativo que corresponde à adolescência ou que se superpõe à educação primária ou elementar.

O Ensino Secundário, no Brasil, tem suas origens na educação ocidental, com base na educação clássico – humanista. Nesse sentido, a educação, no Brasil, tem como representantes os

jesuítas. Foi por meio das atividades missionárias na América Portuguesa que ocorreram os primeiros passos da história da educação brasileira.

No entanto, Geraldo Bastos Silva (1969) alerta que:



[...], quando nos propomos a compreender historicamente o ensino primário e o secundário enquanto tipo de ensino, essa noção envolve, além de seus aspectos restritamente pedagógicos, características sociais ou extrapedagógicas que têm importância decisiva, dado o caráter essencialmente histórico dos fatos educacionais [...]. A necessidade específica, a que visa dar atendimento, é socialmente definida; o currículo é parte da herança social ou cultura; os objetivos pedagógicos são concebidos primordialmente à luz de valores e ideais sociais.(SILVA, 1969, p.20).

Para Silva (1969), as características do Ensino Secundário, enquanto tipo de ensino, era ter por finalidade formação educativa das minorias sociais, das elites das “individualidades condutoras”, como se dizia ao tempo da antiga Lei Orgânica do Ensino Secundário; seu objetivo pedagógico era proporcionar uma “cultura geral”, que se vinculava exclusivamente, até certa época, ao currículo de humanidades clássicas e culturais.

Partindo-se dessa perspectiva, Silva (1969, p.20) afirma que o Ensino Secundário era um ensino de classe, um ensino voltado a valores e ideais aristocráticos ou aristocratizantes, um ensino acentuadamente de inutilidades ornamentais.

As instituições desse tipo de ensino, desse modo, eram nitidamente seletivas, num triplo sentido: socialmente, seus alunos provinham das classes sociais mais elevadas, pressupondo-se nas mesmas condições especiais de motivação e de experiência cultural pré-escolar e extra-escolar; pedagogicamente, seus alunos eram recrutados, desde o nível elementar, por meio de classes ou escolas preparatórias; profissionalmente, visavam essas instituições a habilitar, com exclusividade, para as ocupações que exigiam estudos de nível superior.

Silva (1969) aprofunda mais esse estudo. Segundo ele, a expansão do Ensino Secundário no país, inicialmente preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, “foi motivada pelo crescimento demográfico, as exigências de maior escolarização consequentes do desenvolvimento industrial brasileiro, particularmente sobre a área urbana, e problemas de crescimento e articulação do ensino primário, que acabariam por reverberar no ensino médio” (SILVA, 1969, p.307).

As principais características da expansão do Ensino Secundário foram um acentuado crescimento horizontal, observado pelo simples aumento do número de estabelecimentos, além de um significativo crescimento vertical, ratificado pela ampliação de matrícula por estabelecimentos, acarretando, em algumas situações, a superlotação e a criação de novos turnos.

Com relação à expansão do sistema escolar do Brasil, especialmente do Ensino Secundário, Silva (1969) avalia que o crescimento das taxas de ingresso e os altos índices de reprovação e evasão eram consequências de um desajuste profundo entre os princípios de escola para elite e a incorporação, em seus quadros, das classes populares que, se ingressavam na escola, saíam prematuramente, excluídas por motivos de ordem econômica.

Tal concepção baseava-se numa perspectiva das potencialidades da industrialização e seu impacto sobre o desenvolvimento, ou seja, a expansão do Ensino Secundário foi considerada modificação do sistema escolar em decorrência dos impulsos modernizadores e progressistas da industrialização.

Em função do crescimento das cidades, da expansão da indústria e de outros setores da sociedade, fez-se necessária a formação de mão de obra especializada, bem como um melhor preparo do ser humano para esse novo contexto. Nesse sentido, a sociedade carece não apenas de uma escola de primeiras letras, mas também de uma escola com educação de nível médio, a fim de consolidar um conhecimento mais elaborado, ou um ensino médio de grau profissionalizante, capaz de formar o indivíduo para desenvolver uma atividade profissional.

Por agora, vamos à história da EEMJO. O lançamento e a proposição para uma Escola no Bairro do Brejinho foram feitas em 1965, por Jesus Souza e Silva, que, na época, era presidente do Rotary Club de Frutal. Nessa mesma época, foram iniciados os trabalhos, um dos mais difíceis.

Após o encerramento de campanha pro-fundação do Alvorada Praia Clube, sentiu o Rotary Club de Frutal a necessidade de continuar conjugando esforços e partir para outro setor de atividade. Depois de muitos estudos e pesquisas, os rotarianos, embalados pela tarefa já cumprida de doar à nossa cidade uma Praça de Esportes, resolveram voltar-se para um contexto quase em abandono: a criança em idade escolar e sem escola, em um bairro completamente isolado, O Brejinho.

Uma comissão foi designada para completar os trabalhos já iniciados e dela participava, como membro ativo, o então Maestro Josino de Oliveira, sócio fundador do Rotary Club de Frutal.

**Figura 5:** Biografia do Patrono da Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira 1966

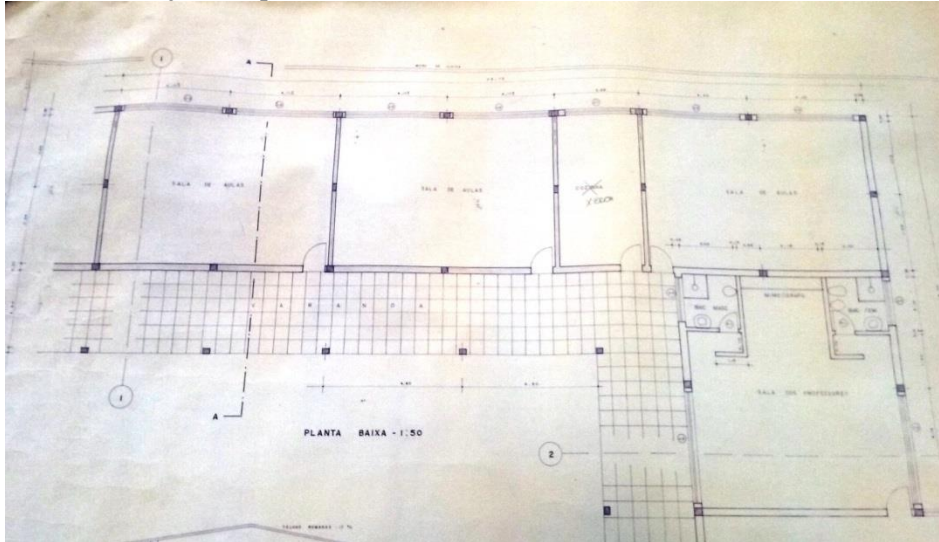


**Fonte:** Acervo da EEMJO

Nascido em 14 de dezembro de 1904, natural de Veríssimo, filho de Antônio Paulino de Oliveira e senhora Maria Caetano, tendo como irmãos Adelino de Oliveira, casado com Ana Rosa de Oliveira; Cirila de Oliveira Lacerda, casada com Valeriano Lacerda, e Maria de Oliveira. Mudou-se para Frutal em agosto de 1934, sendo nomeado, pelo Prefeito Sandoval Henrique de Sá, para o cargo de chefe de Serviço Telefônico Municipal, logo depois transferido, pelo próprio Prefeito, para o cargo de professor de música da municipalidade e ainda professor de música do Ginásio Brasil. Membro de diversas associações, sendo uma dessas a Associação do Rotary Club, na qual ocupava o cargo de Diretor C, dedicando, ao máximo, o seu carinho, cumprindo, com religiosidade, o lema “Bem servir”. Fundou as corporações musicais “Progressistas” e “Cruzeiro do Sul”. Casado com a senhora Guiomar Costa de Oliveira, a mais antiga professora do Grupo Escolar “Gomes da Silva”, da cidade de Frutal. Faleceu em 26 de outubro de 1960, às 8 horas, deixando três filhos adotivos, sendo estes: João de Cristo Lacerda, casado com Maria Amélia da Cruz Lacerda; João Adriano de Barros, casado com Cleide Silva de Barros e Neuza Terezinha Costa Martins, casada com Paulo Martins. Deixou, ainda, seis netos, todos residentes em Frutal. Sua morte deixou um grande vazio na cultura frutalense.

Dentro das possibilidades do Clube e do Bairro, logo após a localização do terreno a ser utilizado, chegou-se à conclusão de que uma Escola, para atender às mínimas necessidades, deveria ter 4 ( quatro ) salas de aula com capacidade para 40 ( quarenta) alunos em cada sala, além da secretaria e outras instalações, conforme mostra o projeto arquitetônico na figura 06.

**Figura 6:** Projeto Arquitetônico da EEMJO 1966.



**Fonte:** Acervo da EEMJO

Começou então a tarefa mais difícil. Sem dinheiro e sem possibilidades de fazer um orçamento, foram desenvolvidas campanhas populares como: jantares festivos, alguns bailes. Com o que se angariou nessas campanhas e o pagamento de mensalidades, os recursos foram levantados: assim foi dado início ao alicerce da construção. Na Figura, 07, à esquerda, Maestro Josino de Oliveira (sócio fundador do Rotary Clube) e Jesus de Souza e Silva (na época presidente do Rotary).

**Figura 7:** Início do Alicerce da Escola Estadual em 12/03/1966.



**Fonte:** Acervo da EEMJO

O nome deveria ser “Escola Rotary” em homenagem aos idealizadores. No levantamento das paredes e já quase em ponto de andaime, faleceu Maestro Josino de Oliveira; então, por unanimidade, os rotarianos decidiram que o nome da escola deveria ser mudado para Escola Maestro Josino de Oliveira, para homenagear o companheiro que tanto lutou pela construção da escola.

Porém, a conclusão da obra levou anos e só aconteceu na gestão do presidente do Rotary, Sr Samuel de Souza e Silva, em 1966. Ele fez um levantamento de todos os custos e, em assembleia, os rotarianos decidiram que cada um pagaria o valor da parcela que lhe coubesse para finalizar a obra.

O Governo de Minas Gerais garantiu que, se o prédio fosse doado para sua administração, ao invés de apenas uma escola primária, instalaria ali um colégio de nível secundário, com o objetivo de atender aos jovens que quisessem prosseguir seus estudos.

Os rotarianos aceitaram a proposta, no entanto fizeram duas solicitações, que foram atendidas pelo Governador Magalhães Pinto: prevalecer o nome do Maestro Josino de Oliveira no referido estabelecimento de ensino e ser o primeiro diretor (José Morandi) indicado pelo Rotary Clube.

Assim, em 12 de março de 1966, Samuel Souza e Silva entregou oficialmente a escola ao Estado de Minas Gerais. Em 14 de março do mesmo ano, deu-se início às aulas do Colégio Estadual.

Na solenidade, disse o presidente Samuel

[...]que não houve nenhum momento de sacrifício, nenhum momento de insatisfação ou esmorecimento em nossa comunidade. A reivindicação era antiga porque ultrapassou gerações de idealistas frutalenses, que viam e sentiam como nós, que no alicerce do saber e conhecimento, se assentava a sólida base do desenvolvimento de um povo. Por isto nós congratulamos com a população desta cidade, pela

inauguração do Colégio Estadual Maestro Josino de Oliveira. Daqui se irradiarão conhecimentos, daqui se lapidarão inteligências e quem sabe, daqui sairão nossos futuros líderes. (Discurso do Presidente Samuel\_\_\_\_, 12/03/1966)

Destacamos, a seguir, os profissionais que fizeram parte do corpo administrativo e pedagógico da Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira:

**DIRETOR:** José Morandi

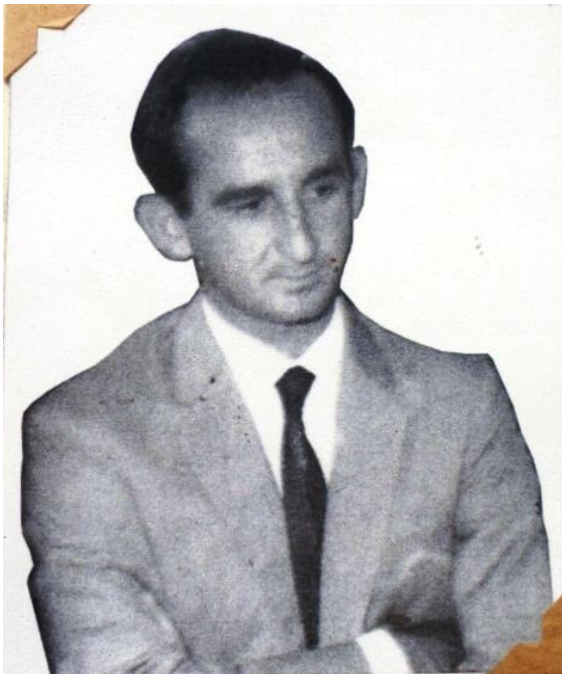
**SECRETÁRIO:** Eulâmpio Rodrigues Filho

**SERVENTE ESCOLAR:** Ana Pinheiro de Oliveira e  
Maria Abadia Lacerda

## PROFESSORES

01. Adalberto Rodrigues de Menezes (Física e Biologia)
02. Delfino Nunes da Silveira Neto (Matemática, Português, Educação Moral e Física)
03. Eunice Rubert Resende (Educação Moral e Física e História)
04. Janne Rodrigues de Mendonça (Educação Moral e Cívica e Desenho)
05. Javert do Carmo Azevêdo (Ciências)
06. Jedor Pereira Baleeiro (Português)
07. João Gilberto Rocha (Química e Geografia)
08. Juracy Batista (Educação Física)
09. Moacyr Batista Duarte (Inglês)
10. Dr. Paulo Benevides Musa (Biologia)
11. Paulo Lucas (Matemática)
12. Pedro Ferreira Resende (Português)
13. Pedro José Marino (Matemática)
14. Zadyha Bittar Rodrigues (Estudos Sociais Brasileiros e Educação Artística)
15. Zuleica de Souza (Francês e português).

**Figura 8:** Professor José Morandi: Primeiro Diretor da EEMJO – 1966.



**Fonte:** Acervo da EEMJO

No seu primeiro ano letivo, matricularam-se 296 alunos no antigo ginásio (8 turmas) e 1º científico (uma turma). A aluna mais famosa que passou pelos seus bancos escolares é a

cantora Vanusa Santos Flores<sup>17</sup>. Ainda de sua turma (1º científico), Luiz Antonio Ferreira, hoje cirurgião dentista, e Waldemar Pacheco de Souza, contador e acadêmico em Direito.

A Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira foi criada por força de legislação em 1965, conforme consta na seguinte lei:

Lei Nº 3.364, de 6 de Abril de 1965 – Publicada em 7 de abril de 1965.

Cria o Ginásio Estadual na cidade de Frutal, com a denominação de Maestro Josino de Oliveira.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu em seu nome sanciono a

**Art. 1º** - fica criado um Ginásio Estadual na cidade de Frutal.

A Seguinte lei:

**Art. 2º** - O Ginásio, de que trata o artigo anterior terá os seguintes cargos:

I- ...um cargo de diretor

II - ...dez cargos de professor

Um cargo de secretário

Um cargo de técnico de Educação, [...] quatro cargos de inspetor de alunos,[...] um cargo de porteiro, [...] dois cargos de contínuo servente...

**Art. 3º** O Ginásio Estadual criado por esta lei só será instalado depois de doado ao Estado prédio adequado ao seu funcionamento e uma vez comprovada a existência de corpo docente legalmente habilitado ...

**Art. 7º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

**Fonte:** Acervo da EEMJO

A população do Bairro Brejinho recebeu, em festa, o anúncio de doação de um terreno para a construção de uma escola da rede estadual no município.

Essa atitude mostra a preocupação do Governo em possibilitar que os alunos tenham melhor rendimento e aprendizado eficaz. É muito importante que o direito à educação seja garantido a todas as crianças e jovens com igualdade de oportunidades.

Às fls. 246 do livro 3-BQ, na data de 31-08-1965, consta a transcrição Nº 28.012, da escritura de um terreno situado na Rua Euclides da Cunha, na cidade de Frutal, com área total de 462480 m<sup>2</sup>, para construção do prédio da Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira, criada pela lei nº 3.364 de 06-04-1965.

---

<sup>17</sup> Vanusa Santos Flores, cantora, compositora. Apesar de nascida no Estado de São Paulo, foi criada nas cidades mineiras de Uberaba e Frutal. Aprendeu violão muito jovem e, com 16 anos, passou a atuar como cantora do conjunto de rock-baile Golden Lions. Numa de suas apresentações, foi ouvida por Sidney Carvalho, então na agência de propaganda Prosperi, Magaldi & Maia, que a convidou para ir a São Paulo. Foi casada com o cantor Antônio Marcos, com o qual teve uma filha. E também com o ator e diretor de TV Augusto César Vanuci, com quem teve outro filho.



Adquirente: Estado de Minas Gerais, representado pelo Sr. Robson Faria, chefe da Coletaria Estadual deste município. Transmissor: Prefeitura Municipal de Frutal, representada pelo prefeito municipal Sr. Celso Arantes Brito.

Prédio doado pelo Rotary Club de Frutal, representado pelo seu presidente Sr. Samuel de Souza e Silva. Escritura lavrada em 30 de agosto de 1965, às fls. 44 e 45 do livro 118, no Cartório do 1º Ofício.

A partir da doação do prédio do Rotary para o Estado, foi necessária a criação de uma lei para a implantação do Ensino Secundário na EEMJO, conforme a legislação abaixo:

“Lei Nº 4.056, de 31 de dezembro de 1965, publicada em 1º de janeiro de 1966.

O Povo de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

[...]

Art 10º - Fica criado o curso secundário de 2º ciclo anexo aos Ginásios Estaduais de Sacramento, Santa Juliana e Frutal. Ficam criados no Anexo II da Lei nº 3214, [...] os seguintes cargos: 15 (quinze) cargos de Professor de Ensino Médio, 6 (seis) cargos de inspetor de ensino 6 (seis) cargos de Contínuo Servente I, [...] Art. 16º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém. Dada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, [...]. José de Magalhães Pinto. (MACHADO, 2015, p.23).

Como o funcionamento da EEMJO se deu legalmente em 1966, então se considera esse ano como marco da trajetória “de uma instituição escolar que obteve muito sucesso na cidade de Frutal” (MACHADO, 2015, p. 23).

Cabe evidenciar o documento que autoriza o funcionamento da escola, como destacado abaixo,

Portaria nº 51 de 08/03/66, publicada no MG de 26/04/66 – Autoriza o funcionamento da Escola. Atendendo a que foram cumpridas as exigências estabelecidas na Portaria 11/66, de 23 de fevereiro de 1966, resolve:

Art. 1º: É concedida autorização para funcionamento do Colégio Estadual Maestro Josino de Oliveira, de Frutal.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação. (MACHADO, 2015, p.23-24)

As aulas da escola recém- inaugurada começaram em março de 1966. O “Estadão”, como a EEMJO é também conhecida, foi sempre um destaque na cidade. De acordo com Ferreira (2009, p.64), a escola “possui um seletivo corpo docente, é muito procurado e aumentou consideravelmente sua rede física”. Chamamos a atenção para alguns documentos que dão sinais de que, nas instalações da escola, além do Ensino Secundário, também funcionava o Ensino Primário. Entretanto, como não era objeto de nossa investigação, não adentramos nessa perspectiva de confirmar tais indícios.

**Figura 9:** Fachada do prédio construído pelo Rotary e inaugurado em 12/03/1966.



**Fonte:** Acervo da Escola EEMJO

Em 1976, ao completar seus primeiros dez anos de funcionamento, a EEMJO era considerada um autêntico atestado de trabalho e serviços prestados à educação e ao ensino. Tanto o professor José Morandi – que entrou para a história da instituição como sendo o seu primeiro diretor – como a professora Zuleica Severo tiveram como meta principal a melhoria das instalações e do nível de ensino. Quanto às instalações, muitos melhoramentos e ampliações foram feitos já por volta dos dez anos de EEMJO.

De acordo com o jornal que circulava na cidade, na época,

Graças ao trabalho da direção, dos professores e do governo municipal e, principalmente, devido ao grande apoio dos pais de alunos, foi possível construir novas salas que, em área e conforto, superam as primeiras com demolição prevista para este ano, em face do seu pequeno tamanho e da ameaça provocada por rachaduras em várias paredes. No setor de esportes, a Escola oferece duas quadras iluminadas e vasto material didático-esportivo. Em todos os inter-colegiais, o Maestro Josino de Oliveira foi campeão e conseguiu as melhores medalhas. (JORNAL ESQUEMA, 1976, p.1)

De acordo com os dados levantados por esta pesquisa, o jornal “Esquema” (1976, p.1) noticiou que “para comemorar os 10 anos, a direção está elaborando um programa que se estenderá até o mês de outubro, com promoções mensais”. No entanto, não existe arquivo de outras edições que possam ter dado a devida cobertura jornalística ao programa de comemoração dos 10 anos da EEMJO.

**Figura 10:** Comemoração dos 10 anos da Escola Estadual em 1976.



**Fonte:** Acervo da EEMJO.

Na edição de 3 de abril de 1976, o jornal “Esquema” informou: “Dentro do programa da atual direção, em cinco anos, todas as dependências da Escola passaram por vários reparos e figurará entre as melhores do interior do Estado”.

Informou ainda que, em comemoração aos 10 anos da EEMJO, os funcionários: Sra. Zuleica de Souza Severo (diretora), Terezinha Lamounier (auxiliar), Evaldo Severo Silva de Paula (auxiliar) e a professora Deusmanda Ferreira de Oliveira que respondia pela secretaria, organizaram um almoço com a participação de todos os funcionários da escola “para homenagear esse momento que é tão importante”.

A Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira, EEMJO, é uma instituição muito importante para o Bairro Brejinho, a comunidade inteira está satisfeita.

O compromisso da escola vai além do ensinar conteúdos de português, matemática, ela traz, junto de seus objetivos, a formação de caráter, valores e princípios morais, que direcionará o aluno a utilizar os conhecimentos aprendidos de maneira eficaz, para que sejam aplicados em favor da sociedade.

É na escola que a criança começa a conviver com o diferente e passa a respeitar e aprender com as diferenças nela, cria o seu primeiro círculo de amizade e percebe a importância de dialogar, ouvir, discutir e levantar hipóteses.

Além de tudo, a partir delas, será capaz de adentrar a sociedade com uma formação acadêmica de qualidade.

### **3.A ESCOLA ESTADUAL MAESTRO JOSINO DE OLIVEIRA DE FRUTAL: ENTRE FINALIDADES E PRÁTICAS ESCOLARES.**

No âmbito da história das instituições escolares, é imprescindível tanto tratar da origem social e do destino profissional dos alunos quanto dos currículos disseminados. Isso é importante para poder mensurar qual é o sentido social dessas instituições. A percepção do sentido e dos objetivos sociais das instituições escolares contribui para o entendimento das relações fundamentais que se estabelecem entre o particular e o geral, no processo de compreensão e de construção de interpretações sobre a história das instituições escolares, pois, no entendimento dessa relação, ancora-se a descoberta da identidade ou mesmo da dinâmica das identidades construídas e assumidas pelos sujeitos que dão vida às instituições educativas (GATTI, 2010).

Sendo assim, a investigação das práticas escolares na Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira – EEMJO, no período de 1966 a 1976, é o objetivo deste capítulo, passando primeiramente pela constatação de que a escola foi palco para além do conhecimento, tornando-se também ribalta para eventos esportivos, cívicos e culturais; depois seguindo para um apanhado histórico sobre os ex-alunos da EEMJO e, por fim, dos professores e dos currículos disseminados no período.

#### **3.1 A EEMJO e os eventos cívicos e esportivos: ideologia da política vigente?**

Desde a década de 1960, a escola deixou de ser concebida apenas como um espaço de disseminação de conhecimentos e passou a desenvolver uma nova função social: a de apropriação e crítica da cultura. O tema vem sendo problematizado por pensadores e pesquisadores em educação, cujas análises direcionam-se no sentido de considerar as relações estabelecidas entre escola e cultura, apontando as mudanças de percepção sobre a função social da escola que remetem a modificações no âmbito da sociedade e de seus sistemas de representação.

Historicamente, a escola constrói uma cultura e estabelece uma identidade única, com maior ou menor aproximação do contexto no qual está inserida. Mais que isso, cria “uma imagem frente à sociedade, por meio de suas práticas cotidianas que são efetivadas por seus

agentes (professores, administradores, alunos e funcionários), estabelecendo, desse modo, importante papel no desenvolvimento da sociedade” (GATTI, 2010, p. 188).

A exemplo do que ocorria em todo o Brasil, no período do recorte temporal desta pesquisa – 1966/1976 –, as festas cívicas de Frutal contavam com a participação de praticamente todos os alunos da EEMJO e da cidade de uma forma geral. O cerimonial era extenso, com atividades, discursos e apresentações artísticas e esportivas que coroavam o momento de conagração com a sociedade e de mostrar o trabalho desenvolvido pela Escola. Era também a oportunidade para difundir os ideais de ordem, progresso e civilidade; isso porque essas festas eram uma forma de difusão de referências nacionais.

As festas, entre outras coisas, acabaram constituindo um modo de construir e difundir referências e símbolos nacionais não só entre os estudantes e professores como também na sociedade de modo geral, integrando, assim, a memória coletiva. Hinos, hasteamento da bandeira e pavilhão escolar constituíram atividades decisivas na constituição da memória coletiva oficial. (SILVA, 2009, p. 3)

Assim, Frutal reproduzia os mesmos valores culturais de outras cidades brasileiras. Os desfiles cívicos, por exemplo, eram verdadeiras demonstrações de civilidade e patriotismo. A data de 7 de setembro era a oportunidade de os alunos exibirem exercícios físicos e bailados coreográficos, além de disciplina e postura frente aos símbolos nacionais.

Uma das formas que o Governo ditatorial encontrou para efetivar seu projeto e manter certo controle social foi, justamente, a organização do espaço público, acionando a moral e o civismo para forjar a ideia da sociedade unida e harmônica. Sendo assim, as práticas corporais e esportivas foram utilizadas como um meio de fortalecimento do nacionalismo nesses espaços, por meio do envolvimento dos alunos, que representam, perante a sociedade, o símbolo dessa ideologia.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que a escola não pode ser considerada um espaço neutro, mas, contrariamente, os espaços operam com uma espécie de discurso que instituiu em sua materialidade, um sistema de valores, um conjunto de aprendizagens sensoriais e motoras e uma semiologia que recobre símbolos estéticos, culturais e ideológicos (Escolano, 1998, p.26).

Assim, chamamos a atenção para o que Júlia denominou como cultura escolar, de acordo com a qual, hábitos e costumes são disseminados no interior das instituições escolares. Para o autor,

[...] a cultura escolar é um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos [...] (JULIA, 2001, p.10).

Podemos então afirmar que, ao tomarmos a escola como um espaço que dissemina cultura e hábitos, fica muito claro que a escola, além de ser um espaço de disseminação de conhecimento, também é um espaço para moldar as “mentes” e um excelente instrumento para perpetuar a diretriz política de uma época, que, neste caso, é a ideologia de uma ditadura militar.

Esses eventos cívicos têm, então, como finalidade, despertar esse sentimento de patriotismo, civismo, disciplina e, nessa perspectiva, o jovem é o porta-bandeira desses pressupostos.

Assim, é possível enfatizar que tais festejos cívicos compõem o currículo escolar, pois movimentam e motivam a participação de alunos, professores e corpo administrativo. Esse tipo de atividade cultural acaba por delinear a identidade da escola. Marcus Levy Bencosta entende que “os desfiles patrióticos dos grupos escolares como transmissores de uma linguagem coletiva, capaz de expressar concomitantemente múltiplos planos simbólicos que os levam a ser identificados como uma grande festa” (BENCOSTA, 2006, p.300).

Percebe-se, então, que tais festividades iam além da celebração, pois traziam veladas outras intenções; entre elas, semear conteúdos e comportamentos, que deveriam estar associados à nova conjuntura política instaurada no país.

O caminho da investigação não foi fácil. Pouco, ou quase nada foi encontrado em termos de fontes impressas importantes, tais como os jornais da época, que existiram, mas que, talvez por descaso ou falta de conhecimento, perderam-se, ou por meio de descarte ou pela falta de um acondicionamento correto. E, com isso, parte da história de uma instituição importante da cidade também se perdeu no tempo. A busca no arquivo público foi em vão. Restaram somente fotos da rede social e algumas do arquivo próprio da EEMJO.

Desse modo, a “Semana da Pátria” em Frutal, no período investigado, não tem documentação para além das descrições e análises das imagens estampadas nas fotos encontradas no desenvolvimento da pesquisa. O que reforça as reflexões deste estudo são dissertações, monografias, teses e livros que analisam as práticas cívicas escolares no Brasil, dentro do período recortado para esta análise. Frisa-se, no entanto, que o empecilho não afugentou uma inquietação sobre a maneira como as festas escolares eram pensadas, uma vez que elas foram parte obrigatória do calendário e do currículo em articulação com as questões políticas no período da Ditadura Militar.

Por isso, é importante destacar a afirmação de Bencosta (2004), que observa que, ainda que as festividades cívicas incorporadas ao calendário escolar não sejam uma

descontinuidade do tempo escolar, são intercaladas por ele e, por isso mesmo, elas sugerem a adesão e o empenho dos protagonistas, representados por professores e alunos. A esse respeito, Rosa Fátima de Souza afirma que o tempo escolar está inserido no tempo social,

Ao tornar as datas cívicas uma atividade escolar, o Estado fez da escola primária um instrumento de perpetuação da memória nacional. As festas escolares, diferentemente das festas do calendário social, não contrapõem o tempo livre ao tempo do trabalho, pois elas constituem tempo de atividade educativa, um tempo de aprender (SOUZA, 1999, p. 134).

Isso posto, pode-se afirmar que os desfiles cívicos da EEMJO podem ser compreendidos como manifestações sociais, nas quais novas formas de pensar e se portar são geradas, pois, nas festas, são liberadas formas de agir e de pensar o mundo que comumente não aparecem no cotidiano. Como esclarece Almeida (2015), o espaço da festa pode ser compreendido como território de liberdade e transgressão, assim como também pode ser espaço de transmissão de saberes e ideologias direcionadas à formação moral do povo.

As Figuras 11 e 12 mostram um pouco disso e como eram os desfiles cívicos em Frutal, no período deste estudo.

**Figura 11:** Desfile de 7 de setembro 1966.



**Fonte:** Página Facebook<sup>18</sup>. Reprodução de Maria Guarani Kaiowá Barcellos.

Descritivamente, a Figura 11 mostra os carros alegóricos na Rua Senador Gomes da Silva, no trecho em cruzamento com a Rua Cel. José de Paula (à frente) e Rua Bias Fortes (atrás do fotógrafo). Pode-se observar que os Fuscas predominavam naquela época. A rua tinha mão dupla, conforme deixa entender a Simca estacionada do lado direito. O Hotel

<sup>18</sup>As fotos dos desfiles estão na página do Facebook com o nome de FRUTAL de volta ao passado. Disponível em: <<https://www.facebook.com/frutaldevoltaaopassado/photos/pb.222070958126813.-2207520000.1466613192./290533774613864/?type=3>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

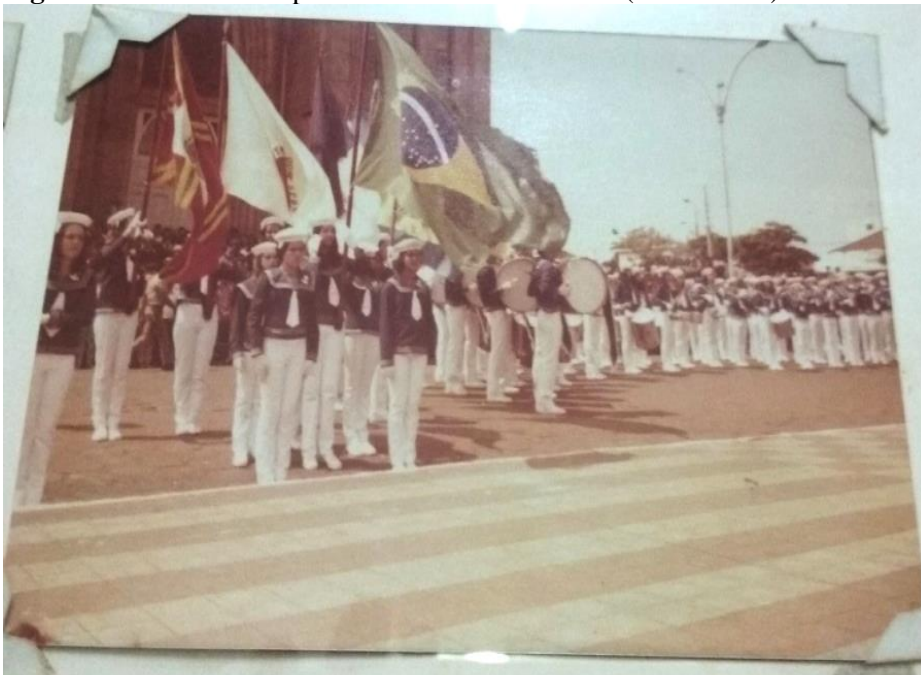
Central (Hotel do Bira) está à esquerda da imagem, e, logo em seguida, no outro lado da esquina, está a Drogaria Frutalense do Sr. Jesus. Existia uma ótica na esquina à direita e, logo adiante, do mesmo lado, o Cine São José. Os postes de luz ainda eram de madeira, assim como os de telefone e telégrafo.

Não se trata apenas de uma mera descrição bucólica, mas de detalhes que marcam a época da Ditadura Militar na Frutal que se desenvolvia. O Fusca, por exemplo, é o sinal do tecnicismo<sup>19</sup> implantado na época. Em 1966, início do recorte desta pesquisa, o Fusca era o carro mais vendido no Brasil e com diversas funções nos Órgãos oficiais.

Apelidado de "Baratinha", o modelo foi utilizado pela Polícia Militar e era estrela nos desfiles de 7 de setembro em Frutal, conforme mostra a Figura 11.

A Figura 12 mostra uma cena de mais de meio século: o desfile cívico em frente à Catedral de Frutal.

**Figura 12:** Desfile com parada em frente à Catedral (07-09-1972).



**Fonte:** Arquivo EEMJO

<sup>19</sup> O Fusca passou a ser montado no Brasil e pedia mão de obra técnica [qualificada] para alguns setores da montadora. O ex-ministro do Planejamento, Roberto Campos (1964-1967) afirmou, durante um seminário "A educação que nos convém", realizado em 1968, que a intenção do Governo era formar os filhos dos pobres até o ensino médio, apenas para qualificar a mão-de-obra. A Universidade era um local destinado às elites. "A educação secundária de tipo propriamente humanista devia, a meu ver, ser algo modificada através da inserção de elementos tecnológicos e práticos, baseados na presunção inevitável de que apenas uma minoria, filtrada no ensino secundário ascenderá à universidade; e para a grande maioria, ter-se-á que considerar a escola secundária como uma formação final", afirmou Campos. Cf. ZINET, Caio. **Qual o legado da ditadura civil-militar na educação básica brasileira?** 2016. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/noticias/ditadura-legou-educacao-precarizada-privatizada-anti-democratica/>>. Acesso em: 5 out. 2016.



A imagem mostra os alunos da EEMJO vestidos de maneira impecável, lembrando as fardas militares, uma vez que os uniformes eram controlados minuciosamente pelo Estado naquela época.

Ao observar a Figura 12, pode-se inferir que as cerimônias, vistas enquanto manifestação cultural, apresentavam um forte apelo à reunião e à unificação. Segundo Thiesse (2000), os feriados nacionais, a bandeira e o hino nacional são partes da construção de uma memória nacional, capaz de organizar e disciplinar os indivíduos. Os desfiles, também conhecidos como paradas, produziam um espetáculo que traduzia as grandes referências identitárias culturais, de forma ordenada e harmoniosa (THIESSE, 2000).

O grande desfile realizado anualmente na data de 7 de setembro contava também com a participação dos clubes de serviços, tal como mostra a Figura 13, que estampa a mensagem do Clube dos Castores<sup>20</sup>, “Trabalhamos para o progresso de um mundo melhor”, em faixa colocada em seu carro alegórico. Vale ressaltar que o Clube de Castores é um clube de serviços, filiado ao Lions Clube e composto por jovens na faixa etária entre 14 e 27 anos.

**Figura 13:** Desfile do Clube dos Castores em 07/09/1975



**Fonte:** Página Facebook Frutal de volta ao passado. Reprodução de Vera Maria Ruas Carvalho

<sup>20</sup> A ideia de reunir jovens para a prestação de serviços comunitários surgiu em meados de 1962 em São Paulo, Jardim Paulista. Uma ideia que veio demonstrar a capacidade do jovem unindo sua dinâmica de trabalho e sua utilidade social. O Castorismo se propõe a congregar jovens de uma mesma comunidade ou que a ela estejam ligados por atividades ou interesses estudantis ou profissionais, unidos-os pelos laços do bom companheirismo, amizade e compreensão mútua.

O objetivo do clube era o de realizar campanhas que pudessem proporcionar uma vida melhor para as parcelas menos favorecidas da comunidade, tais como doação de roupas, alimentos e sapatos, palestras de prevenção e orientação, campanhas voltadas para a saúde e visitas a creches, orfanatos e asilos. A foto é de 1975 e mostra a participação dos jovens frutalenses durante o período militar.

Ao se observar a Figura 13, a análise forma uma indagação: por que uma cidade, em 1975, ainda em desenvolvimento, precisaria da ajuda assistencial da população para creches, orfanatos e asilos? Estudos de Alecrim (2008) auxiliam na resposta.

De acordo com ele, a partir de 1969-1973, o elevado crescimento do Produto Interno Bruto – PIB –, que ficou conhecido como o “Milagre Econômico”, provocou avanços estruturais na criação de postos de novos empregos, inclusive com a construção de várias obras consideradas faraônicas, como a Ponte Rio-Niterói e a Rodovia Transamazônica, empregando uma enorme quantidade de homens e mulheres. Nesse contexto,

O Milagre Econômico teve como características também o crescimento da concentração de renda e o **aumento da pobreza**. Assim, as políticas econômicas adotadas neste período tiveram como foco as camadas sociais consideradas média e alta, por acreditarem que naquele período histórico as camadas sociais denominadas economicamente baixas, não tinham a mesma estrutura econômica, e que não contribuiriam de forma decisiva para o fortalecimento econômico do país. (ALECRIM, 2008, p.3, grifo nosso).

Isso explica a atuação dos clubes de serviços em Frutal, para ajudarem a classe menos favorecida pelo “Milagre Econômico”. Alecrim (2008) ressalta que se devem considerar pelo menos três aspectos para compreender o contexto político-econômico do período. São eles:

Primeiro que com a aceleração do crescimento, houve de forma altíssima um pesado investimento nas indústrias, especialmente na construção Naval, nas Hidrelétricas e nas siderúrgicas e petroquímicas. Segundo, **a classe pobre não tinha as mesmas proteções contra os efeitos da correção monetária da poupanças**, diferente disso, as classe média e alta, eram protegidas de tais correções. Terceiro, houve um grande consumo de energia elétrica, na super-produção de veículos nas indústrias; milhões de trabalhadores tinham em suas residências televisores, que concebiam que seu nível de vida estava melhorando. (ALECRIM, 2008, p. 3, grifos nossos).

Sendo assim, ainda segundo o autor, houve algumas características importantes de serem enfatizadas enquanto questões negativas, explícitas, desse momento: primeiro, que, em um dos Estados mais ricos daquele período histórico, 10% das crianças morriam, havia também, em suas ruas, 600 mil menores abandonados; segundo, apenas 30% dos municípios do Brasil tinham abastecimento de água; tinha-se, naquele momento, o 9º maior PIB, mas, em

escala de desnutrição, ficava entre os piores do Mundo, ou seja, 70% dos brasileiros eram desnutridos.

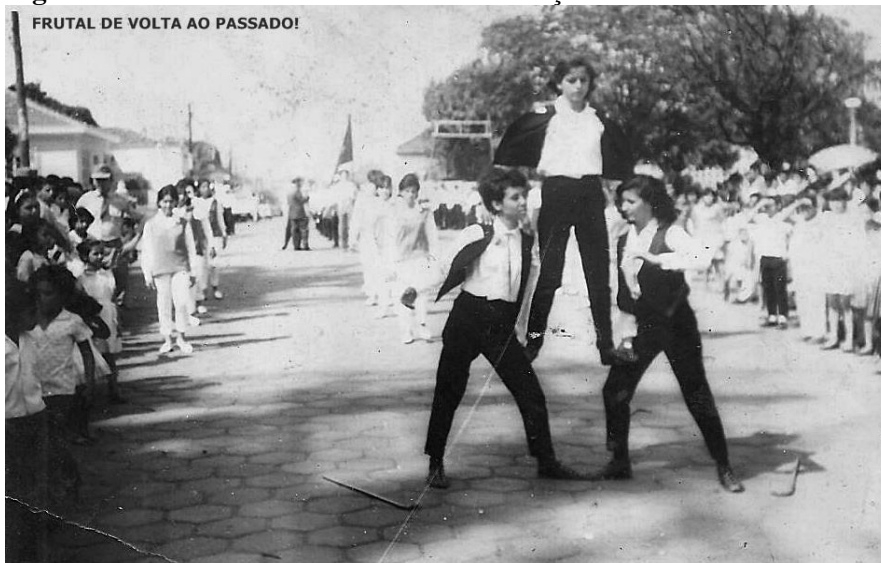
Tudo leva a inferir que Frutal estava dentro de lamentável estatística; portanto, está justificada a frase estampada no carro do Clube dos Castores, mostrada pela Figura 13: “Trabalhamos para o progresso de um mundo melhor”.

Já a Figura 14 mostra uma exibição de contorcionismo, feito por alunas, durante um dos desfiles realizados nas principais ruas de Frutal. Por sua vez, a Figura 15 mostra a apresentação dos alunos da EEMJO no início da avenida Cel. Delfino Nunes, na qual se pode também visualizar o recém-fechado Bar Society, à direita da imagem.

Ambas as fotos comprovam que o 7 de Setembro era comemorado na cidade, mobilizando não somente a EEMJO, mas todas as outras escolas. Existia uma competição sadia entre alunos e escolas cujos diretores se desdobravam no sentido de realizar o melhor desfile. A organização do desfile começava com antecedência, com ensaios feitos em boa parte do ano. Do mesmo modo, as famílias frutalenses esperavam o grande evento, toda a população também ia para as ruas, com grande expectativa.

Percebe-se, assim, que as pessoas da cidade também participavam desses eventos, prestigiando e valorizando a escola, os alunos e a direção. Além do espetáculo que a escola trazia para a rua, não se deve esquecer da intencionalidade dessas festas, pois elas ocorrem no intuito de reforçar as dimensões políticas e patrióticas bem como legitimar a questão do culto à ordem, importante para disseminar a sua ideologia.

**Figura 14:** Mais de meio século de demonstração artística nas ruas 07/09/1976



**Fonte:** Página Facebook Frutal de volta ao passado. Reprodução de Maria Guarani Kaiowá Barcellos.

Ao se observar a Figura 14, percebe-se a formação atlética que deixa a clara impressão de espetáculo patriótico. Essas demonstrações de Educação Física até hoje são exaltadas pelos moradores mais antigos da cidade como um espetáculo de rara beleza, proporcionando quadros coreográficos e atléticos maravilhosos (MAZO, 2005).

De acordo com Oliveira,

A historiografia desenvolveu uma estreita interpretação que imputa à educação física escolar uma função de reprodução do ideário oficial, calcado na ideologia da segurança nacional e do Brasil grande. Além disso, a tecnicização das práticas corporais representaria melhoria das condições da força de trabalho, no sentido de torná-la mais eficiente e eficaz no processo de produção; a racionalidade e o planejamento da economia da educação conformavam, então, as políticas públicas e, conseqüentemente, as práticas escolares, deixando pouco ou nenhum espaço para a intervenção dos sujeitos na história. (OLIVEIRA, 2002, p.54)

É fato então que a atividade física escolar, refletida também nos eventos cívicos, tinha, por finalidade, enfatizar a importância do corpo e da mente sã, no sentido de melhorar a eficiência da força de trabalho e, nesse sentido, mais uma vez, a escola vem reforçar essa ideologia propagada pelo Governo de então, pautado na questão da segurança nacional.

Oliveira afirma ainda que,

Na tentativa de consolidar a sua ideologia, a ditadura militar, fez uso de atividades desportivas (e da educação física em geral), com a finalidade de anestesiar a consciência e amainar a participação popular nos processos reivindicatórios e decisórios. Então, teria o governo produzido e divulgado uma certa abordagem de educação física que se consolidou de forma incontestável, sem que os profissionais da área pudessem contrapor-se às suas medidas autoritárias e arbitrarias. (OLIVEIRA, 2002, p. 56 )

Os frutalenses viam nessas paradas de 7 de setembro a síntese do espírito esportivo da mocidade de então e a expressão de sua disciplina, mas, ao que tudo indica, não percebiam esse movimento feito pelo Governo, no sentido de reforçar sua ideologia.

As festas cívicas dão grande visibilidade à EEMJO até hoje, mas notadamente, no período em estudo, elas eram uma forma de a escola se mostrar e reafirmar seus valores e ideias perante a sociedade. Nesse sentido, o que está associado à história da EEMJO é a sua fanfarra, “que até hoje ainda existe e enche de orgulho a todos da escola” (MACHADO, 2015, p.39).

A Fanfarra do Estádio – como era e ainda é conhecida – foi criada na década de 1970, mas, só em 1975, tornou-se mista, com a participação de alunos e alunas, sob a coordenação do professor Evaldo Severo e do maestro Adiel Pedro.

Nos anos seguintes, outras escolas também se organizaram, formaram suas fanfarras, que passaram a fazer parte dos desfiles. Entusiasmado com o sucesso da fanfarra da EEMJO ,

o prof. Evaldo levou o maestro Adiel a São Paulo, para assistir a um Concurso Nacional de Bandas e Fanfarras, organizado pela Rádio e T.V. Record, para que ele pudesse assistir e levar para os alunos que faziam parte da fanfarra da escola, as melhores técnicas, no sentido de aprimorar, ainda mais o desempenho dessa fanfarra.

A imagem da figura 15 trazem os alunos da EEMJO em desfile na Praça da Matriz, parte central da cidade, com vista para o início da Avenida Cel. Delfino Nunes. É possível perceber a cadência, a postura e a disciplina frente ao desfile. De acordo com Souza,

As festas entre outras coisas, acabaram constituindo um modo de construir e difundir referências e símbolos nacionais não só entre os estudantes e professores como também a sociedade de modo geral, integrando, assim, a memória coletiva. Hinos, hasteamento da bandeira e pavilhão escolar constituíam atividades decisivas na constituição da memória coletiva oficial. (Silva, 2009, p.3).

**Figura 15:** Os alunos da Fanfarra da EEMJO em 07-09-72



**Fonte:** Página Facebook Frutal de volta ao passado.

Assim, os desfiles, contando com a Fanfarra do Estadão, fazem parte até hoje da história da EEMJO. Quando os alunos que nela iniciaram com 11 anos já estavam com seus 15, 16 anos, ela passou a ser considerada uma das melhores do Brasil, ganhando vários campeonatos no interior de São Paulo, sendo, por duas vezes, Vice-Campeã Nacional, conforme relata Machado 2015.

Os apontamentos históricos da EEMJO mostram a importância de sua fanfarra para a escola e a cidade, mas, em momento algum, mencionam que o “período militar brasileiro, ao incentivar esses eventos, causou uma falsa impressão no País que associa, comumente, as apresentações das bandas ou fanfarras à ditadura” (LORENZET; TOZZO, 2009, p.4).

Esses pesquisadores explicam que, desde o Estado Novo (1937-1945), o Governo Federal preocupou-se em estimular o sentimento patriótico nas escolas e agremiações civis.

O que mais se destacou nessa prática, na área musical, foi o trabalho do maestro Heitor Villa-Lobos - compositor, professor e maior representante da corrente nacionalista na música brasileira - nos Orfeões (coral amador). Esse tipo de canto, cujo repertório era baseado em canções que valorizavam a cultura nacional e enalteciam os valores patrióticos, introduziu o ensino obrigatório da música nas escolas. (PCN Artes, 1998, apud LORENZET; TOZZO, 2009, p.4).

Com o fim do Estado Novo e do movimento orfeônico, “houve uma lacuna preenchida, aos poucos, pelas Bandas, *Fanfarras* e agremiações musicais, existentes desde o Império, que passaram a encabeçar os desfiles cívicos, geralmente no dia da Independência do Brasil, 07 de setembro” (LORENZET; TOZZO, 2009, p.4, grifo nosso).

Como as demais cidades do País, naquela época, Frutal se desenvolvia e sua população, literalmente, fazia o que podia diante das ordens governamentais. Não há registros detalhados do funcionamento da escola além dos evidenciados neste trabalho. Isso significa, em outras palavras, que as políticas educacionais, vivenciadas pela EEMJO até o fim da ditadura, só podem ter sido as mesmas vivenciadas em todo o Brasil, no mesmo período.

Outro registro histórico da EEMJO, que a transforma em palco para além da transmissão de conhecimento, são as olimpíadas estudantis ou jogos intercolégiais entre as escolas Vicente Macedo, Lauriston de Souza e Presidente Vargas, que mobilizavam os alunos e também toda a cidade, uma vez que os locais onde elas eram realizadas ficavam lotados de alunos e população em geral. Desse modo, pode-se inferir que a prática esportiva, desenvolvida no interior da escola, marcou notadamente a vida de seus alunos, professores e funcionários.

É inegável que a quantidade de títulos obtidos nos mais diversos campeonatos e disputas deu ao Estadual EEMJO a marca de ter tradição de formar times competitivos. Foram vários os treinadores ao longo de sua história, sem contar que a torcida da escola dava uma animação especial para passar energia para os times que disputavam. Uma série de fotos dos troféus marca essa seção, considerando que nos livros posteriores tentaremos trazer o levantamento mais preciso dos títulos conquistados pela escola. (MACHADO, 2015, p.46).

O que se deve ressaltar, entretanto, é que a literatura pesquisada relata que o Governo militar usou a Educação Física, aliada ao esporte, como fonte de alienação da população, com o objetivo de controlar o povo e os alunos através da prática esportiva. Isso significa dizer que o esporte escolar, no período pesquisado, representou uma estratégia para o Governo com

poder centralizado nas Forças Armadas, que tinham o controle da economia, da política, dos meios de comunicação, da educação e da cultura (COUTO, 1999).

O que se conclui desse pensamento do autor é que o esporte foi usado como ferramenta de alienação do povo brasileiro. Os alunos do secundário [ou de outros níveis de ensino], ao praticarem esportes, não teriam tempo ou motivo para se envolver em movimentos de contestação contra a gestão do país. Dessa maneira, pode-se inferir que a EEMJO estava envolvida em várias atividades esportivas, prova disso são os troféus expostos na imagem da Figura 18; o que se supõe é estar coadunada com a ideologia da época.

**Figura 16:** Equipe masculina de futebol da EEMJO 14-05-1974.



Fonte: Arquivo EEMJO

**Figura 17:** Equipe feminina de vôlei da EEMJO 14-05-1974.



Fonte: Arquivo EEMJO.

**Figura 18:** Troféus conquistados pela EEMJO nos 10 anos de sua história, 1966 a 1976.



Fonte: Arquivo EEMJO.

Além das atividades esportivas, o espaço da EEMJO serviu também para várias outras atividades; entre elas, a Feira Verde (Figura 19) e a Semana Cultural que, como o próprio nome sugere, era realizada por toda a semana, com apresentações artísticas diárias e atividades científicas (Figura 20). A população comprava ingressos a preços simbólicos, cuja renda cobria as despesas com a preparação das atividades. As gincanas recreativas e esportivas também se tornavam uma opção para uma cidade que ainda não contava com outras atividades de lazer.

**Figura 19:** Feira Verde na década de 1970





Fonte:Arquivo EEMJO.

**Figura 20:** Atividade científica em 09-05-1976



**Fonte:**Arquivo EEMJO.

Sabe-se que a EEMJO não tem arquivos detalhando o relacionamento da instituição com as imposições feitas pelo Governo ditatorial ao ensino da época, mas percebe-se, pelas poucas fotos encontradas, que existiam, no entanto, possibilidades criadoras de que dispunham alguns professores para fugir às determinações oficiais. Não obstante as manifestações efusivas de civismo, como a Semana da Pátria, anteriormente mencionada, a submissão ao regime parecia sofrer modificações. É o que se pode deduzir das apresentações culturais feitas no espaço da EEMJO. A Figura 21, datada de 1975, mostra uma apresentação cultural com os alunos vestidos de palhaços. Possivelmente estaria aí uma manifestação velada contra a ditadura e um sinal de que os tempos de controle governamental estavam enfraquecendo.

**Figura 21:** Cena de apresentação cultural 10-07- 1975



**Fonte:** Arquivo EEMJO.

Enfim, para além dessas atividades culturais, vale ressaltar que as festividades cívicas, que tinham na escola sua principal disseminadora de valores, apresentavam, por objetivo, estender à sociedade o espírito de civilidade e disciplina, preceitos necessários para a formação do homem, em detrimento do contexto político da época.

Nessa perspectiva, valorizar a pátria era uma forma de o Estado difundir seus ideais, importantes para a formação da consciência do povo brasileiro; por isso, a utilização de imagens e símbolos nacionais era importante para aproximar a sociedade desse espírito que nasceu na República e que se propagou por vários períodos políticos, na história brasileira.

### **3.2 Perfil Discente da Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira de Frutal**

De acordo com Nosella e Buffa (2005), o exame investigativo das instituições escolares – particularmente a partir de uma categoria de análise de sua clientela, alunos e ex-alunos – consiste em procedimento metodológico de pesquisa fundamental. Isso significa que, nas pesquisas realizadas no âmbito da história das instituições escolares, é fundamental tratar tanto da origem social e do destino profissional dos alunos, com vistas a perceber o sentido social de uma instituição escolar em particular, quanto tratar dos currículos disseminados, com vistas a compreender os objetivos sociais da escola.

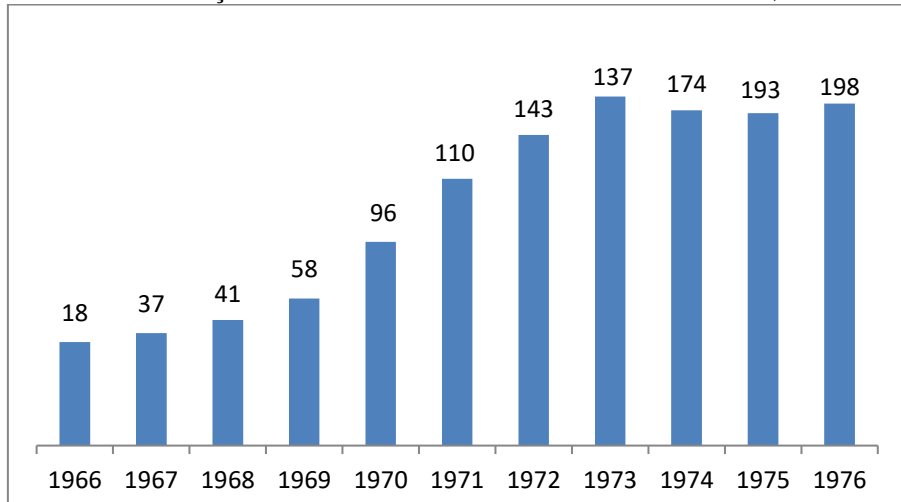
Dessa forma, na visão dos autores, a percepção do sentido e dos objetivos sociais das instituições escolares contribui sobremaneira para o entendimento das relações fundamentais que se estabelecem entre o particular e o geral, no processo de compreensão e de construção de interpretações sobre a história das instituições escolares, pois que, no entendimento dessa relação, ancora-se a descoberta da identidade ou mesmo da dinâmica das identidades construídas e assumidas pelos sujeitos que dão vida às instituições educativas.

Sendo assim:

[...] o pesquisador pode estabelecer a conexão objetiva entre as particularidades da escola e da sociedade, a partir do levantamento e da análise de qualquer dado empírico (documentos, fotografias, plantas, cadernos, livros didáticos etc.), mas, de acordo com nossa experiência, acreditamos que os procedimentos mais adequados para alcançar esse objetivo metodológico sejam a análise das trajetórias dos alunos, ex-alunos e docentes, bem como a análise dos conteúdos e das metodologias utilizadas na instituição estudada. Em outras palavras: é essencial tanto indagar a origem social e o destino profissional dos atores de uma instituição escolar para se definir seu sentido social, quanto analisar os currículos utilizados para compreender seus objetivos sociais. (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 365)

Com esse entendimento, tem-se a clientela da Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira – EEMJO era composta notadamente por filhos de famílias cujas atividades eram ligadas ao campo e ao comércio da cidade. De acordo com documentos da escola, desde a sua criação, o número de matrículas crescia em boas proporções, como pode ser verificado no **Gráfico 2:**

**Gráfico 1:** Evolução do número de alunos no Ensino Secundário, de 1966 a 1976



**Fonte:** Elaboração da autora a partir de dados fornecidos pela EEMJO.

Percebe-se a evolução do quadro de alunos do Ensino Secundário a cada ano. A EEMJO começou com 18 alunos em 1966 e totalizou 137 alunos em 1973, ou seja, um aumento de 503 alunos no período de sete anos. São números que podem ser considerados expressivos se for levado em consideração o índice populacional da época. De acordo com Censos Demográficos, Frutal tinha 28.803 habitantes em 1960; 30.699 em 1970 e 34.271 habitantes em 1980 (IBGE, 1960, 1970, 1980).

O ingresso dos alunos era feito por meio de matrícula, lembrando que, na data da criação da EEMJO, em 1966, ainda era obrigatório o Exame de Admissão<sup>21</sup>, criado na década de 1930, quando a “Reforma Francisco Campos” estabelecia que o candidato à matrícula na 1ª série de estabelecimento de ensino secundário prestaria exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro, composto de provas escritas e orais de Português, Aritmética e Conhecimentos Gerais.

<sup>21</sup> A primeira prova era de Linguagem(escrita), contando com ditado com nível de dificuldade elevado, exercícios de gramática geral e redação. A prova era excludente se a nota fosse inferior a 5(cinco sobre dez). Seguiu-se a prova de Aritmética, não excludente, cuja nota somada à de Linguagem deveria dar a média de no mínimo 5(cinco sobre dez). Depois vinham as outras provas, incluindo todos os Conhecimentos Gerais(História, Geografia, Educação Moral e Cívica, levando em consideração a expressão escrita) cujas notas seriam somadas às notas iniciais e dariam uma média que capacitaria o candidato a prosseguir aos exames de seleção se a média fosse igual ou superior a cinco (sobre dez).

O exame de admissão perdurou oficialmente até 1971, sendo extinto pela Lei 5.692/71; sua existência, por longos 40 anos, foi justificada pela falta de escolas para todos, portanto poucos alcançavam esse grau de ensino. Durante esse mesmo período, alunos do curso primário e suas famílias se preparavam para conseguirem o êxito nos exames para ingresso no Ginásio, objeto de desejo da classe média em ascensão.

**Figura 22:** Um histórico que registra o Exame de Admissão em 1971

NOME	DISCIPLINAS					Resultado Final
	Português	História	Geografia	Matemática	Ciências	
Abner José Francisco	514575	600	600	750		6,27
Adair Vieira de Lima	801800	770	680	725		7,55
Adalgisa Sueli Paula de Oliveira	619590	660	360	675		6,00
Ademar de Paula Lourenço	519850	290	660	550		5,73
Adolfo Batista Carneiro	563535	640	560	575		5,94
Aguinaldo Paula Campos	583690	380	540	450		5,28
Ailton de Sousa	524750	630	400	700		6,00
Alcântara Luis da Silva	530715	520	580	575		5,84
Alcino Jorge Lima	502540	660	500	550		5,70
Alcione José Tomas	672590	440	540	375		5,23
Alexandre de Oliveira Furtado	673875	560	740	725		7,14
Ana Maria Costa	570535	260	360	275		4,20
Ana Maria Silveira	530775	320	500	525		5,30
Antônio Carlos França	518925	730	840	700		7,42
Aparecida Silva	696770	430	440	650		6,50
Benjamin Donizete de Brito	516715	430	760	550		5,94
Carlos Alberto Batista	656970	810	520	675		7,26
Carlos Rodrigues Batista	610510	700	320	425		5,13
Caro Eládio da Silva	583840	300	080	400		4,40
Celina Aparecida da Silva	547520	160	420	500		4,49
Celina de Paula Sales	514555	190	360	500		4,23
Celso Brito Junior	523580	420	080	400		4,00
Cícero Queiros	500510	490	580	725		5,61
Cleusa Maria Moura	635515	620	160	550		4,96
Dalva Aparecida de Sousa	647740	620	500	500		6,01
Dalvo Donizete Ribeiro	532520	580	280	550		4,92
Delimar Cunha Trivelato	507410	490	680	450		5,07
Deuzenve Rocha de Oliveira	572350	240	160	500		3,55
Dilma Rosa Martins	509535	360	760	650		5,62
Edivar de Oliveira	532950	580	480	625		6,33
Edna de Paula Sousa	533720	310	660	400		5,24
Cleusa Pereira de Almeida	514845	680	400	425		5,72

Frutal, 15 de abril de 1971

Fonte: Arquivo EEMJO, cedido para ser fotografado pela pesquisadora.

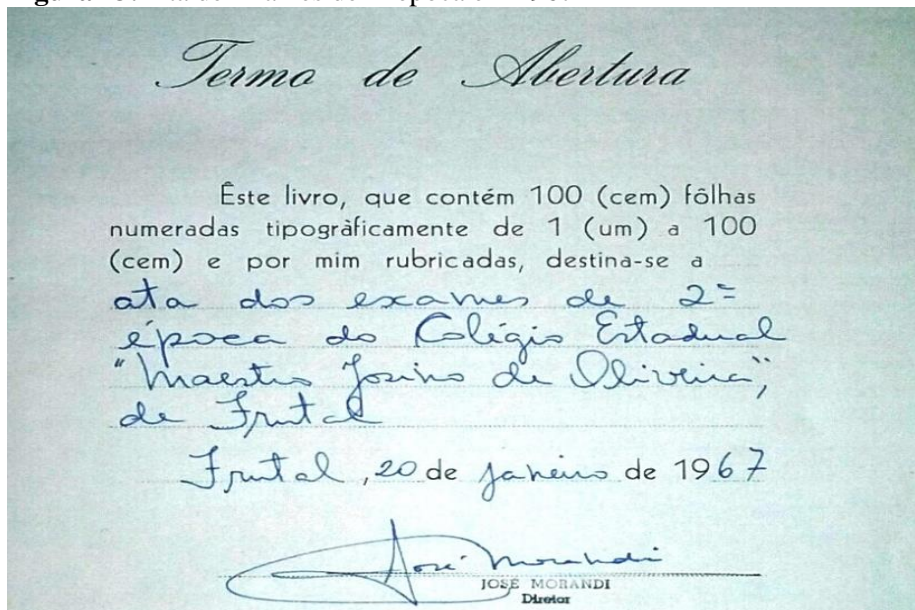
Isso posto, esta pesquisa parte, então, para o estudo da clientela da EEMJO, levando em consideração que ela foi criada para atender, a princípio, a alunos do bairro Brejinho, que tinham dificuldades quanto à distância geográfica em relação ao então centro da cidade de Frutal, por morarem bem mais próximos do campo. Entretanto, o perfil mudou, pois aquele estabelecimento de ensino não mais atenderia ao ensino de primeiras letras, visto que, de acordo com doação feita ao Estado, deveria funcionar ali, uma escola de Ensino Secundário.

Como na cidade não havia outra escola com esse nível de ensino, a clientela que se estabeleceu nesse espaço acabou se misturando, pois atendia ao público do bairro, mas também filhos de famílias mais abastadas. Cabe destacar que faziam parte dessa clientela filhos de fazendeiros e comerciantes. Percebe-se então, a partir dessas informações colhidas nos registros de matrícula da escola, que ela teve uma nova destinação, que não mais a que o

Rotary, em seu projeto anterior, queria executar, ou seja, o atendimento da classe de baixa renda do bairro Brejinho, mas também estendia suas atividades aos filhos da elite.

Sendo assim, entende-se a pertinência de uma investigação que permitisse conhecer as demandas daquela escola, levantando as características de seus ex-alunos, que, pelo seu “status” social, constituíam “exemplos” de sucesso escolar; a partir dela, muitos alcançaram sucesso, chegando aos cursos superiores, principalmente, nos cursos de Medicina e Odontologia.

**Figura 23:** Ata de Exames de 2ª época em 1967



**Fonte:** Arquivo EEMJO, cedido para ser fotografado pela pesquisadora.

Por meio dos livros de registros de matrículas, foi possível perceber o tipo de clientela que frequentava a escola, a partir das profissões destacadas nos livros de matrícula da escola. Assim, foi possível perceber que, embora o Rotary, em um primeiro momento, tivesse preocupação com a camada mais desprivilegiada da cidade, em função de um contexto político da cidade em relação ao Estado, o repasse do prédio se fez necessário. E, com isso, a partir da implantação do Ensino Secundário em Frutal, quem se beneficiou dessa doação também foram os filhos da elite local, que viam na escola a possibilidade de se prepararem para o ensino superior.


Sendo assim, a análise ampara-se em Lahire (1997), que acredita que, para uma cultura familiar poder se constituir, são necessárias condições econômicas específicas. No seu entender, a estabilidade profissional do “provedor” da família oferece a estabilidade da casa. E, da mesma forma, entende que, em mesmo nível de capital, a situação econômica pode ser tratada/gerida de diferentes maneiras, de acordo com cada família. Saber da ocupação dos pais

constitui portanto, nesta pesquisa, mais um elemento que visa a contribuir para a compreensão das trajetórias escolares e profissionais de uma parte dos alunos da EEMJO no período pesquisado.

Sabe-se que, se o capital econômico não determina as possibilidades de uma escolarização prolongada, também as condições materiais ou profissionais caminham nesse sentido. Por isso, é bom ressaltar que o acesso ao ensino superior no Brasil se dá de forma lenta, abrangendo pelo menos três gerações. Sendo assim, até se chegar às profissões dos alunos da EEMJO, não se destacam as profissões dos pais.

Dentre as 103 ocupações especificadas por meio das folhas de matrículas no período de 1966 a 1976, a maioria era relativa à profissão de lavrador em todos os anos analisados, seguidos de comerciantes e fazendeiros, conforme mostram as Figuras 24, 25 e 26.

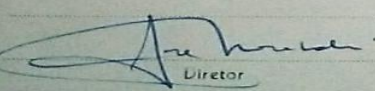
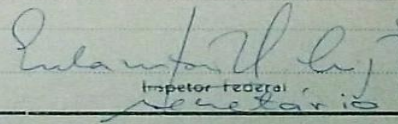
**Figura 24:** Ficha de matrícula de filho de fazendeiro de 1966

Turno <i>vespertino</i>	CURSO <i>colegial</i>	N.º de matrícula <i>10</i>
Nome <i>Mário Pinto da Silva</i>	1.ª Série Turma <i>Lúcia</i>	N.º do Aluno
Data do nascimento: <i>15</i> de <i>junho</i> de <i>1949</i> , idade <i>16</i> anos		
Local: <i>Frontal</i>	Estado: <i>Minas Gerais</i>	
Nome do pai: <i>Ozéias Pinto da Silva</i>		
Nacionalidade: <i>brasileiro</i>	Profissão: <i>fazendeiro</i>	
Nome da Mãe: <i>Maria Inês da Silva</i>		
Nacionalidade: <i>brasileira</i>	Profissão: <i>serviço doméstico</i>	
Residência		
Data da matrícula <i>11</i> de <i>março</i> de <i>1966</i>		
OBSERVAÇÕES		
 Diretor		
Inspetor Federal		

**Fonte:** Arquivo EEMJO, cedido para ser fotografado pela pesquisadora.

A Ficha de Matrícula continha dados bem organizados e tinha o cuidado de registrar, além dos nomes dos pais, também a profissão deles. Não se sabe o porquê dessa informação e qual a importância que ela tinha no contexto.

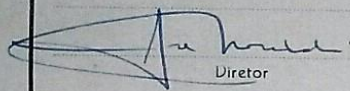
**Figura 25:** Ficha de matrícula de filho de comerciante/1966.

Turno <i>vespertino</i>	CURSO <i>colegial</i>	N.º de matrícula <i>2</i>
<i>1.ª</i> Série	Turma <i>única</i>	N.º do Aluno <i>2</i>
Nome <i>Cacis Cristovás da Rocha</i>		
Data do nascimento: <i>7</i> de <i>novembro</i> de <i>1949</i> , idade <i>17</i> anos		
Local <i>Frontal</i>	Estado <i>Minas Gerais</i>	
Nome do pai <i>Francisco Cristovás da Rocha</i>		
Nacionalidade <i>brasileiro</i>	Profissão <i>comerciante</i>	
Nome da Mãe <i>Maria Conceição da Rocha</i>		
Nacionalidade <i>brasileira</i>	Profissão <i>serviços domésticos</i>	
Residência <i>Rua Ipiranga, 432</i>		
Data da matrícula <i>11</i> de <i>março</i> de <i>1966</i>		
OBSERVAÇÕES		
 Diretor		 Inspetor Federal

Mod. C. S. - 1

Fonte: Arquivo EEMJO, cedido para ser fotografado pela pesquisadora.

**Figura 26:** Ficha de matrícula de filho de lavrador, em 1966

Turno <i>vespertino</i>	CURSO <i>colegial</i>	N.º de matrícula <i>5</i>
<i>1.ª</i> Série	Turma <i>única</i>	N.º do Aluno
Nome <i>Egnaldo Cristovam Pacheco</i>		
Data do nascimento: <i>16</i> de <i>maio</i> de <i>1948</i> , idade <i>17</i> anos		
Local <i>Frontal</i>	Estado <i>Minas Gerais</i>	
Nome do pai <i>Veridiano Cristovam Pacheco</i>		
Nacionalidade <i>brasileiro</i>	Profissão <i>lavrador</i>	
Nome da Mãe <i>Maria Corina Pacheco</i>		
Nacionalidade <i>brasileira</i>	Profissão <i>serviços domésticos</i>	
Residência <i>Rua Castro Alves, 230</i>		
Data da matrícula <i>11</i> de <i>março</i> de <i>1966</i>		
OBSERVAÇÕES		
 Diretor		Inspetor Federal

Fonte: Arquivo EEMJO, cedido para ser fotografado pela pesquisadora.

É possível perceber, pelos registros de matrícula, que a clientela variava entre filhos de lavradores e filhos da elite local, entretanto não foi possível perceber como era essa convivência no espaço escolar, pois os documentos não trazem essa informação e não houve tempo hábil para colher depoimentos de alguns ex-alunos.

Pelo levantamento feito e que está expresso no Anexo 1, elegem-se as três categorias profissionais que estavam presentes nos registros de matrícula – ou seja, a de lavradores,



comerciantes e fazendeiros. De acordo com a investigação, pudemos chegar aos seguintes resultados:

1. Em 1966, de um total de 278 alunos, contabiliza-se a profissão de lavrador para 100 pais, de fazendeiro para 54 e de comerciante para 28 pais.
2. Em 1967, de um total de 321 alunos, totalizam 51 pais lavradores, 48 fazendeiros e 30 comerciantes. Nesse ano, vale ressaltar que uma nova categoria de profissão aparece nos registros de matrícula, a de funcionário público. Consta, nos registros, o número de 56 pais cadastrados com essa profissão, sendo que, no ano anterior (1966), era de apenas um pai de aluno.
3. Já em 1968, para um total de 359 alunos, a profissão de lavrador continua sendo a maioria, totalizando a ocupação de 71 pais; depois seguem 54 pais fazendeiros e 18 comerciantes.
4. Em 1969, de um total de 420 alunos, continua na liderança a profissão lavrador que era a ocupação de 116 pais, seguida ainda de 42 pais fazendeiros e 35 pais comerciantes.
5. No ano de 1970, de 582 pais, 230 são lavradores, 27 são comerciantes e 21 são fazendeiros. Percebe-se, portanto, que a ocupação de fazendeiro perde terreno para os pais comerciantes.
6. Em 1971, a EEMJO tinha 762 alunos, com 224 pais lavradores, 95 fazendeiros e 65 comerciantes.
7. Em 1972, a escola tinha 887 alunos, com 300 pais lavradores, 64 fazendeiros e 64 comerciantes.
8. Em 1973, para 997 alunos, 300 pais eram lavradores, 82 fazendeiros e 63 comerciantes.
9. Já em 1974, a EEMJO tinha 958 alunos, sendo 214 filhos de lavradores, 43 filhos de fazendeiros e 100 de comerciantes.
10. Por sua vez, em 1975, a escola tinha 950 alunos, sendo 200 pais lavradores, 41 fazendeiros, 106 comerciantes.
11. E, por fim, em 1976, a EEMJO tinha 977 alunos, sendo que 206 eram filhos de lavradores, 38 de fazendeiros e 100 de comerciantes.

Sendo assim, pode-se construir a Tabela 1, mostrando as três principais categorias profissionais do período analisado:

**Tabela 1:** Principais profissões dos pais no período de 1966 a 1976

PROFISSÃO DOS PAIS	ANO 1966	ANO 1967	ANO 1968	ANO 1969	ANO 1970	ANO 1971	ANO 1972	ANO 1973	ANO 1974	ANO 1975	ANO 1976
Lavrador	100	51	71	116	230	224	300	300	214	200	206
Fazendeiro	54	48	54	42	21	95	64	82	43	41	38
Comerciante	28	30	18	35	27	65	63	105	100	106	100

**Fonte:** Elaboração da autora a partir de dados da pesquisa.

Interessante destacar, pelo perfil levantado na investigação em relação aos alunos que frequentaram o Ensino Secundário no período recortado pela pesquisa, que, em sua maioria, os alunos eram oriundos da classe mais baixa. Isso faz repensar a questão da finalidade do Ensino Secundário, que, como é possível perceber ao longo da história da educação, era nível de ensino sempre destinado a uma elite, que seria responsável pela condução dos destinos da Nação.

No caso da EEMJO, ela oportunizou uma ascensão social de alguns alunos provenientes de uma classe menos desfavorecida. A imagem que segue é uma foto feita a partir do mural da escola, onde é possível visualizar alguns ex-alunos provenientes de classes menos abastadas e que obtiveram sucesso escolar, conseguindo cursar o ensino superior.

**Figura 27:** Certificado de Conclusão de Curso, Série ou Grau escolar/1974

**Fonte:** Arquivo EEMJO

Desse modo, esta pesquisa construiu um perfil socioeconômico dos alunos que frequentaram a escola no período em questão, a partir das ocupações de seus pais. Com

exceção dos pais fazendeiros, que lideraram o segundo lugar na análise, de forma geral, percebe-se, na categorização socioeconômica, que a maioria dos alunos eram provenientes de pais que exerciam funções de baixa remuneração, com atividades no campo ou funções mais humildes, como autônomos e serviços gerais, conforme mostra a Tabela 2.

**Tabela 2:** Profissões mais apontadas na EEMJO no período de 1966 a 1976

<b>PROFISSÃO DOS PAIS</b>	<b>ANO 1966</b>	<b>ANO 1967</b>	<b>ANO 1968</b>	<b>ANO 1969</b>	<b>ANO 1970</b>	<b>ANO 1971</b>	<b>ANO 1972</b>	<b>ANO 1973</b>	<b>ANO 1974</b>	<b>ANO 1975</b>	<b>ANO 1976</b>
<b>Comerciante</b>	28	30	18	35	27	65	63	105	100	106	100
<b>Fazendeiro</b>	54	48	54	42	21	95	64	82	43	41	38
<b>Func - público</b>	1	56	6	11	11	63	3	9	7	5	8
<b>Lavrador</b>	100	51	71	116	230	224	300	300	214	200	206
<b>Motorista</b>	2	6	2	6	9	2	5	6	6	7	5
<b>Professor</b>		5	5	3	10	8	6		6	6	5
<b>Serv-doméstica</b>	50	50	150	145	236	230	340	380	470	475	493
<b>Outros</b>	43	75	53	62	38	75	106	115	112	110	122
<b>TOTAL DE ALUNOS</b>	<b>278</b>	<b>321</b>	<b>359</b>	<b>420</b>	<b>582</b>	<b>762</b>	<b>887</b>	<b>997</b>	<b>958</b>	<b>950</b>	<b>977</b>

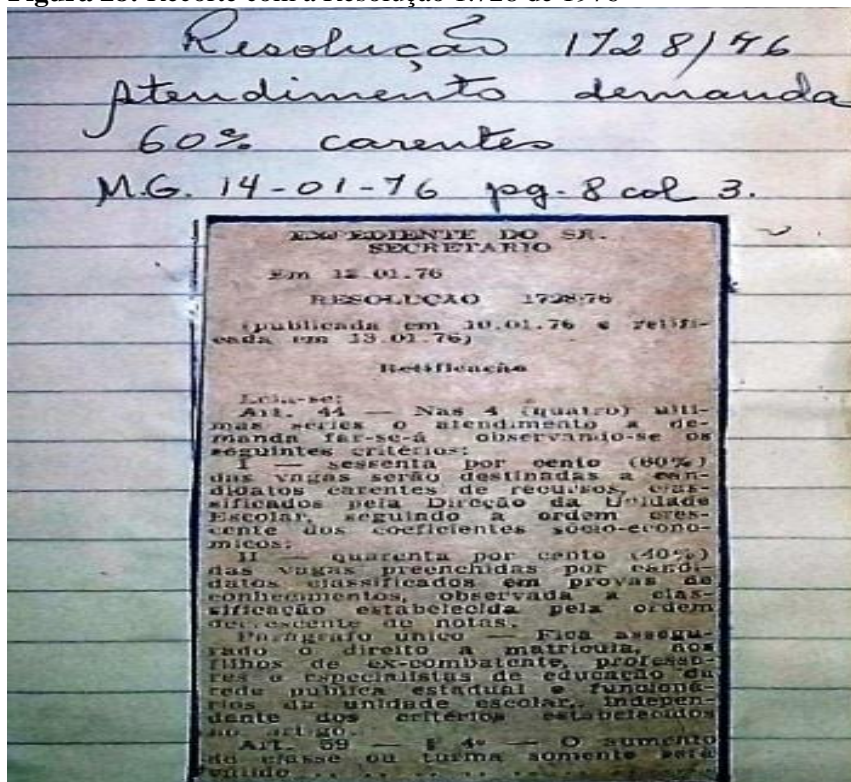
**Fonte:** Elaboração da autora a partir de dados da pesquisa.

Os pais dos alunos da EEMJO, no período destacado nesta pesquisa, não declararam suas escolaridades; portanto, não se pode concluir se tinham ou não curso secundário ou superior. Nesse sentido, a Ficha de Matrícula restringe-se apenas à informação da profissão e, sendo assim, não é correto dizer que os pais fazendeiros e comerciários não tinham algum grau de instrução.

Já o mesmo não se aplica aos pais lavradores, profissão que evidencia a falta de formação escolar. E esses são os pais em maior número em todos os anos estudados, pois totalizam 2.012 pais, enquanto, no mesmo período, somam-se 677 comerciantes e 582 fazendeiros.

Por essa perspectiva, pode-se concluir que a EEMJO atendia a um aspecto social até mesmo antes da Resolução 1.728 (Figura 28, que teria sido publicada no Jornal Oficial de Minas Gerais em 10 de janeiro de 1976 e que atribuiu que 60% das vagas fossem reservadas aos estudantes carentes.

**Figura 28:** Recorte com a Resolução 1.728 de 1976



Fonte: Arquivo EEMJO, cedido para ser fotografado pela pesquisadora.

Não obstante todos os esforços, a Resolução 1.728 não foi encontrada no “site” de busca de legislação do Diário Oficial de Minas Gerais. Pelo que mostra o recorte, existem várias datas referentes a essa legislação: a data do recorte que é 14 de janeiro de 1976; a data da publicação do texto original é 10 de janeiro de 1976 e, ainda, a data de retificação, em 13 de janeiro de 1976. O recorte tem partes ilegíveis, portanto de se transcrevê-lo:

Expediente do Sr. Secretário

Em 12-01-1976

Resolução 1.728/1976

Publicada em 10-01-1976 e retificada em 13- 01 1976

Retificação

Leia-se

**Art 44-** Nas 4 (Quatro) últimas séries o atendimento a demanda far-se á observando-se os seguintes critérios:

I – Sessenta por cento (60%) das vagas serão destinadas a candidatos carentes de recursos classificados pela Direção da Unidade Escolar, seguindo a ordem crescente dos coeficientes sócio- econômicos.

II Quarenta por cento (40%) das vagas preenchidas por candidatos classificados em provas de conhecimentos, observada a classificação estabelecida pela ordem decrescente de notas.

Parágrafo único- Fica assegurado o direito a matrícula aos filhos de ex - combatente, professores e especialistas em educação da rede pública estadual e funcionários da unidade escolar. Independente dos critérios estabelecidos do artigo. (ACERVO DA ESCOLA, 14/01/1976).

Embora a Resolução 1.728 defina que a classificação de carente cabia à “Direção da Unidade Escolar”, há de se entender que, hoje, considera-se pessoa carente a que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção, nem tê-la provida por sua família. No período analisado, não existia legislação que especificasse um conceito para estudante carente, cabendo à direção escolar fazer tal classificação.

Depreende-se que, a partir dos dados levantados, a EEMJO não acolheu estudantes comprovadamente carentes, mas sim aqueles filhos de pais de profissões mais humildes, como carpinteiro, carroceiro, cavador, madeireiro, zelador, sapateiro, entre outras descritas no Anexo 1 e Tabela 2 e, por outro lado, que não deixava de atender aos filhos de fazendeiros, considerados, então, pertencentes à elite frutalense, conforme números da Tabela 1.

Independente dessa classificação, muitos dos alunos formados na EEMJO chegaram à Faculdade, tornaram-se profissionais liberais de renome ou dirigentes nos setores públicos e privados. Foram ou ainda são, em alguns setores, responsáveis pelo desenvolvimento do município e até mesmo da região, conforme mostra o Quadro 2.

**Quadro 2:** Pais e suas profissões e alunos com destaque para as atividades exercidas atualmente

<b>Pais</b>	<b>Atividades exercidas</b>	<b>Alunos</b>	<b>Atividades exercidas</b>
Jubiray Vieira do Carmo	Lavrador	Adair Vieira de Lima	Médica
Delfina Luzia do Carmo	Doméstica		
Messias Heitor de Queiroz	Fazendeiro	Antônio Heitor de Queiroz	Arquiteto e ex-prefeito
Alda de Castro Assunção	Doméstica		
Cesário Daniel de Oliveira	Auxiliar de Engenheiro	David Carlos de Oliveira	Engenheiro Civil
Luiza Silva de Oliveira	Doméstica		
Edgard Mendonça	Funcionário Público	Edgard Luiz Mendonça	Dentista
Rose Mary Lopes Mendonça	Funcionário Público		
Fuad T Bichara	Comerciante	Eduardo Fuad Bichara	Advogado
Adelina de Oliveira Bichara	Doméstica		
Jubiray Vieira do Carmo	Lavrador	Julmair Vieira de Lima	Cirurgiã-Dentista
Delfina Luzia do Carmo	Doméstica		
Agnaldo Afonso	Funcionário Público	Lúcio Fernando Afonso	Médico
Teotonia Morais Afonso	Professora		
Ulisses Castanheira Nunes	Mecânico	Maiza Signorelli Nunes	Vereadora
Terezinha Signorelli Nunes	Doméstica		
Sebastião Rodrigues da Silveira	Fazendeiro	Nárcio Rodrigues da Silveira	Jornalista e Deputado Federal
Silvia Eulálio da Silveira	Doméstica		

**Fonte:** Elaboração da autora a partir de dados da pesquisa.

A listagem exposta no Quadro 2 enumera alguns dos ex-alunos que atualmente ocupam posições de governança no setor público e privado e que frequentaram a EEMJO em algum momento de sua formação. Pelas profissões apontadas nesse quadro, confirma-se que a EEMJO cumpriu sua finalidade social à medida que preparou os seus estudantes para os desafios profissionais do mercado.

O destaque é para o lavrador Jubiray Vieira do Carmo, que formou duas filhas, sendo uma médica e outra cirurgiã-dentista. Por sua vez, os pais fazendeiros também entram para a história, formando um arquiteto que se tornou prefeito de Frutal e um deputado que se tornou Secretário de Estado e um dos homens mais influentes politicamente na cidade, na região e no Estado de Minas Gerais. Desse modo, dentre os estabelecimentos de ensino existentes em Frutal, pode-se afirmar que a EEMJO contribuiu, de fato, para formar personalidades de grande visibilidade pública e destaque social.

**Figura 29:** Formandos da Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira em 1973



**Fonte:** Página Facebook Frutal de volta ao passado. Reprodução: Mercedes Campos da Mata.

De acordo com a figura 29, na fila de cima, da direita para esquerda, e destaca-se o José Antônio dos Reis, grande administrador na cidade. Na fila de baixo, da esquerda para direita, Mercedes Campos da Mata, excelente bancária servidora do Banco do Brasil.

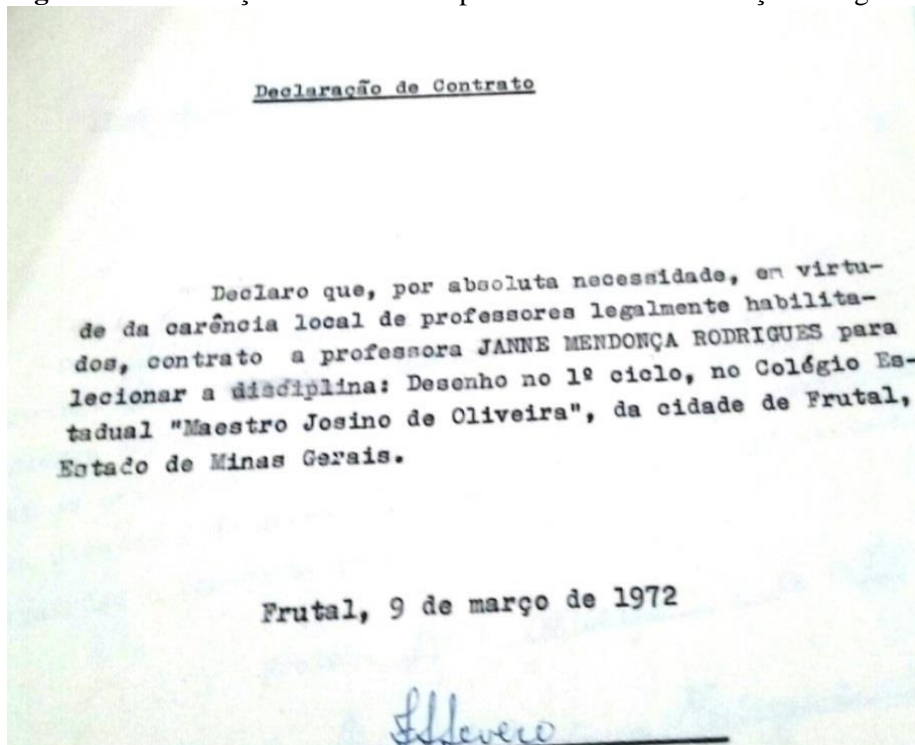
Ao percorrer um pouco da história da EEMJO, foi possível perceber que, no caso específico da cidade de Frutal, o Ensino Secundário foi responsável por oportunizar uma formação de qualidade, que se estendeu para a camada mais desprovida e, em alguns casos,

como apresentado no quadro 2 deste capítulo, filhos de famílias humildes tiveram a possibilidade de frequentar o ensino superior. Em um período em que a 5692/71 era vigente e o Ensino Secundário deveria ter um perfil de formação profissional, a instituição em estudo ofereceu um ensino de qualidade, preparando seus jovens para o ensino superior, independente de classe social.

### 3.3 O perfil docente e suas práticas escolares

Pelos registros colhidos junto à secretaria da EEMJO, o processo de recrutamento dos seus professores era feito, no início do funcionamento da Escola, por meio de uma Declaração de contrato, feito às pessoas que eram conhecidas por demonstrarem alto grau de conhecimento e formação escolar.

**Figura 30:** Declaração de contrato da professora: Jane Mendonça Rodrigues em 09-03-1972



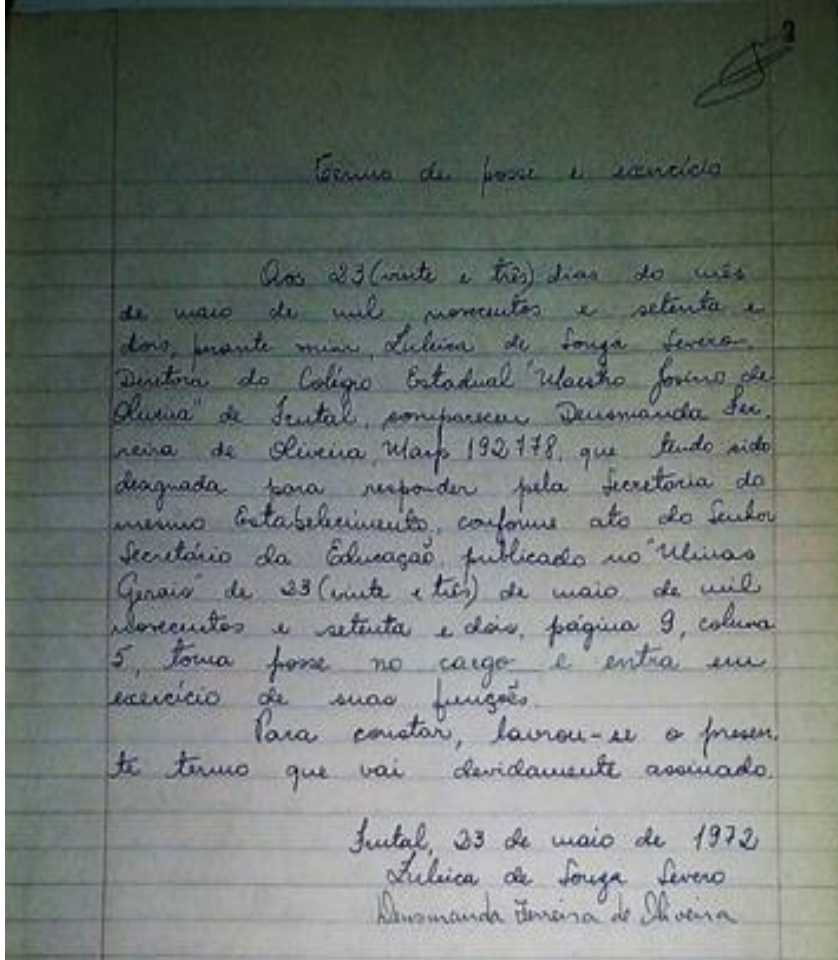
Fonte: Arquivo EEMJO.

De acordo com o termo de posse de 1972, percebe-se que era ainda escrito à mão, a nomeação era feita pela Diretora da Escola, Zuleica de Souza Severo.



Assim, o Termo<sup>22</sup> de posse mostrado na Figura 31 nomeia, como secretária da EEMJO, Deusmanda Ferreira de Oliveira em 23 de maio de 1972.

**Figura 31:** Termo de posse de Deusmanda Ferreira de Oliveira, em 1972, escrito à mão



Fonte: Arquivo EEMJO.

Outros documentos escritos de punho registram a vida administrativa da EEMJO durante os anos seguintes à sua criação.

É importante ressaltar que todos os termos de posse eram publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, conforme mostra a Figura 32, cujo exemplo nomeia América do Carmo Pereira para exercer o cargo de classe de contínuo servente, nível II, com publicação no Diário Oficial de Minas de 21 de janeiro de 1976.

<sup>22</sup> Termo de posse e exercício. Aos 23 (vinte e três) dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e dois, perante mim, Zuleica de Souza Serero, Diretora do Colégio Estadual Maestro Josino de Oliveira de Frutal, compareceu Deusmanda Ferreira de Oliveira, Masp 192778, que tendo sido designada para responder pela secretaria do mesmo estabelecimento, conforme ato do senhor secretário da Educação, publicado no Minas Gerais de 23 (vinte e três) de maio de mil novecentos e setenta e dois, página 9, coluna 5, toma posse no cargo e entra em exercício de suas funções. Para constar, lavrou-se o presente termo que vai devidamente assinado. Zuleica de Souza Serero.

**Figura 32:** Posse da servente escolar América do Carmo Pereira em 1976

Termo de Posse e Exercício

Das 21 (vinte e um) dias do mês de janeiro de mil novecentos e setenta e seis, perante mim, Zuleica de Souza Pereira, Diretora da Escola Estadual "Mestre João de Oliveira" de Funtal, compareceu América do Carmo Pereira, que tendo sido nomeada para exercer cargo de classe de Contínuo, Servente, nível II, com exercício nesta Escola, conforme publicação no Diário Oficial de 23 (vinte e três) de dezembro de mil novecentos e setenta e cinco, página 8, coluna 1, toma posse do cargo e aceita em exercício de suas funções, de acordo com o ato do Juiz Promotor do Estado.

Para constar, lavrou-se o presente termo que vai devidamente assinado.

Funtal, 21 de janeiro de 1976.  
Zuleica de Souza Pereira  
América do Carmo Pereira Alves.

Fonte: Arquivo EEMJO.

O material, levantado pela pesquisa junto aos arquivos da EEMJO, contribuiu para o esclarecimento sobre a identidade dessa instituição escolar, apontando que a união de um grupo docente de qualidade, mais conteúdos ministrados na época formaram com bons conhecimentos. No período pesquisado, eram ministradas as disciplinas, além do Português e da Matemática, Desenho, Inglês, Francês, Estudos Sociais, Geografia, História, Educação Moral e Cívica, Biologia, Física e Química.

Depreende-se, pela análise do material, que os conteúdos das disciplinas eram ministrados com qualidade aos alunos e que isso talvez seja responsável pela comprovada competitividade que a geração do período pesquisado obteve no mercado de trabalho.

Depreende-se desse fato também que o ensino, nesse período, colaborava para o ingresso ao ensino superior, atestando que o Ensino Secundário era visto como preparatório ao ensino superior, possibilitando que muitos de seus alunos pudessem ter acesso a esse nível de ensino, reforçando ainda a qualidade de ensino dessa instituição.

Nesse sentido, o ensino do EEMJO, já naquela época, era considerado como muito significativo pelos frutalenses da geração de 1960 e 1970. De acordo com conversas informais obtidas no transcorrer da pesquisa, sabe-se que a metodologia de ensino era tradicional e as aulas eram ministradas por meio da exposição teórica dos professores, com livre participação dos alunos para sanarem suas dúvidas.

O rigor das atividades escolares pode ser constatado pelos quadros de distribuição das disciplinas, nos quais é possível visualizar a carga horária de cada disciplina (Figuras 33, 34 e 35), bem como as folhas de frequência dos professores (Figuras 36,37,38,39).

**Figura 33:** Distribuição das aulas no ano letivo de 1966

COLÉGIO ESTADUAL "MESTRE JOSINO DE OLIVEIRA", DE FRUTAL  
 QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE AULAS PARA O ANO LETIVO DE 1966

PROFESSORES	DISCIPLINAS	SÉRIES						Aulas extras	Total	Nº Registro ou Autorização	
		1º ciclo				2º ciclo					
		1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª				
Jedro Pereira Balseiro	Português	-	5	5	5	-	-	-	15	15	D 41.909
Zuleica de Souza	Português	10	-	-	-	-	-	-	10	10	Autorização
Zuleica de Souza	Francês	-	-	8	3	-	-	-	11	11	Autorização
Delfino Nunes da Silveira Neto	Português	-	-	-	-	-	-	-	15	15	Autorização
Delfino Nunes da Silveira Neto	Matemática	8	4	4	4	-	-	-	20	20	Autorização
Pedro José Marino	Matemática	4	4	4	-	-	-	-	12	12	Autorização
Paulo Lucas	História	6	6	6	2	2	-	-	22	22	Autorização
Raulino Ruberti Resende	Ed. Cívica	-	-	-	-	2	2	-	4	4	Autorização
Raulino Ruberti Resende	Geografia	12	6	-	3	-	-	-	21	21	Autorização
João Gilberto Rocha	Química	-	-	-	-	3	-	-	3	3	Autorização
João Gilberto Rocha	Ciências	9	6	6	2	-	-	-	23	23	Autorização
Javert do Carmo Azevêdo	Inglês	9	6	6	-	3	-	-	26	26	Autorização
Moacyr Batista Duarte	Est. Soc. Br.	-	-	-	-	3	-	-	3	3	Autorização
Wadyha Bittar Rodrigues	Ed. Artística	2	4	4	-	-	-	-	10	10	Autorização
Wadyha Bittar Rodrigues	Desenho	3	2	-	-	-	-	-	5	5	Autorização
Jaime Rodrigues Mendonça	Artes Indust.	4	2	2	2	2	-	-	12	12	Autorização
Jaime Rodrigues Mendonça	Ed. Física	-	-	-	-	4	-	-	4	4	Autorização
Juracy Batista	Física	-	-	-	-	-	-	-	3	3	Autorização
Adalberto Rodrigues de Menezes	Biologia	-	-	-	-	3	-	-	3	3	Autorização
Paulo Benevides Musa											

Frutal, 28 de março de 1966

Eulámpio Rodrigues Filho - Secretário  
 José Morandi - Diretor

Fonte: Arquivo EEMJO.

**Figura 34:** Distribuição das aulas no ano letivo de 1967

COLÉGIO ESTADUAL "MESTRE JOSINO DE OLIVEIRA", DE FRUTAL  
 QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE AULAS PARA O ANO LETIVO DE 1967

PROFESSORES	DISCIPLINAS	1º ciclo						2º ciclo		Aulas extras	Total	Nº de Registro ou Autorização
		1ª				2ª						
		1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª					
Jedro Pereira Balseiro	Português	-	5	5	5	-	-	-	-	15	15	D 41.909
Pedro Pereira de Resende	Português	5	-	-	-	5	4	-	-	14	14	Autorização
Zuleica de Souza	Português	5	-	8	5	-	-	-	-	18	18	Autorização
Zuleica de Souza	Francês	-	-	8	6	-	-	-	-	14	14	Autorização
Delfino Nunes da Silveira Neto	Português	5	5	5	5	-	-	-	-	20	20	Autorização
Delfino Nunes da Silveira Neto	Matemática	8	4	4	4	-	-	-	-	20	20	Autorização
Pedro José Marino	Matemática	4	4	4	4	-	-	-	-	16	16	Autorização
Paulo Lucas	História	6	6	6	4	2	2	-	-	26	26	F 22.030
Raulino Ruberti Resende	Geografia	8	3	-	3	-	2	-	-	16	16	Autorização
Evaldo Severo Silva de Paula	Geografia	4	3	-	3	-	-	-	-	10	10	Autorização
João Gilberto Rocha	Química	-	-	-	-	3	3	-	-	6	6	Autorização
João Gilberto Rocha	Ciências	9	6	6	4	-	-	-	-	25	25	Autorização
Javert do Carmo Azevêdo	Inglês	9	6	6	-	3	-	-	-	24	24	Autorização
Moacyr Batista Duarte	Est. Soc. Br.	-	-	-	-	6	-	-	-	6	6	Autorização
Wadyha Bittar Rodrigues	Ed. Artística	3	2	-	2	-	-	-	-	7	7	Autorização
Wadyha Bittar Rodrigues	Desenho	6	4	4	-	-	-	-	-	14	14	Autorização
Jaime Rodrigues Mendonça	Ed. Cívica	3	2	-	-	-	-	-	-	5	5	Autorização
Jaime Rodrigues Mendonça	Ed. Física	-	-	2	4	2	-	-	-	8	8	Autorização
José Marco Alves de Souza	Ed. Física	4	2	2	2	2	2	-	-	16	16	Autorização
Juracy Batista	Biologia	-	-	-	-	3	5	-	-	8	8	Autorização
Aldir Furtado	Física	-	-	-	-	4	5	-	-	9	9	Autorização
Ernando Pasco Côrtes												

Frutal, 28 de março de 1967

Eulámpio Rodrigues Filho - Secretário  
 José Morandi - Diretor

Fonte: Arquivo EEMJO.

Figura 35: Distribuição das aulas no ano letivo de 1971

Curso: GINASIAL		Ano letivo de 1971		
PROFESSOR	DISCIPLINA	SERIE	N. Reg. ou Autorização	Observações
Carlos Justino Neto	Matemática	1ª, 2ª	Autorização	
Celina Isabel Oliveira de Paiva Sales	Ed. Cívica	1ª, 2ª, 3ª, 4ª	Autorização	
Delmino Nunes da Silveira Neto	Português	1ª, 2ª, 3ª, 4ª	Autorização	
Dimah de Mendonça	Geografia	1ª, 2ª	Autorização	
Direceu Pasquero Munhós	Ciências	1ª	F- 22.830	
Eunice Ruberti Resende	História	1ª, 2ª, 3ª, 4ª	Autorização	
Evaldo Severo Silva de Paula	Geografia	1ª, 2ª, 4ª	Autorização	
Gladys Silva Adriano	Inglês	1ª, 2ª, 3ª	Autorização	
Janne Mendonça Rodrigues	Tecnico	1ª, 2ª	Autorização	
Javert do Carmo Azevêdo	Ciências	1ª, 2ª, 3ª, 4ª	Autorização	
José Antonio da Silva	Inglês	1ª, 2ª, 3ª	Autorização	
Leuzia Maria de Assunção	Ed. Cívica	2ª, 3ª, 4ª	Autorização	
Magda Chagas Mizlana	Português	1ª	Autorização	
Maria José Macedo Ferreira	Português	1ª, 2ª	Autorização	
Ozenildo Leali	Ciências	1ª, 2ª	Autorização	
Paulo Lucas	Matemática	1ª, 2ª, 3ª, 4ª	041-60	
Paulo Martins Goulart	Ed. Física	1ª, 2ª, 3ª, 4ª	Autorização	
Paulo Valentim de Oliveira	Ed. Cívica	1ª	Autorização	
Pedro Ferreira de Resende	Português	1ª	Autorização	
Pedro José Marino	Matemática	1ª, 2ª, 3ª, 4ª	D-49.731	
Pedro José Marino	Desenho	1ª	Autorização	
Tercino Elias Silveira	Matemática	1ª	Autorização	
Wadyha Bittar Rodrigues	História	1ª, 2ª, 3ª, 4ª	173-40	
Waldoni Aparecida da Cruz Leandro	Ed. Física	1ª, 2ª, 3ª, 4ª	F- 24.923	
Zuleica de Souza Severo	Português	1ª, 2ª, 3ª	F- 24.923	
Zuleica de Souza Severo	Frances	3ª, 4ª		

Frutal, 19 de abril de 1971

Secretário Diretor

Fonte: Arquivo EEMJO

Figura 36: Folha de frequência de professores em 1966

Dia 14 de março de 1966

hora	matéria	nome do professor	assinatura
7,30	Português	Zuleica de Souza	Zuleica de Souza
8,20	Matemática	Pedro José Marino	Pedro José Marino
9,30	História	Eunice R. Resende	Eunice Ruberti Resende
10,20	Ciências	Dr. Javert do Carmo Azevêdo	Javert do Carmo Azevêdo
7,30	Ciências	Dr. Javert do Carmo Azevêdo	Javert do Carmo Azevêdo
8,20	Matemática	Pedro José Marino	Pedro José Marino
9,30	História	Eunice R. Resende	Eunice Ruberti Resende
10,20	Ed. Art.	Wadyha Bittar Rodrigues	Wadyha Bittar Rodrigues
7,30	História	Eunice R. Resende	Eunice Ruberti Resende
8,20	Frances	Zuleica de Souza	Zuleica de Souza
9,30	Ciências	Dr. Javert do Carmo Azevêdo	Javert do Carmo Azevêdo
10,20	Matemática	Pedro José Marino	Pedro José Marino
7,30	Matemática	Pedro José Marino	Pedro José Marino
8,20	Ciências	Dr. Javert do Carmo Azevêdo	Javert do Carmo Azevêdo
9,30	Frances	Zuleica de Souza	Zuleica de Souza
10,20	História	Eunice R. Resende	Eunice Ruberti Resende
11,10	Ed. Art.	Wadyha Bittar	Wadyha Bittar Rodrigues
TARDE			
12,30	Ciências	Dr. Javert do Carmo Azevêdo	Javert do Carmo Azevêdo
13,20	Português	Zuleica de Souza	Zuleica de Souza
14,30	História	Eunice R. Resende	Eunice Ruberti Resende
15,20	Geografia	João Filberto Rocha	João Filberto Rocha
12,30	Bio Logia	Dr. Paulo B. Nova	Paulo B. Nova
13,20	História	Eunice R. Resende	Eunice Ruberti Resende
14,30	Química	João Filberto Rocha	João Filberto Rocha
15,20	Português	Zuleica de Souza	Zuleica de Souza
16,00	Ed. Física	Jurany Batista	Jurany Batista
16,50	Ed. Física	Educação Física	Jurany Batista

Fonte: Arquivo EEMJO

Figura 37: Folha de frequência de professores em 1974

Ponto de Professores																	
Data	Dia Letivo	Turno	Nome do Professor	Aulas e Série					Disciplinas	Faltas					Rubrica	Observações	
				1ª aula	2ª aula	3ª aula	4ª aula	5ª aula		1ª aula	2ª aula	3ª aula	4ª aula	5ª aula			
5/08/74	30.f.	Mat.	Dinah	8:0	6:0	6:0	8:0	-	Ciências								
"	"	"	Leuzia	6:0	7:0	8:0	8:0	2:0	Ed. Cívica								1:0 = 387
"	"	"	Rouimar	-	-	-	6:0	6:0	Ed. Cívica								3:0 A = 364
"	"	"	Jane	7:0	5:0	8:0	6:0	8:0	Ed. Artística								4:0 A = 365
"	"	"	Maria Cleusa	-	-	7:0	7:0	8:0	Francês								
"	"	"	Tercino	8:0	1:0	1:0	2:0	2:0	1:0	1:0							
"	"	"	Antonio Borges	1:0	2:0	2:0	1:0	-	1:0	Biol. Quím.	F	F	F	F			
"	"	"	Guaramá	-	6:0	8:0	8:0	6:0	Ed. Física								
5/8/74	30.f.	Port.	Norma	8:0	8:0	8:0	8:0	8:0	Português								5:0 = 367
"	"	"	Romilda	7:0	8:0	8:0	-	-	Português								5:0 = 348
"	"	"	Jana	7:0	7:0	8:0	7:0	-	1:0 e Cívica								6:0 = 340
"	"	"	Tânia	8:0	8:0	8:0	8:0	-	1:0 Física	F	F	F	F				7:0 = 370
"	"	"	Paulo Lucas	8:0	8:0	8:0	-	-	Matemática								7:0 = 368
"	"	"	Leuzia prof.	-	-	-	7:0	8:0	Matemática								8:0 = 368
"	"	"	Tercino	8:0	8:0	8:0	8:0	8:0	Matemática								1:0 = 361
"	"	"	Dinai	8:0	8:0	-	8:0	-	Ciências								2:0 = 369
"	"	"	Lucimar	8:0	8:0	-	-	-	Ed. Cívica								3:0 = 367
"	"	"	Jane	8:0	8:0	7:0	8:0	8:0	Ed. Art.								
"	"	"	Carlos Roberto	-	8:0	8:0	8:0	-	Física								
"	"	"	Ant. Gonçalves	8:0	8:0	8:0	8:0	8:0	Quím. e Sid.								
"	"	"	M. Blass	8:0	8:0	-	-	-	Ed. Física Sim								
"	"	"	Normal	-	-	-	8:0	-	Ed. Fis. Mec.								
6/8/74	30.f.	Mat.	Norma	5:0	5:0	-	-	-	Português								
"	"	"	Romilda	8:0	8:0	-	-	-	Português								
"	"	"	Jana	7:0	7:0	8:0	5:0	-	História								
"	"	"	Jana	8:0	-	6:0	8:0	-	História								
"	"	"	Eivaldo	-	-	-	8:0	6:0	Geografia								

Fonte: Arquivo EEMJO

Figura 38: Folha de frequência de professores em 1975

Ponto de Professores																	
Data	Dia Letivo	Turno	Nome do Professor	Aulas e Série					Disciplinas	Faltas					Rubrica	Observações	
				1ª aula	2ª aula	3ª aula	4ª aula	5ª aula		1ª aula	2ª aula	3ª aula	4ª aula	5ª aula			
25/08/75	30.f.	NOT.	Roberto	8:0	7:0	7:0	-	-	Mat.								
"	"	"	Thais	7:0	8:0	8:0	7:0	-	1:0 Francês								
"	"	"	Sônia Maria	6:0	8:0	8:0	-	-	Hist.								
"	"	"	Paulo Lucas	6:0	8:0	8:0	8:0	8:0	Mat.								
"	"	"	Dinah	8:0	8:0	8:0	8:0	8:0	Cim.								
"	"	"	Emy	-	-	8:0	8:0	-	Port.								
"	"	"	Emilice	7:0	7:0	8:0	7:0	-	Hist.								
"	"	"	Romilda	8:0	7:0	7:0	8:0	-	Port.								
"	"	"	Leila	-	-	7:0	7:0	-	Ed. Lar.								
"	"	"	M. Suly	8:0	8:0	8:0	8:0	8:0	Ingles.								
"	"	"	Eleny	7:0	8:0	8:0	8:0	8:0	Port.								
"	"	"	Manoel	-	-	7:0	7:0	-	Mat.								
"	"	"	M. Cecília	8:0	8:0	-	-	-	Quím.								
"	"	"	Araci	7:0	7:0	8:0	8:0	8:0	Fis. Mat.								
26/08/75	40.f.	MAT.	Leuzia	6:0	6:0	7:0	7:0	-	Quím. Cív.								
"	"	"	Marta	6:0	6:0	-	-	-	Port.								
"	"	"	J. Miranda	7:0	7:0	8:0	8:0	-	Geom.								
"	"	"	M. Cleusa	7:0	7:0	8:0	7:0	7:0	Francês								
"	"	"	Sônia Maria	-	-	6:0	6:0	-	Hist.								
"	"	"	M. Cecília	8:0	7:0	8:0	6:0	-	1:0 Biol. Quím.								
"	"	"	Tracy	7:0	7:0	7:0	-	-	Port.								
"	"	"	Manoel	7:0	8:0	8:0	8:0	8:0	Mat.								
"	"	"	Jane	7:0	8:0	8:0	7:0	-	1:0 Ed. Art.								
"	"	"	Emilice	8:0	8:0	-	-	-	Hist.								
"	"	"	M. Suly	8:0	8:0	8:0	8:0	8:0	Ingles.								

Fonte: Arquivo EEMJO

Figura 39: Folha de frequência de professores em 1976

PONTO DE PROFESSORES															
Data	Dia Letivo	Turno	Nome do Professor	Aulas e Série				Disciplinas	Faltas				Rubrica	Observações	
				1º	2º	3º	4º		5º	1º	2º	3º			4º
				aula	aula	aula	aula		aula	aula	aula	aula	aula		
24/07/76	27	Mat	Vilma	5ª	5ª	5ª	5ª	Cien.							
			Genilda	5ª	5ª	5ª	5ª	Hist.							
			J. Morandi	5ª	5ª	5ª	5ª	Geog.							
			Jhuzeira	6ª	5ª	6ª	5ª	Ed. Art.							
			M.ª Edina	5ª	5ª	5ª	5ª	Mat.							
			Sônia	5ª	6ª	6ª	6ª	Hist. G. 46							
			Teófilo	5ª	5ª	5ª	6ª	G. 21. C.							
			Juizina	5ª	5ª	5ª	5ª	Cien.							
			Eidina	6ª	6ª	6ª	6ª	Cien.							
			Leocádia	6ª	6ª	6ª	6ª	Geog.							
			Josany	6ª	6ª			Mat.							
			Waldsoni	7ª	8ª	2ª		Ed. Física							
26/07/76	27	NOT.	Leocádia	5ª	6ª			Geog.							
			Juizina	5ª	5ª	3ª	7ª	6ª	Ed. M. Cív.						
			Leocádia	5ª	6ª	5ª	6ª	6ª	Mat.						
			Eden	7ª	7ª	5ª		Ed. Art. A.B.S.							
			Jhuzeira	6ª	6ª	6ª	6ª	Ed. Art.							
			Luizice	6ª	7ª	6ª	7ª	Hist.							
			Vilma	7ª	3ª	2ª	1ª	7ª	Cien. Biol.						
			Francisco	7ª	7ª	8ª	8ª	Mat.							
			J. Morandi	2ª	8ª	8ª	7ª	Geog.							
			Sônia Magalhães	1ª	2ª			Ed. Física							
			Waldsoni	3ª	1ª	1ª	2ª	2ª	Mat.						

Fonte: Arquivo EEMJO

Chamamos a atenção para o currículo de 1º. e 2º. graus, a partir da reforma 5692/71, que naquele momento, emergiu um núcleo obrigatório, composto pelas disciplinas de Educação Moral e Cívica, Educação Artística e Programas de Saúde e Religião (obrigatória para a escola, mas optativa para o aluno). Percebe-se, na imagem acima, que o ensino agora recebe a nomenclatura de 1º. e 2º. graus, já denotando que, em princípio, a reforma desse nível de ensino estava sendo implantada. Muito embora a disciplina Programas de Saúde e Religião fizesse parte do núcleo obrigatório, impetrada pela nova reforma, especificamente na EEMJO, não foi encontrado nenhum registro de que tal disciplina tivesse sido ministrada.

Em relação ao perfil docente, não foi possível delinear com precisão o grau de formação dos professores, alguns documentos, posteriores à data recortada na pesquisa, dão-nos indícios de que os professores que tomavam posse tinham cursado o nível superior. Pela excelência da escola e pelas aprovações de alunos em cursos superiores, é que se projeta tal assertiva.

Infelizmente, pela desorganização do arquivo da escola em relação aos seus documentos no período investigado, não conseguimos localizar fontes que pudessem nos ajudar a traçar um perfil docente com maior consistência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após percorrer o campo teórico sobre a importância de se estudar a história de instituições educativas e resgatar um pouco da história da cidade de Frutal, mergulhando nas primeiras ações voltadas à educação, lideradas pela sociedade frutalense e elegendo especificamente uma instituição de ensino secundário, a EEMJO, foi possível apreender um pouco do cenário educacional da cidade, em suas várias fases, mas atendo-se especificamente ao período de 1966 a 1976, período em que esse nível de ensino, de fato, consolidou-se na cidade.

Foi necessário, em primeiro momento, recuperar o contexto histórico deste período, considerado um dos mais emblemáticos de nossa história: a ditadura militar. O intuito foi justamente perceber se ações implementadas pelo governo ditatorial de então se refletiam também no contexto da cidade de Frutal.

Além desse contexto histórico importante para o embasamento de nossa pesquisa, foi necessário compreender quais as ações foram implementadas pelo governo de então, no que diz respeito à educação. Fica evidenciada, nesse sentido, a influência americana no contexto educacional brasileiro, por meio dos acordos MEC USAID (Agency for International Development). Pode-se constatar que esses acordos apresentaram um caminho para formular uma política educacional com base em concepções economicistas e produtivistas, pautadas na eficiência e na racionalidade. A ideia era tornar o sistema educacional brasileiro mais eficaz e suficiente para atender a uma nova perspectiva econômica.

Nesse sentido, a implementação da Lei 5.692/71 trouxe uma nova diretriz para o Ensino Secundário, sendo o elemento fundamental, nessa reforma, a profissionalização do ensino de 2º. Grau. Caminhando em sentido inverso ao Ensino Secundário vigente até então, que tinha um caráter propedêutico, ou seja, o de preparação para o ensino superior, emana dessa reforma um ensino para preparar os alunos para o mercado de trabalho, necessário à política econômica de então.

A política educacional empregada pelo regime militar tinha um caráter utilitarista, inspirava-se na “Teoria do Capital Humano”, justamente por estabelecer uma política educacional em conexão direta com o sistema de produção. Assim, a educação tinha, como função primeira, a habilitação voltada para o mundo do trabalho. Entretanto, nem todas as escolas possuíam estrutura, recursos financeiros, materiais e humanos para organizar um ensino técnico. Entendemos que, no caso da EEMJO, aconteceu tal fato, uma vez que não foi

possível encontrar vestígios de que, em algum momento daquele período, houvesse um viés para um ensino profissionalizante ou algum tipo de habilitação voltada para um ensino profissional. Entretanto, a desoneração dessa obrigatoriedade para o ensino de 2º. Grau só aconteceu com a implementação da lei 7044/82, pois, como afirma Clark et all (2006), a lei 5692/71, no que diz respeito ao ensino profissionalizante, nunca chegou a tornar-se de fato uma realidade. A lei editada em 1982, acabou por reeditar uma concepção vigente antes de 1971, ou seja, uma escola dualista, com caráter propedêutico ou profissionalizante. Algo que nossa investigação indica já acontecia na EEMJO, na cidade de Frutal, uma vez que os registros escolares indicam um ensino de 2º. Grau preparatório para o ensino superior. E tal fato oportunizou a inserção e a ascensão social de vários alunos que eram provenientes de classes mais baixas.

Em relação aos eventos que aconteciam na escola e fora dela, sejam eles de caráter cívico ou esportivos, o que se pode inferir, é que, de fato, a ideologia da época se fez presente. Não é possível afirmar se as pessoas tinham a consciência da verdadeira finalidade desses eventos, mas é fato que a sociedade frutalense tinha grande participação nessas atividades; pelo menos a iconografia mostra isso. A imprensa seria um importante instrumento de análise para podermos ter mais um elemento para a construção de uma possível interpretação para tais fatos ocorridos no período da investigação. Todavia, embora faça parte de um passado recente, só encontramos jornais da cidade a partir dos anos 80.

Contudo, é fato que a EEMJO foi muito importante na cidade, em relação ao empreendimento do Ensino Secundário, uma vez que foi possível perceber que, ao longo da história da educação na cidade, o Ensino Secundário nunca fincou raízes. Somente com a ação dos rotarianos, que empreenderam esforços para a construção de um prédio para acolher uma escola, é que, de fato, esse ideal de educação se solidificou. Com uma sede própria, os rotarianos acordaram, com o Estado, a implantação do Ensino Secundário, importante para a cidade, naquele momento, poder dar a oportunidade de estudo em nível superior para os jovens da cidade e, pelo que foi possível perceber, sem discriminação de classe social.

Assim, ao descortinar a história dos primeiros 10 anos da EEMJO, foi possível perceber a preocupação da sociedade da cidade de Frutal em relação à educação, pois os esforços empreendidos demonstram que a sociedade entendia a escola como um instrumento importante para a disseminação de conhecimentos e progresso da cidade

A história da EEMJO não se esgota com este trabalho; pelo contrário, durante a investigação, muitas dúvidas foram suscitadas e precisam ser esclarecidas. O descaso para com as



fontes e o tempo escasso para desenvolver entrevistas com ex-alunos e ex-professores fizeram com que pudéssemos trazer apenas um panorama da história desse importante estabelecimento de ensino, que não se esgota com esta pesquisa. Espera-se que esta investigação possa contribuir com novos estudos e agregar motivações para novas descobertas nesse contexto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5.ed. Trad. Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1989.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

ARENDR, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BENCOSTA, Marcus Levy A.. Desfiles Patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). VIDAL, Diana Gonçalves (ORG). In *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização na infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, Mercado das Letras: 2006.

CAPRI, R. **Município de Frutal**. Minas Gerais. Acervo Público de Frutal. Frutal, 1916.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CLARK, Jorge Uilson; NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus; SILVA, Romeu Adriano da. A administração escolar no período do governo militar (1964-1984). *Revista Histedbr on line*, Campinas, no. especial, p. 124-139, Agosto 2006 – ISSN 16762584.

COUTO, R. C. **História Indiscreta da Ditadura e da Abertura – Brasil: 1964 -1985**. São Paulo: Record, 3ª ed 1999.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a Ordem é Segurança e o Progresso é Desenvolvimento** (1964 – 1974). Editora: EDIPUCRS, Porto Alegre, 2002.

ESCOLANO, A. A arquitetura como programa. Espaço Escolar como Currículo. In: FRAGO, VINÃO FRAGO, Antonio. *Currículo, espaço e subjetividade*. RJ. DP&A, 1998.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 494.

FERREIRA, Jeová. **Original História de Frutal**. Registro de fatos pessoais e de acontecimentos históricos de Frutal. Frutal, Oficinas de Artes/Adebrac. Ministério da Cultura. Governo Federal, 2002.

FERREIRA, T. L. **Respingos de História I, II e III**. Registro de fatos pessoais e de acontecimentos históricos de Frutal. Frutal: Oficinas de Artes / Adebrac, Ministério da Cultura — Governo Federal, 2003; 2006; 2009.

FERREIRA, Terezinha Lamounier. **Respingos de História III**: Registro de fatos pessoais e acontecimentos históricos de Frutal. Frutal: Oásis Gráfica, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREITAS, J. F. de. **O Sertanista das barrancas do Rio Grande**. Cuiabá, 2004.

GASPARI, Elio. **Ditadura envergonhada**. As ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GATTI JUNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia/ MG: EDUFU, 2002.

**Tempo de Cidade, Lugar da Escola: dimensões do ensino secundário do Gymnasio Mineiro de Uberlândia (1929-1950)**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia. GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da Educação**. 2ª edição - São Paulo: Cortez, 2000

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da Educação Brasileira**. 3ª edição – São Paulo: Cortez, 2008.

JULIA, Dominique (2001). A Cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 1, n. 1, jan./jun. 2001. p. 9-43.

JUREMA, Aderbal. Pequena Coletânea da Legislação Brasileira de Educação: leis 4.024, 5.540 e 5.692. Recife: Editora Universitária, 1972.

MAGALHÃES, Justino. Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. Braga – Portugal, Universidade do Minho. 1996.

MARTINS, Maria do Carmo. Currículo, cultura e ideologia na Ditadura Militar brasileira: demarcação do espaço de atuação do professor. In: CERRI, Luís Fernando (Org.). **O Ensino de História e a Ditadura Militar**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

MATA, M. J. L.; OLIVEIRA, H. A. de. **Frutal: sua Fundação e seu Povo**. Frutal: Editora Diário do Povo, 1982.

MATA, Maria José Lacerda da; OLIVEIRA, Halley Antonio de. **Frutal: sua fundação, seu povo**. Frutal: Editora Diário do Povo, 1982.

MAZO, J. O lazer na cidade de Porto Alegre. In DACOSTA, Lamartine (org.) Atlas do Esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964 – 1985**. Atual, São Paulo, 1998.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar**. 2. ed. São Paulo: Alínea, 2013.

**ORIGINAL HISTÓRIA DE FRUTAL**. Registro de fatos pessoais e de acontecimentos históricos de Frutal. Frutal: Oficinas de Artes / Adebrac, Ministério da Cultura - Governo Federal, 2009.

PAULA, Á. F. de. **DESBRAVADORES DO CARMO DO FRUCTAL**: História e Genealogia de um Descendente. Uberaba, 2004.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

PLASTINO, Ernesto. **Apontamentos Históricos de Fructal**. Fructal: Oficinas de Artes / Adebrac, Ministério da Cultura - Governo Federal, 2003.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio. **Direito à educação**: controle social e exigibilidade judicial. Rio – São Paulo: ABC, 2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAVIANI, Dermeval. **O pensamento da esquerda e a educação na República brasileira**. In Pro-Posições, número, 1990.

SILVA, Vânia Cristina (2009). Comemorações Cívicas como Instituidoras da Unidade Nacional no Estado Novo. In: I SEMANA DE ENSINO DE HISTÓRIA DA UERN.

Disponível em <http://isemanadeensinodehistoria.xpg.uol.com.br/arquivos/trabalhos/12.htm>.

Acesso em 20 mar. 2015.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária**: perspectiva histórica e teórica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. v.94. (Atualidades Pedagógicas).

SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos da Infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). *Educação e Pesquisa*, v.25, no.2, p.127-143, Jul./Dez. 1999.

SOUZA, Rosa Fátima de. A renovação do currículo do ensino secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920-1960). In: **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.1, p.7290, Jan/Jun 2009.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional – MEC, 1976.

THIESSE, A. A criação das identidades nacionais. Lisboa: Temas e Debates Actividades Editoriais, 2000.

## DOCUMENTOS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constituição de 1934**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 de maio 2016.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil ( 10 de novembro de **1937**). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm).

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil ( 18 de setembro de **1946**). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm)

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto n. 981**. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. In: BRASIL. Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24/02/1891. Nós, os Representantes do Povo Brasileiro [sic], reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regimen livre e democratico, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte **CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. Constituição de 1891**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969**. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Brasília, DF, 11 fev. 1969a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10464.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10464.htm)>. Acesso em: 13 maio 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. 1969b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm)>. Acesso em: 6 maio 2016.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 28 nov. 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm)>. Acesso em: 13 maio 2016.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**: Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF, 11 ago. 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692impresao.htm)>. Acesso em: 13 maio 2016.

BRASIL. **LEI nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**: Concede anistia e dá outras providências. 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)>. Acesso em: 9 maio 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 13 maio 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE FRUTAL. **Actas da Câmara nº 1 – 1889 a 1898/ Livro nº 4**  
**Descrição:** Livro de Ata – sessão de 05/09/1889 até sessão de 12/09/1898. (Arquivo da Câmara Municipal de Frutal, MG).

\_\_\_\_\_. Registro de Resoluções e Leis de 13/07/1915 a 23/01/1928. (Arquivo da Câmara Municipal de Frutal, MG).

## TEXTOS ON LINE

ALECRIM, Edinei Messias. **O Serviço Social no Contexto da Ditadura Militar no Brasil**. Universidade Norte do Paraná. 2008. Disponível em: <

<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAFnB0AD/servico-social-no-contexto-ditadura-militar-no-brasil>> . Acesso em: 16 out. 2016.

**Festas escolares no Ginásio Santanópolis de Feira de Santana**. 2015. Disponível em:

<[file:///C:/Users/revis/Documents/MARILUCE/NOV3/Festa na ditadura1 \(1\).pdf](file:///C:/Users/revis/Documents/MARILUCE/NOV3/Festa%20na%20ditadura1%20(1).pdf)>. Acesso em: 11 out. 2016.

**Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. 2011. Disponível em:

<<http://www.infoescola.com/historia/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade/>>. Acesso em: 5 maio 2016.

AZEVEDO, Clayte de Paula. **Concepção do sistema escolar brasileiro entre a década de 20 e 30 expressa na visão de Anísio Teixeira**. *Revista da UFG*, vol. 7, no. 2, dezembro, 2005, online ([www.proec.ufg.br](http://www.proec.ufg.br)). Disponível em: <

[http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/45anos/B-sistemaescolar.html](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/B-sistemaescolar.html)>. Acesso em: 19 ago.2016.

AZEVEDO, C. P. Concepção do sistema escolar brasileiro entre a década de 20 e 30 expressa na visão de Anísio Teixeira. *Revista da UFG, Vol. 7, No. 2, dezembro, 2005,*

([www.proec.ufg.br](http://www.proec.ufg.br))

BIGELI, Alexandre. **História do Brasil Golpe Militar de 1964: elites e militares derrubaram o governo de Jango**. 2004. Artigo para o site UOL. Disponível em:

<<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/golpe-militar-de-1964-1-elites-e-militares-derrubaram-o-governo-de-jango.htm>>. Acesso em: 5 maio 2006.

BORGES, Gabriela Ferreira de Mello. **Dos cenários nacional e estadual à gênese do Grupo Escolar Gomes da Silva, Frutal (MG), Triângulo Mineiro (1913-1927)**. 2015. Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Disponível em:

<<http://www.escavador.com/sobre/8143430/gabriela-ferreira-de-mello-borges>>. Acesso em: 18 maio 2016.

CANCIAN, Renato. **Ditadura militar (1964-1985): Breve história do regime militar**. 2008. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/ditadura-militar-1964-1985-breve-historia-do-regime-militar.htm>>. Acesso em: 9 maio 2016.

DIETRICH, Júlia. **Educação: mais uma vítima do regime militar no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/noticias/educacao-mais-uma-vitima-regime-militar-brasil/>>. Acesso em: 6 maio 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. Tudo sobre a Ditadura Militar. **Folha On-line**. São Paulo, 23 mar. 2014. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/a-economia.html>>. Acesso em: 13 maio 2016.

FOLHA. **História - 1969 - Emílio Garrastazu Médici**. 2002. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/historia-1969.shtml>>. Acesso em: 6 maio 2016.

FONSECA, Bianca Trindade da. **Reflexões Acerca da Educação Durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)**. 2016? Disponível em:

<<http://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/reflexoes-acerca-educacao-durante-ditadura-militar.htm>>. Acesso em: 19 maio 2016.

**FRUTAL de volta ao passado**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/frutaldevoltaaopassado/photos/pb.222070958126813.-2207520000.1466613192./290533774613864/?type=3>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

**DOI-CODI.** 2010. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/ditadura-militar/doi-codi/>>. Acesso em: 6 maio 2016.**HANSEN, Ellen Trinanes. Golpe Militar completa 40 anos.** 2016. Disponível em: <<http://online.unisanta.br/2004/04-03/regional-4.htm>>. Acesso em: 6 maio 2016.

JORNAL ESQUEMA. Frutal, 3 de abril de 1976, ano III, nº 123, página 1.

JORNAL TRIBUNA DE FRUTAL. Frutal, 30 de outubro de 1960, a ano XVII, nº 324, página 6.

**Lei da Anistia.** 2016. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei\\_da\\_anistia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_da_anistia)>. Acesso em: 6 maio 2016.

LEITURA, Literatura & **Regime Militar de 1964.** 2016. Disponível em: <[http://urs.bira.nom.br/literatura/regime\\_militar\\_de\\_1964.htm](http://urs.bira.nom.br/literatura/regime_militar_de_1964.htm)>. Acesso em: 6 maio 2016.

LORENZET, Simone; TOZZO, Astrit Maria Savaris. **Bandas escolares.** 2009. Artigo apresentado no IX Congresso Nacional de Educação e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, realizado de 26 a 29 de outubro de 2009. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3388\\_1743.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3388_1743.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2016.

MACHADO, Otávio Luiz. **Somos todos EEMJO:** os 50 anos da Escola Estadual Maestro Josino de Oliveira. 2015. Frutal-MG: Perspectiva. Disponível em: <<https://www.academica.org/otavioluizmachado/56.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

MECHI, Patrícia Sposito. **Exclusão e sucateamento:** o legado do projeto educacional da Ditadura Militar brasileira à atualidade. 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/066/66mechi.htm>>. Acesso em: 9 maio 2016.

NASIASENE, Alberto. **Semeando História:** Um diário de minha atividade docente com adolescentes e adultos. 2012. Capítulo 4: A Educação no Período da Ditadura Militar. Disponível em: <<http://www.semeandohistoria.com/2012/03/capt-4-educacao-no-periodo-da-ditadura.html>>. Acesso em: 13 maio 2016.**NIKEL, Mateus. Ideário autoritário e leis da educação sob a ditadura militar:** Paulo Ghiraldelli Jr. 2014. Fichamento. Disponível em: <<https://blogdonikel.wordpress.com/2014/05/01/ideario-autoritario-e-leis-da-educacao-sob-a-ditadura-militar-paulo-ghiraldelli-jr-fichamento/>>. Acesso em: 13 maio 2016.

OLIVEIRA, Rodrigo Mendes. **O projeto educacional brasileiro durante o regime militar e o ensino de história em Goiás (1964-1979).** 2015. Disponível em: <[https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5323/5/Dissertação\\_-\\_Rodrigo\\_Mendes\\_Oliveira\\_-\\_2015.pdf](https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5323/5/Dissertação_-_Rodrigo_Mendes_Oliveira_-_2015.pdf)>. Acesso em: 9 maio 2016.**PAULINO, Ana Flávia Borges; PEREIRA, Wander. A educação no estado militar (1964-1985).** 2006. Disponível em: <[http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/176AnaBorgesPaulino\\_e\\_WanderPereira.pdf](http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/176AnaBorgesPaulino_e_WanderPereira.pdf)>. Acesso em: 9 maio 2016.

PLANALTO. **Atos Institucionais.** 2016. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em: 5 maio 2016.



PORTARI, Rodrigo. **José Buzollo**: o idealizador do rádio em Frutal - MG. 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-sonora/jose-buzollo-o-idealizador-do-radio-em-frutal-mg>>. Acesso em: 10 maio 2016.

REVISTA ROTARY CLUB FRUTAL. **Escola Estadual**. Frutal: Rotary Club Frutal, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.rodrigoportari.com.br/wp-content/uploads/2015/02/pag1011.jpg>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

RODRIGUES, Marcos. **Projetos na Educação**: a escola falida. 2012. Disponível em: <<https://regional7.wordpress.com/tag/educacao-desde-a-decada-de-60/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

RODRIGUES, Samuel de Oliveira. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971**: o ensino médio no contexto autoritário da Ditadura Militar (1964-1985). 2012a. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/2 Edicao/SAMUEL ORIENT. ANGELA E ILEIZI.pdf](http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/2%20Edicao/SAMUEL%20ORIENT.%20ANGELA%20E%20ILEIZI.pdf)>. Acesso em: 2 jun. 2016.

**Governo de Castelo Branco**. 2016. Artigo para o caderno de História. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/governo-de-castelo-branco/>>. Acesso em: 5 maio 2016. SCHEMES, Claudia e THON, Ida. A moda europeia e o uniforme escolar no Brasil. Disponível em: <<http://modafeevale.files.wordpress.com/2010/09/68730-a-moda-europeia-eo-uniforme-escolar-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 22 de maio. 2016.

SILVA, Adriano Reis de Paula. **As transformações socioespaciais de Frutal-MG**. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/3308>>. Acesso em: 15 maio 2016.

SILVA, Tiago Ferreira da. **Lei da Anistia**. 2016. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/lei-da-anistia/>>. Acesso em: 8 set. 2016.

SOUZA, Lauriston **Escola Estadual "Maestro Jósino de Oliveira" completa 10 anos de serviços prestados à educação**. Disponível em: [http://www2.lidercomp.com.br/cgi-bin/portal.cgi?flagweb=p\\_imprensa&id=36](http://www2.lidercomp.com.br/cgi-bin/portal.cgi?flagweb=p_imprensa&id=36). Acesso em: 07 junho 2016.

**Os caminhos da educação brasileira**. 2007. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=775>>. Acesso em: 18 maio 2016. WEYMAR, Jozimar Rodrigues. **Direito à verdade e à memória: a Lei da Anistia Política e a consolidação da democracia no Brasil**: Direito à verdade e à memória: a lei da anistia política e a consolidação da democracia no Brasil. 2011. 84 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011. Disponível em: <[http://repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/1041/1/Jozimar\\_Rodrigues\\_Weimar\\_Dissertacao.pdf](http://repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/1041/1/Jozimar_Rodrigues_Weimar_Dissertacao.pdf)>. Acesso em: 9 maio 2016.

Z Aidan, Ralfer; CASTRO, Maurício de. **Nas trilhas do Sertão da Farinha Podre**. Disponível em: <<http://www.revelacaoonline.uniube.br/cultura03/sertao.html>>. Acesso em: 15 maio 2016.

ZINET, Caio. **Qual o legado da ditadura civil-militar na educação básica brasileira?** 2016. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/noticias/ditadura-legou-educacao-precarizada-privatizada-anti-democratica/>>. Acesso em: 5 out. 2016.

ZOTTI, Solange Aparecida. **O ensino secundário no Império brasileiro:** Considerações da função social e o currículo do Colégio Dom Pedro II. 2005. Artigo publicado na Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.18, p. 29 - 44, jun. 2005 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis18/art04\\_18.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis18/art04_18.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2016.

## ANEXO 1

PROFISSÃO DOS PAIS	ANO 1966	ANO 1967	ANO 1968	ANO 1969	ANO 1970	ANO 1971	ANO 1972	ANO 1973	ANO 1974	ANO 1975	ANO 1976
Abasteador									1		2
Açougueiro			1				1				
Advogado						1	1				
Agenciador				1			1	2			
Agente-fiscal											
Agricultor								3			
Agrimensor						1		3	2		1
Alfaiate	1	2	2	2	1	2	4	3			
Armador							2		1	1	2
Apicultor									1	1	
Apontador									1	2	2
Aposentado			1	1				4	3		4
Avicultor								1			
Balconista							1	1	1	2	2
Bancário	2	3	2	3	2	2	2	2	2	2	1
Barbeiro	1	4	2	3	4	3		2	2	2	2
Borracheiro						1	1		1	2	2
Bombeiro								1			
Cabelereira							1	1			1
Camareira							10			7	6
Carpinteiro	3	2	1	4		5	3		1	2	2
Carroceiro	1		2	2		8	1	3	3	2	2
Cavador	1	3									
Charreteiro								1	1	3	3
Cobrador			1	1				1			
Coletor	1								1		
Corretor							1		1		
Comerciante	28	30	18	35	27	65	63	105	100	106	100
Confeiteiro								2			
Contabilista		1	1	1	1		1	11	1		
Construtor							1		1		2

Costureira	2						3	3	2	2	2
Delegado						1					
Dentista		1	2		1	1	2		2	1	1
Doméstica		2									
Eletricista							5	3	1	2	2
Encanador	1	3						1	1	3	2
Enfermagem		1		1			2	1	1	1	1
Engenheiro			1	1		2		1			
Escriturário									1	1	1
Falecido	10	20	22	15	14	18	21	20	30	29	26
Farmacêutico	1			1		3			2	1	1
Faxineira							1				
Fazendeiro	54	48	54	42	21	95	64	82	43	41	38
Ferreiro				1	1						
Frentista									1		
Fiscal		1	1						1		
Folheiro									2	2	2
Fotógrafo	1	7	1	3	1		1	1	1	1	1
Func - público	1	56	6	11	11	63	3	9	7	5	8
Func- furnas						2					
Funileiro								2	1	1	1
Fundidor								1			
Garimpeiro							2	4	4	3	4
Ger de posto									1		1
Guard-noturn	2	3	1				2	1	1	3	1
Hoteleiro	1	2	2	7	5	7					
Industrial	2	1	2				1	2	1	1	1
Insp de Aluno					1		1				
Inválido									4	4	4
Jogador									1		1
Lavrador	100	51	71	116	230	224	300	300	214	200	206
Lubrificador									1		1
Madeireiro							1				
Maquinista		1					1				1
Marcineiro	2						1	1	2	2	1
Mecânico	2	3	1	3		6	8	6	2	2	2
Médico				1	1						

Militar	1			1			1		1	1	1
Motorista	2	6	2	6	9	2	5	6	6	7	5
Músico			1		1	3	1	1			1
Nivelador								1			
Normalista								1			
Oleiro	1	3					1		1	4	4
Operário							2	2			
Padeiro			1	1	3	3			1	1	2
Peixeiro									1		
Pecuarista				1					1	1	
Pedreiro	2	6	3	4	2	4	3	3	3	3	4
Pensionista								1			
Pipoqueiro								1	1	1	1
Professor		5	5	3	10	8	6		6	6	5
Promotor	1	1									
Radialista	1	1				1	1	1			
Relojoeiro						1	1	1	1		1
Revendedor									1		
Sapateiro				1					1		
Sapateiro	2	3	1	2			1	1			2
Secretária							1				
Seleiro								1			
Serralheiro							1		1	2	2
Serv-domésti	50	50	150	145	236	230	340	380	470	475	493
Servente							3	3	3	4	4
Telégrafo									1		
Trab Braçal								1			
Tintureiro							1	1	1	1	
Topógrafo							1		1		
Vaqueiro							1				1
Vend ambulante	1	1	1	1			2	1			
Viajante							1	4			4
Vídeo Técnico									2	3	1
Vidraceiro									1	1	1
Zelador							1	3	3	3	2
<b>TOTAL DE ALUNOS</b>	<b>278</b>	<b>321</b>	<b>359</b>	<b>420</b>	<b>582</b>	<b>762</b>	<b>887</b>	<b>997</b>	<b>958</b>	<b>950</b>	<b>977</b>